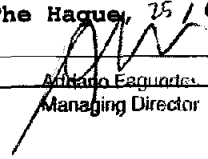


DOC. 6

POWER OF ATTORNEY

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH, a company duly organized and existing in accordance with the laws of Austria, with head offices at Parkring 2, Vienna, Brazilian taxpayer's register n.º 20.517.195/0001-59, does hereby appoint and grant Power of Attorney to **SERGIO BERMUDES, MARCIO VIEIRA SOUTA COSTA FERREIRA, MARCELO LAMEGO CARPENTER, RICARDO LORETTI HENRICI, LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO, FERNANDA MEDINA PANTOJA, THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ** and **EDUARDA DE TOLEDO SIMONIS**, enrolled with the Brazilian Bar Association, State of Rio de Janeiro Section, under no. 17.587, 59.384, 92.518, 130.613, 123.611, 125.644, 178.816 and 200.986, respectively, all legal attorneys members of the law office **Escritório de Advocacia Sergio Bermudes**, enrolled with the Brazilian Bar Association, State of Rio de Janeiro Section, under n. 98.438/89, based in Praça XV de Novembro, number 20, 7th and 8th Floors, 20010-010, Rio de Janeiro, Brazil, email **rjintimacoes@bermudes.com.br**, to whom it grants the powers of an *ad judicia et extra* clause to represent the company in judicial reorganization proceedings to be filed before one of the Commercial Lower Courts of the Rio de Janeiro State Court.

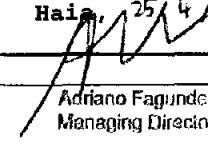
The Hague, 25 / 4 / 2016


 Adriano Fagundes
 Managing Director

PROCURAÇÃO

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Parkring 2, Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.517.195/0001-59, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **SERGIO BERMUDES, MARCIO VIEIRA SOUTA COSTA FERREIRA, MARCELO LAMEGO CARPENTER, RICARDO LORETTI HENRICI, LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO, FERNANDA MEDINA PANTOJA, THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ** e **EDUARDA DE TOLEDO SIMONIS**, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Rio de Janeiro, sob os números 17.587, 59.384, 92.518, 130.613, 123.611, 125.644, 178.816 e 200.986, respectivamente, todos integrantes do **Escritório Sergio Bermudes Advogados**, sociedade registrada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o n.º 98.438/89, com sede na Praça XV de Novembro, 20, 7º e 8º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.010-010 e endereço eletrônico **rjintimacoes@bermudes.com.br**, a quem confere, com a faculdade de substabelecer, os poderes da cláusula *ad judicia*, para impetrar, em nome da outorgante, recuperação judicial perante uma das Varas Empresariais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Haia, 25 / 4 / 2016


 Adriano Fagundes
 Managing Director

GESELLSCHAFTERBESCHLUSS

der

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH

FN 416453 g

(im schriftlichen Wege gemäß
34 GmbHG)

RESOLUÇÃO DE SÓCIO

da

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH

FN 416453 g

(Resolução por escrito de acordo com a
Section 34 GmbHG)

Wir, die **Sete Holding GmbH**, eine Gesellschaft mit beschränkter Haftung nach österreichischem Recht, mit Sitz in der politischen Gemeinde Wien und der Geschäftsanschrift Parkring 2, 1010 Wien, Österreich, eingetragen im Firmenbuch des Handelsgerichts Wien unter FN 401499 s (die „Gesellschafterin“) als Alleingesellschafterin der **Sete International Two GmbH**, einer Gesellschaft mit beschränkter Haftung nach österreichischem Recht, mit Sitz in der politischen Gemeinde Wien und der Geschäftsanschrift Parkring 2, 1010 Wien, Österreich, eingetragen im Firmenbuch des Handelsgerichts Wien unter FN 416453 g (die **Sete International Two**)

Nós, **Sete Holding GmbH**, uma sociedade limitada devidamente constituída segundo as leis da Áustria, com sede em Viena, Áustria, na na Parkring 2, 1010, registrada no Registro Comercial do Tribunal de Comércio de Viena, sob o FN nº 401499s (o “Acionista”), na qualidade de única acionista da **Sete Internacional Two GmbH**, uma sociedade de responsabilidade limitada devidamente constituída segundo as leis da Áustria, com sede em Viena, Áustria, na Parkring 2, 1010, registrada no Registro Comercial do Tribunal de Comércio de Viena, sob o FN nº 416.453 (a “**Sete International Two**”)

Sete International Two)

fassen hiermit folgende Beschlüsse, wobei wir uns mit der Beschlussfassung auf schriftlichem Wege gemäß § 34 GmbHG ausdrücklich einverstanden erklären:

executa a presente resolução, por meio da qual concorda expressamente em adotar a presente resolução, por escrito, para fins da Seção 34 da Lei Austríaca sobre Sociedades de Responsabilidade Limitada (“GmbHG”):

In der am 20. April 2016 abgehaltenen Generalversammlung haben die Aktionäre der **Sete Brasil Participações S.A.**, eine Gesellschaft nach brasilianischem Recht, mit Sitz in Rio de Janeiro, Brasilien, und der Geschäftsanschrift Rua Humaita, 275, Suites 802, 902 und 1302, 22261-005, Rio de

Em assembleia geral realizada em 20 de abril de 2016, os acionistas da **Sete Brasil Participações S.A.** uma sociedade devidamente constituída sob as leis do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Humaitá, nº 275, salas 802, 902 e 1302, CEP 22261-005, registrada na Junta Comercial do

Janeiro, Brasilien, eingetragen im Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº Handelsregister von Rio de Janeiro unter 333,002965 (a "Sete Brasil"), resolveram (NIRE) 333.002965 („Sete Brasil“), die pedir recuperação judicial perante a Vara Einleitung eines brasilianischen Empresarial do Estado do Rio de Janeiro (a Restrukturierungsverfahrens beim "Recuperação Judicial"). A Recuperação Brasilianischen Handelsgericht in Rio de Janeiro Judicial visa uma reestruturação global das Janeiro beschlossen („Brazilian JR“). Ziel dívidas do Grupo Sete. Assim, a Sete des Brazilian JR ist die umfassende International Two deve também ser incluída Restrukturierung der Sete Gruppe. Daher soll na Recuperação Judicial. auch die Sete International Two in das Brazilian JR miteinbezogen werden.

1. Die Gesellschafterin stimmt hiermit zu, dass Sete International Two gemeinsam mit Sete Brasil sowie deren verbundenen Unternehmen Partei des in Brasilien einzuleitenden Brazilian JR wird.
1. O Acionista resolve que a Sete International Two deve ser parte na Recuperação Judicial, juntamente com a Sete Brasil e suas afiliadas.
2. Die Geschäftsführung der Sete International Two wird ermächtigt und angewiesen, sämtliche Handlungen und Maßnahmen im Zusammenhang mit der Erfüllung, Umsetzung und Durchführung des Brazilian JR zu setzen und weiters alle damit in Zusammenhang stehenden Dokumente welcher Art auch immer, zu unterfertigen, abzuschließen und umzusetzen.
2. Os administradores da Sete International Two estão autorizados e instruídos a tomarem qualquer ação e executar, assinar, celebrar todo e qualquer documento auxiliares relacionados à Recuperação Judicial.

Im Falle des Widerspruchs zwischen der deutschen und der portugiesischen Fassung dieses Beschlusses geht die portugiesische Fassung vor.

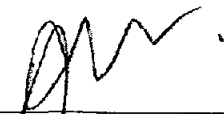
Em caso de contradição entre a versão em alemão e a versão em português, prevalecerá a versão em português desta Resolução.

[Unterschriftenseite folgt / Assinaturas nas páginas seguintes]

Sete Holding GmbH
vertreten durch / representado por

25/4/2016

Ort, Datum / Local, Data



Adriano José dos Santos Fagundes
geb. / nascido em 12.08.1973

(Shareholders Resolution Sete International Two GmbH – Brazilian JR)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 20.517.195/0001-59 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 27/06/2014
NOME EMPRESARIAL SETE INTERNATIONAL TWO GMBH			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SETE TWO			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 221-6 - EMPRESA DOMICILIADA NO EXTERIOR			
LOGRADOURO SCHUBERTRING 6		NÚMERO 	COMPLEMENTO 1010
CEP 	BAIRRO/DISTRITO VIENNA	MUNICÍPIO VIENNA	UF EX
ENDEREÇO ELETRÔNICO 		TELEFONE 	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA - EMPRESA DOMICILIADA NO EXTERIOR		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/06/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **29/04/2016** às **14:41:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matricula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão	Alemão / Português	Nº	47018
Livro Nº 268		Folhas Nº	21

CERTIFICO E DOU FÉ, para os devidos fins, que nesta data me foi apresentado um documento em idioma alemão, que traduzo para o vernáculo no seguinte teor:

C Ó P I A

(Carimbo com dizeres ilegíveis do tabelião público BIEBER BEIX & PARTNER - Viena - Centro))

INSTRUMENTO NOTARIAL

Nesta data, aos 2 (dois) de maio de 2014 (dois mil e quatorze), eu, o Doutor Christian Mayer, tabelião público com ofício em Viena - Centro - e cartório em 1010 Viena, na Seilerstätte 28, dirigi-me, a pedido, às dependências da firma WOLF THEISS Rechtsanwälte GmbH & Co KG, com endereço na Schubertring 6, em 1010 Viena, onde fui recebido pela parte identificada mais adiante, ou seja, pelo meu conhecido pessoal, o doutor Klaus Hafner, nascido em 12 (doze) de maio de 1950 (mil novecentos e cinqüenta) com domicílio na Landackergasse 18, em 1190 Viena, na sua função de diretor-gerente investido de poderes de representação da firma Sete Holding GmbH, com sede em Viena, e com endereço comercial na Langackergasse 18, em 1190 Viena, inscrita no Registro de Comércio austríaco sob número FN 401499, para fins de lavrar a seguinte escritura de constituição de sociedade:

DECLARAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE

Sete International Two GmbH

Art. 1º

Razão social e sede

1. A sociedade **SETE HOLDING GMBH** constitui uma sociedade de responsabilidade limitada, que passa a girar sob a razão social de

Sete International Two GmbH

2. A sociedade tem a sua sede em Viena. A sociedade poderá abrir sucursais no país e no exterior.

Art. 2º



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matricula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão	Alemão / Português	Nº	47018
Livro Nº 268		Folhas Nº	22

Objeto Social

1. A sociedade tem por objeto social:
 - a) Compra, venda e gestão de ativos, limitadas às participações nas sociedades:
 - i. Comandatuba Drilling B.V.(Nº Ft 54933722).
 - ii. Interlagod DFrilling B.V. (Nº Ft 54934737)
 - iii. Itapema Drilling B.V. (Nº Ft 54934222)
 - iv. Itaunas Drilling B.V. (Nº Ft 54932408)
 - v. Inatinga Drilling B.V. (Nº Ft 56003560)
 - vi. Marambata Drilling B.V. (Nº Ft 52671798)
 - vii. Sahy Drilling B.V. (Nº Ft 54936381)
 - viii. Siry Drilling B.V. (Nº Ft 54932459)
 - b) A cooperação com as e a administração das sociedades mencionadas no Item a.;
 - c) Compra, gestão, exploração, gravame e disposição de direitos de propriedade, inclusive de propriedade intelectual e capital de investimento;
 - d) A colocação à disposição ou a garantia da preparação à disposição de empréstimos, em particular, porém não exclusivamente, de empréstimos a sociedades filiadas e/ou a sociedades coligadas ou a sociedades, nas quais a Sociedade detém uma participação, assim como o levantamento ou a garantia do levantamento de empréstimos.
2. A sociedade poderá – desde que legalmente autorizada – tomar todas as medidas e praticar todos os atos que atendam, direta ou indiretamente, os objetos sociais acima mencionados.

Art. 3º

Duração da sociedade, exercício social

1. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.
2. O exercício social corresponde ao ano calendário. O primeiro exercício social inicia-se com o registro da Sociedade no Registro do Comércio e encerra-se no dia 31.12 (trinta e um de dezembro) do ano em curso.

Art. 4º

Capital Social



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matrícula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão	Alemão / Português	Nº	47018
Livro Nº 268		Folhas Nº	23

1. O capital social da sociedade é no montante de EUR 70.000,00 (Setenta mil Euros) e será subscrito na íntegra pela firma Sete Holding GmbH, com sede em Viena, Áustria, com endereço comercial na Langackerstrasse 18, em 1190 Viena, Áustria, inscrita no Registro do Comércio austríaco sob número FN 401499 s.
2. O aporte de capital deverá ser em dinheiro e na íntegra, ou seja, no total de EURO 70.000,00 (setenta mil euros), antes do registro da sociedade no Registro do Comércio.

Art. 5º

Emissão e transferência de quotas de capital

1. As quotas de capital são divisíveis e transferíveis.
2. A transferência de quotas de capital requer a prévia autorização dos sócios, através de uma Resolução de Sócios

Art. 6

Órgãos da sociedade

São órgãos da Sociedade:

- a) A Diretoria-Executiva
- b) A Assembleia Geral

Art. 7º

Diretoria Executiva e Poderes de Representação

1. A Sociedade tem um ou vários Diretores-Gerente. Se for nomeado apenas um Diretor-Gerente, o mesmo será investido de poderes de representação individual. Se forem nomeados vários Diretores-Gerentes, a sociedade será representada por dois Diretores-Gerentes em conjunto ou por um deles em conjunto com um Procurador. Os sócios poderão conferir poderes de procuração individual a um Diretor-Gerente, mediante respectiva deliberação;
2. A nomeação e a revogação da nomeação dos Diretores-Gerentes são da competência da Assembleia Geral.
3. Se tiver sido nomeado apenas um Diretor-Gerente, ele terá poderes de



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matrícula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão
Livro Nº 268

Alemão / Português

Nº 47018
Folhas Nº 24

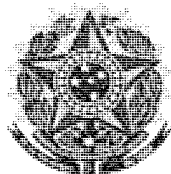
representação individual e, se tiverem sido nomeados vários Diretores-Gerentes, dois Diretores-Gerentes em conjunto podem ser investidos de poderes para outorgar a uma pessoa ou a várias pessoas poderes de representação da sociedade, assim como estabelecer o âmbito dos poderes a serem conferidos em tais procurações (*Procuradores*).

4. Os Diretores-Gerentes formam a Diretoria, a qual deverá cumprir as instruções da Assembleia Geral com respeito às diretrizes financeiras, sociais, econômicas, relativas ao meio-ambiente e ao quadro de pessoal. Os Diretores-Gerentes são responsáveis perante a Sociedade, no exercício de seus poderes de representação e de administração, no sentido de observar todas as restrições, às quais eles estiverem sujeitos por disposições legais, pela presente Declaração de Constituição, por um Regulamento Interno ou por deliberações dos sócios.

Art. 8º

Deliberações da Diretoria

1. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples dos votos dos Diretores-Gerentes ou por meio de pelo menos dois votos unânimes. No caso de empate na votação, a Diretoria deverá submeter esse objeto de deliberação à apreciação da Assembleia Geral, para a tomada de deliberação.
2. No caso de nomeação de mais de um Diretor-Gerente, nas reuniões da Diretoria cada Diretor-Gerente terá direito a um voto.
3. Se estiverem nomeados mais de um Diretor-Gerente, nas reuniões da Diretoria os Diretores-Gerentes poderão ser representados exclusivamente um outro Diretor-Gerente da Sociedade, nomeado com base em um mandato de procuração por escrito. Se tiver sido nomeado apenas um Diretor-Gerente, o mesmo não poderá fazer-se representar no exercício das obrigações de Diretor-Gerente.
4. Se a Sociedade for composta por mais de um Diretor-Gerente, as reuniões da Diretoria deverão ser convocadas por um Diretor-Gerente, se necessário mediante comunicação aos demais Diretores-Gerentes, com menção dos assuntos da ordem do dia e com observância de um prazo de convocação de três dias. A Diretoria está autorizada a tomar resoluções sem a convocação de uma reunião, por via escrita, no caso de todos os Diretores-Gerentes terem sido consultados a respeito e nenhum deles ter se manifestado em sentido contrário.
5. A Assembleia Geral poderá determinar a elaboração de um Regulamento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matrícula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão
Livro Nº 268

Alemão / Português

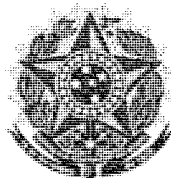
Nº 47018
Folhas Nº 25

Interno para a Diretoria, o qual deverá incluir aquelas questões para cuja tomada de deliberação deverá ser requerida antes uma aprovação da Assembleia Geral.

Art. 9º

Deliberações dos Sócios, Assembleia Geral

1. As deliberações dos sócios poderão ser tomadas por escrito com observância dos pré-requisitos do Artigo 34º (Parágrafo trinta e quatro) d Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada.
2. A Assembleia Geral deverá ser realizada pelo menos uma vez a cada ano, na sede da sociedade. Compete à Assembleia Geral em especial a tomada de deliberação sobre as seguintes questões:
 - a) O exame e a aprovação do Balanço Anual;
 - b) A distribuição do lucro apurado em balanço;
 - c) A aprovação da gestão dos Diretores-Executivos no curso do exercício social encerrado;
 - d) O reembolso de adiantamentos;
 - e) Fazer valer os direitos de indenização, que forem devidos por Diretores-Gerentes ou pelos seus representantes à sociedade em função da constituição ou da administração, assim como a nomeação de um representante para o ajuizamento de processos, quando a sociedade não puder ser representada pelos Diretores-Gerentes;
 - f) A celebração de contratos, por meio dos quais a Sociedade tenha de adquirir instalações existentes ou a serem produzidas, destinadas em caráter permanente às suas atividades comerciais, ou bens imóveis em um valor equivalente a EURO 42.000,00 (Euro quarenta e dois mil) ou a uma quantia correspondente em uma outra moeda e excedendo aquele valor, bem como a alteração de tais contratos por conta da Sociedade;
 - g) Aumento ou redução do capital social da Sociedade;
 - h) Alteração da presente Declaração de Constituição;
 - i) Qualquer forma de reestruturação jurídico-societária, em especial fusões e cisões;
 - j) Toda tomada de deliberação da Sociedade em reuniões de sócios de uma de suas sociedades afiliadas e em sociedades, nas quais a Sociedade possuir participações, sobre questões que deverão ser aprovadas pela Reunião de Sócios de referidas sociedades afiliadas, e sociedades, nas quais a Sociedade for detentora de participações



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matrícula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão	Alemão / Português	Nº	47018
Livro Nº 268		Folhas Nº	26

- k) Toda alteração dos critérios para a fundação, exploração ou limitação (i) do “Fundo de Performance”; (ii) do “Fundo de Renovação”, bem como (iii) da Conta-Reserva para Eventuais;
- l) O (i) exercício do direito de preferência para a compra de Quotas da Classe B, que forem emitidas por uma de suas sociedades afiliadas; (ii) o exercício de uma opção para a compra de Quotas da Classe B de uma de suas sociedades afiliadas, conforme previsto no respectivo Acordo entre Sócios de referida sociedade afiliada, assim como (iii) qualquer apresentação de oferta para a aquisição de quotas de capital da Classe B de uma de suas sociedades afiliadas.

Para a tomada de deliberação sobre os itens listados de f) até i), é requerida uma maioria de 75% dos votos dados.

3. A Assembleia Geral será convocada pelo(s) Diretor(es)-Gerente(s) ou por um sócio, com carta registrada endereçada ao último endereço informado à Sociedade pelos sócios, com menção da ordem do dia. Entre a data da postagem da carta de convocação e a data da assembléia deverá ser observado um prazo de pelo menos 7 (sete) dias.
4. Se todos os sócios estiverem presentes ou representados em uma Assembleia Geral, neste caso poderão ser tomadas também resoluções mesmo que a Assembleia Geral não tenha sido convocada regularmente.
5. Todos os sócios têm o direito de fazer-se representar na Assembleia Geral por uma pessoa devidamente nomeada por meio de instrumento de mandato por escrito.
6. A Assembleia Geral terá quórum se pelo menos 10% do capital social estiver presente ou representado, desde que a lei não estipule uma outra maioria. Caso esse quorum não seja atingido, deverá ser convocada uma nova Assembleia Geral, com referência ao quorum requerido e a qual estará restringida à deliberação sobre os itens da ordem do dia da primeira Assembleia Geral e que terá quorum independentemente do montante do capital social representado. Entre a data da primeira Assembleia Geral e da nova Assembleia Geral a ser convocada nos termos deste parágrafo 6), deverá ser observado um prazo de pelo menos 7 (sete) dias.
7. Na medida em que não for elaborada uma ata notarial de uma Assembleia Geral, os itens da ordem do dia e as deliberações da Assembleia Geral deverão ser lavrados em uma ata. As atas deverão constar em um Registro mantido para esse fim e devem ser assinadas pelo Presidente da Assembleia



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matricula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão
Livro Nº 268

Alemão / Português

Nº 47018
Folhas Nº 27

Geral e pelo Secretário, a ser eleito no início de cada Assembleia Geral. As atas ou as atas lavradas em tabelionato são válidas como prova das deliberações tomadas na Assembleia Geral.

Art. 10º

Balanco e Demonstrações Financeiras

1. Dentro de cinco meses após o encerramento de um exercício social, os Diretores-Gerentes deverão levantar o balanço anual da sociedade, correspondente ao exercício social anterior, enviando-o imediatamente aos sócios e, dentro de oito meses após o encerramento de um exercício social, o mais tardar, deverão submeter o mesmo à Assembleia Geral, para a tomada de deliberação.
2. Os sócios deliberam em uma Assembleia Geral sobre a aprovação do balanço anual, a gestão dos Diretores-Gerentes e sobre a distribuição do lucro apurado no balanço, desde que o mesmo tenha sido declarado. Nesse sentido, os sócios poderão deliberar também sobre a não distribuição aos sócios do lucro apurado em balanço ou então a distribuição somente de uma parte do mesmo.

Art. 11º

Dissolução e Liquidação

1. Para a dissolução da sociedade será requerida um deliberação aprovada por unanimidade pelos sócios.
2. Para a liquidação da sociedade deverão ser nomeados como Liquidantes os Diretores-Gerentes da Sociedade, desde que a Assembleia Geral não decida nomear outras pessoas por unanimidade de votos.

Art. 12º

Despesas de Constituição

As taxas e os custos correspondentes à constituição e ao registro da Sociedade no Registro do Comércio serão cobertos pela Sociedade até o valor máximo de EUR 14.000,00 (quatorze mil Euros). As despesas de fundação deverão ser contabilizadas na Conta Anual até esse valor máximo, como despesa.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matricula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão
Livro Nº 268

Alemão / Português

Nº 47018
Folhas Nº 28

Art. 13º

Foro

Fica eleito como foro competente para dirimir quaisquer divergências decorrentes do presente contrato, o foro competente de Viena.

Art. 14º

Cláusula Limitativa de Responsabilidade

Se disposições avulsas da presente Declaração de Constituição forem ou vierem a ser ineficazes, neste caso a eficácia de todas as demais disposições não será afetada. As disposições ineficazes serão substituídas por aquelas regulamentações que mais se aproximem da finalidade econômica visada. O mesmo se aplica se, na execução da Declaração de Constituição, for constatada uma lacuna contratual requerendo um aditamento. Uma disposição não clara deverá ser interpretada de tal modo que a finalidade econômica por ela visada seja alcançada.

Art. 15º

Disposições Finais

Na medida em que a presente Declaração de Constituição da Sociedade não estabelecer nenhuma outra disposição, aplicam-se à Sociedade as disposições da Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada.

---o0o---

Cópias desta Ata Notarial poderão ser distribuídas na quantidade que for desejada.

A presente ata foi extraída do Registro Notarial, lida à parte comparecente, cujo teor foi declarado por ela como correspondendo inteiramente ao que requereu, declarando-se inteira e expressamente de acordo, e que vai assinada de próprio punho por mim, Doutor Christian Mayer, Tabelião Público.

Aos 2 (dois) de maio de 2014 (dois mil e quatorze)

(assinado, ilegível)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Walter Heinrich Rudolph Frank

Tradutor Público e Intérprete Comercial

PORTUGUÊS / ALEMÃO

Matrícula JUCESP Nº 368 - CCM - 8.219.594.3 - RG Nº 2.123.526 - CPF/MF Nº 039.742.788-34 - INSS 109.329.277-66

01011-904 - Rua São Bento, 545 - 1ª s/l - Cj. 01 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (011) 3104-3838 - e-mail: atendimento@quicktranslation.com.br

Tradução/Versão	Alemão / Português	Nº	47018
Livro Nº 268		Folhas Nº	29

Douyot Klaus Hafner
Como Diretor-Gerente da
Sete Holding GmbH

(assinado, ilegível)

Dr. Christian Mayer – Tabelião Público

A presente cópia, emitida para a firma Sete International Two GmbH, está em conformidade integral com a escritura que se encontra lavrada em meus registros.

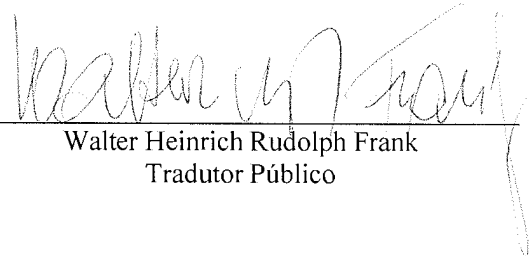
Viena, aos 2 (dois) de Maio de 2014 (dois mil e quatorze)

(assinado) Dr. Christian Mayer – Tabelião Público – chancela notarial

Nada mais. E, por conforme, assino e dou fé.

São Paulo, 18 de dezembro de 2014.

Emolumentos
R\$ 858,50
Recibo nº 16570
Data: 18/12/2014


Walter Heinrich Rudolph Frank
Tradutor Público



LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial

TS-65714(001)

Matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe com o número 04/132014, na data 14/04/2014, habilitado para os idiomas Inglês e Português. Página: 1

Eu, Lucas Livingstone Felizola Soares de Andrade, Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial, certifico que me foi apresentado um documento original no idioma Inglês para ser traduzido para o idioma Português, o que cumpri em razão do meu ofício, na forma abaixo://

//

DELIBERAÇÃO DOS ACIONISTAS//

//

(de acordo com a seção 34 parágrafo 1 GmbHG) //

//

da//

//

Sete International Two GmbH com sede em Viena//

//

FN 416453 g//

//

Sete Holding GmbH, sediada em Viena e com endereço comercial em Langackergasse 18, 1190 Viena, inscrita no Registro de Empresas Austríaco sob o nº FN 401499 s, como a única acionista da **Sete International Two GmbH**, sediada em Viena e com endereço comercial em Kleeblattgasse 4, 1010 Viena, FN 416453 g (a "**Empresa**"), juntamente decidem sobre as seguintes deliberações://

//

1. A deliberação é aprovada por escrito.//

//

2. O Sr. **José Francisco Rezende Faria Dutra**, nascido em 25 de janeiro de 1981, será destituído do cargo de diretor administrador da Empresa com efeito imediato. O Sr. José Francisco Rezende Faria Dutra será dispensado pela duração do seu cargo como diretor administrativo.//

//

3. O Sr. **Adriano Jose dos Santos Fagundes**, nascido em 12 de agosto de 1973, Rua Humaitá, 275, salas 802, 902, e 1302, BRA-22261-005, Rio de Janeiro, Brasil, será nomeado como diretor administrativo da Empresa com efeito imediato. O Sr. Adriano Jose dos Santos Fagundes representará a Empresa em conjunto com outro diretor administrativo ou funcionário autorizado (*Prokurist*). O Sr. Adriano Jose dos Santos Fagundes aceitará sua nomeação como diretor administrativo.//

//

4. O diretor administrativo está dispensado da proibição da auto-contratação com ele mesmo por sua própria conta ou agindo em nome de terceiros; dupla representação é permitida.//

//

5. O texto em alemão desta deliberação dos acionistas prevalecerá.//

//

Viena, 13 de fevereiro de 2015//

//

Av. Rio Branco, 181, Grupo
1105 - Centro
Cep: 20040-007
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2607.6437
easyts@easyts.com

Av. Paulista, 1169, conj 901
- Jardins
Cep: 01311-200
São Paulo/SP
Tel: (11) 3266.2254
easyts.sp@easyts.com

Av. 7 de Setembro 4995,
Sala 52 - Batel
Cep: 80260-070
Curitiba/PR
Tel: (41) 3601.6000
easyts.pr@easyts.com

Av. Cristóvão Colombo,
519, conj 1201 - Savassi
Cep: 30140-140
Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 3643.2030
easyts.mg@easyts.com

Edifício ITAÚ, SHCGN-CR
Qd. 708/709, bl. 'A', ent. 09,
1º andar, parte SL-04,
Asa Norte, Brasília/DF
Tel.: (61) 3962.2941
easyts.df@easyts.com



LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial

TS-65714(001)

Matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe com o número 04/132014, na data 14/04/2014, habilitado para os idiomas Inglês e Português.

Página: 2

[Consta assinatura]//

//

Sete Holding GmbH

//

representada por://

//

Dr. Klaus Hafner//

//

1087868//

//

(Deliberação dos Acionistas da Sete International Two GmbH - nomeação e destituição dos diretores administrativos)//

//

Eu certifico que a assinatura do de Magister Doktor Klaus **Hafner** agindo em sua qualidade de Diretor Administrativo da **Sete Holding GmbH** (número da empresa 401499s) sediada em - Viena e com endereço comercial em 1190 Viena, Langackergasse 18, é autêntica. Em conformidade com a inspeção de hoje do registro de empresas, certifico, de acordo com a seção oitenta e nove da Lei de Profissão Notarial [Notariatsordnung] que o funcionário acima está individualmente autorizado a representar a referida **Sete Holding GmbH**, inscrita sob o número de empresa 401499s.//

//

Viena, 13 (treze) de fevereiro de 2015 (dois mil e quinze)//

//

[Consta carimbo]//

//

[Constam carimbos com assinatura]//

//

[Constam carimbos]//

//

Nada mais continua o documento que fielmente traduzi, conferi, achei conforme e dou fé. Esta Tradução não implica julgamento sobre a forma, a autenticidade e/ou o conteúdo do documento. Lucas Livingstone Felizola Soares de Andrade, matrícula 04/132014 JUCESE. São Cristóvão, 22/02/2016.//

LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
SWORN PUBLIC TRANSLATOR
MCC 04/132014

Av. Rio Branco, 181, Grupo
1105 - Centro
Cep: 20040-007
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2607.6437
easyts@easyts.com

Av. Paulista, 1159, conj 901
- Jardins
Cep: 01311-200
São Paulo/SP
Tel: (11) 3266.2264
easyts.sp@easyts.com

Av. 7 de Setembro 4995,
Sala 62 - Batel
Cep: 80260-070
Curitiba/PR
Tel: (41) 3601.6000
easyts.pr@easyts.com

Av. Cristóvão Colombo,
519, conj 1201 - Savassi
Cep: 30140-140
Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 3643.2030
easyts.mg@easyts.com

Edifício ITAÚ, SHCGN-CR
Qd. 708/709, bl. 'A', ent. 09,
1º andar, parte SL-04,
Asa Norte, Brasília/DF
Tel.: (61) 3962.2941
easyts.df@easyts.com

GESELLSCHAFTERBESCHLUSS

(gemäß § 34 Abs 1 GmbHG)

der

**Sete International Two GmbH
mit Sitz in Wien**

FN 416453 g

Sete Holding GmbH, mit Sitz in Wien und der Geschäftsanschrift Langackergasse 18, 1190 Wien, eingetragen im österreichischen Firmenbuch unter FN 401499 s, fasst als Alleingesellschafterin der **Sete International Two GmbH**, mit dem Sitz in Wien und der Geschäftsanschrift Kleeblattgasse 4, 1010 Wien, FN 416453 g (die "**Gesellschaft**"), folgenden Umlaufbeschluss:

1. Die Beschlussfassung erfolgt schriftlich.
2. Herr **José Francisco Rezende Faria Dutra**, geboren am 25 Januar 1981, wird mit sofortiger Wirkung als Geschäftsführer der Gesellschaft abberufen. Herrn Jose Francisco Rezende Faria Dutra wird die Entlastung für seine bisherige Tätigkeit als Geschäftsführer erteilt.
3. Herr **Adriano Jose dos Santos Fagundes**, geboren am 12 August 1973, Rua Humaitá, 275, suites 802, 902, und 1302, BRA-22261-005, Rio de Janeiro, Brasilien, wird mit sofortiger Wirkung zum Geschäftsführer der Gesellschaft bestellt. Herr Adriano Jose dos Santos Fagundes vertritt die Gesellschaft gemeinsam mit einem weiteren Geschäftsführer oder einem Prokuristen. Adriano Jose dos Santos Fagundes hat seine Bestellung zum Geschäftsführer

SHAREHOLDERS RESOLUTION

(pursuant to sec 34 para 1 GmbHG)

of

**Sete International Two GmbH
with its seat in Vienna**

FN 416453 g

Sete Holding GmbH, with its seat in Vienna and its business address at Langackergasse 18, 1190 Vienna, registered with the Austrian Companies Register under FN 401499 s, as the sole shareholder of **Sete International Two GmbH**, with its seat in Vienna and the business address at Kleeblattgasse 4, 1010 Vienna, FN 416453 g (the "**Company**"), herewith resolves upon the following resolutions:

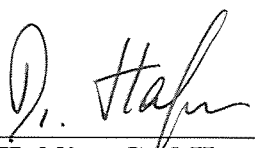
1. The resolution is passed in writing.
2. Mr. **José Francisco Rezende Faria Dutra**, born on 25 January 1981, shall be dismissed as managing director of the Company with immediate effect. Mr. José Francisco Rezende Faria Dutra shall be discharged for the duration of his function as managing director.
3. Mr. **Adriano Jose dos Santos Fagundes**, born on 12 August 1973, Rua Humaitá, 275, suites 802, 902, and 1302, BRA-22261-005, Rio de Janeiro, Brasil, shall be appointed as managing director of the Company with immediate effect. Mr. Adriano Jose dos Santos Fagundes shall represent the Company together with another managing director or an authorized officer (*Prokurist*). Mr. Adriano Jose dos Santos Fagundes accepted his appointment as managing

angenommen.

director.

- | | |
|---|--|
| <p>4. Der Geschäftsführer ist jeweils von dem Verbot des Kontrahierens mit sich selbst auf eigene Rechnung oder als Vertreter eines Dritten befreit; die Doppelvertretung ist zulässig.</p> <p>5. Die deutsche Fassung dieses Gesellschafterbeschlusses ist maßgeblich und verbindlich.</p> | <p>4. The managing director is dispensed from the prohibition of self-contracting with himself on his own account or acting on behalf of a third person; double representation is permissible.</p> <p>5. The German text of this shareholder resolution shall prevail.</p> |
|---|--|

Wien, 13. Februar 2015 / Vienna, 13 February 2015




Sete Holding GmbH
represented by / vertreten durch
Dr. Klaus Hafner

Gebühr € 14,30 entrichtet

BRZ. 985/2015/eh

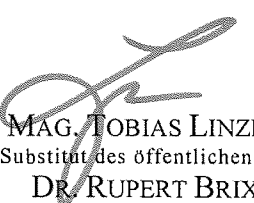
Die Echtheit vorstehender Firmazeichnung des Herrn Magister Doktor Klaus **Hafner** als Geschäftsführer der **Sete Holding GmbH** (FN 401499s), mit dem Sitz in Wien und der Geschäftsanschrift 1190 Wien, Langackergasse 18, wird bestätigt. -----
Auf Grund der heute vorgenommenen Einsichtnahme in das Firmenbuch bestätige ich gemäß § 89a Notariatsordnung die alleinige Vertretungsberechtigung des Vorgenannten für die unter FN 401499s eingetragene **Sete Holding GmbH**. -----
Wien, am 13. (dreizehnten) Februar 2015 (zweitausendfünfzehn) -----

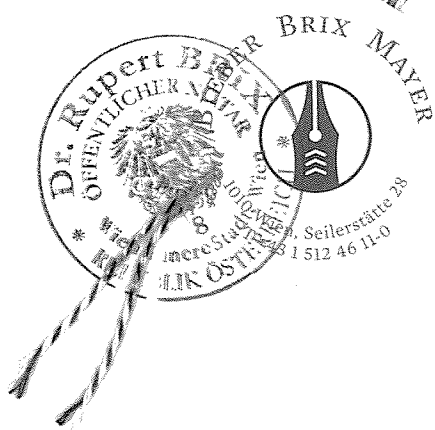



MAG. TOBIAS LINZER
als Substitut des öffentlichen Notars
DR. RUPERT BRIX
mit dem Amtssitz in Wien – Innere Stadt

I herewith certify that the signature of Magister Doktor Klaus **Hafner** in his capacity as Managing Director of **Sete Holding GmbH** (company number 401499s) having its registered office at Vienna and its business address at 1190 Vienna, Langackergasse 18, is authentic. -----
Pursuant to today's inspection of the register of companies, I certify in accordance with section eighty-nine a of the Notarial Profession Act [Notariatsordnung] that the above officer is authorised individually to represent the said **Sete Holding GmbH**, registered under company number 401499s. -----
Vienna, 13th (thirteenth) February 2015 (Two thousand and fifteen) -----




MAG. TOBIAS LINZER
als Substitut des öffentlichen Notars
DR. RUPERT BRIX
mit dem Amtssitz in Wien – Innere Stadt





LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial

TS-65714(001)

Matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe com o número 04/132014, na data 14/04/2014, habilitado para os idiomas Inglês e Português. Página: 1

Eu, Lucas Livingstone Felizola Soares de Andrade, Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial, certifico que me foi apresentado um documento original no idioma Inglês para ser traduzido para o idioma Português, o que cumpri em razão do meu ofício, na forma abaixo://

//

DELIBERAÇÃO DOS ACIONISTAS//

//

(de acordo com a seção 34 parágrafo 1 GmbHG) //

//

da//

//

Sete International Two GmbH com sede em Viena//

//

FN 416453 g//

//

Sete Holding GmbH, sediada em Viena e com endereço comercial em Langackergasse 18, 1190 Viena, inscrita no Registro de Empresas Austríaco sob o nº FN 401499 s, como a única acionista da **Sete International Two GmbH**, sediada em Viena e com endereço comercial em Kleeblattgasse 4, 1010 Viena, FN 416453 g (a "**Empresa**"), juntamente decidem sobre as seguintes deliberações://

//

1. A deliberação é aprovada por escrito.//

//

2. O Sr. **José Francisco Rezende Faria Dutra**, nascido em 25 de janeiro de 1981, será destituído do cargo de diretor administrador da Empresa com efeito imediato. O Sr. José Francisco Rezende Faria Dutra será dispensado pela duração do seu cargo como diretor administrativo.//

//

3. O Sr. **Adriano Jose dos Santos Fagundes**, nascido em 12 de agosto de 1973, Rua Humaitá, 275, salas 802, 902, e 1302, BRA-22261-005, Rio de Janeiro, Brasil, será nomeado como diretor administrativo da Empresa com efeito imediato. O Sr. Adriano Jose dos Santos Fagundes representará a Empresa em conjunto com outro diretor administrativo ou funcionário autorizado (*Prokurist*). O Sr. Adriano Jose dos Santos Fagundes aceitará sua nomeação como diretor administrativo.//

//

4. O diretor administrativo está dispensado da proibição da auto-contratação com ele mesmo por sua própria conta ou agindo em nome de terceiros; dupla representação é permitida.//

//

5. O texto em alemão desta deliberação dos acionistas prevalecerá.//

//

Viena, 13 de fevereiro de 2015//

//

Av. Rio Branco, 181, Grupo
1105 - Centro
Cep: 20040-007
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2607.6437
easyts@easyts.com

Av. Paulista, 1169, conj 901
- Jardins
Cep: 01311-200
São Paulo/SP
Tel: (11) 3266.2254
easyts.sp@easyts.com

Av. 7 de Setembro 4995,
Sala 52 - Batel
Cep: 80260-070
Curitiba/PR
Tel: (41) 3601.6000
easyts.pr@easyts.com

Av. Cristóvão Colombo,
519, conj 1201 - Savassi
Cep: 30140-140
Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 3643.2030
easyts.mg@easyts.com

Edifício ITAÚ, SHCGN-CR
Qd. 708/709, bl. 'A', ent. 09,
1º andar, parte SL-04,
Asa Norte, Brasília/DF
Tel.: (61) 3962.2941
easyts.df@easyts.com



LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
Tradutor Público Juramentado e Intérprete Comercial

TS-65714(001)

Matriculado na Junta Comercial do Estado de Sergipe com o número 04/132014, na data 14/04/2014, habilitado para os idiomas Inglês e Português.

Página: 2

[Consta assinatura]//

//

Sete Holding GmbH//

//

representada por://

//

Dr. Klaus Hafner//

//

1087868//

//

(Deliberação dos Acionistas da Sete International Two GmbH - nomeação e destituição dos diretores administrativos)//

//

Eu certifico que a assinatura do de Magister Doktor Klaus **Hafner** agindo em sua qualidade de Diretor Administrativo da **Sete Holding GmbH** (número da empresa 401499s) sediada em - Viena e com endereço comercial em 1190 Viena, Langackergasse 18, é autêntica. Em conformidade com a inspeção de hoje do registro de empresas, certifico, de acordo com a seção oitenta e nove da Lei de Profissão Notarial [Notariatsordnung] que o funcionário acima está individualmente autorizado a representar a referida **Sete Holding GmbH**, inscrita sob o número de empresa 401499s.//

//

Viena, 13 (treze) de fevereiro de 2015 (dois mil e quinze)//

//

[Consta carimbo]//

//

[Constam carimbos com assinatura]//

//

[Constam carimbos]//

//

Nada mais continha o documento que fielmente traduzi, conferi, achei conforme e dou fé. Esta Tradução não implica julgamento sobre a forma, a autenticidade e/ou o conteúdo do documento. Lucas Livingstone Felizola Soares de Andrade, matrícula 04/132014 JUCESE. São Cristóvão, 22/02/2016.//

LUCAS LIVINGSTONE FELIZOLA SOARES DE ANDRADE
SWORN PUBLIC TRANSLATOR
MCC 04/132014

Av. Rio Branco, 181, Grupo
1105 - Centro
Cep: 20040-007
Rio de Janeiro/RJ
Tel: (21) 2607.6437
easyts@easyts.com

Av. Paulista, 1159, conj 901
- Jardins
Cep: 01311-200
São Paulo/SP
Tel: (11) 3266.2264
easyts.sp@easyts.com

Av. 7 de Setembro 4995,
Sala 62 - Batel
Cep: 80260-070
Curitiba/PR
Tel: (41) 3601.6000
easyts.pr@easyts.com

Av. Cristóvão Colombo,
519, conj 1201 - Savassi
Cep: 30140-140
Belo Horizonte/MG
Tel: (31) 3643.2030
easyts.mg@easyts.com

Edifício ITAÚ, SHCGN-CR
Qd. 708/709, bl. 'A', ent. 09,
1º andar, parte SL-04,
Asa Norte, Brasília/DF
Tel.: (61) 3962.2941
easyts.df@easyts.com

DOC. 7

IBOVESPA -0,68% 41.798 pts
NASDAQ +0,40% 4.561 pts
SHANGHAI -6,41% 2.741 pts
IFIX +0,35% 1.351 pts
DÓLAR -0,52% R\$ 3,94
EURO -0,42% R\$ 4,34
CDI 14,13% a.a.
POUPANÇA 0,66% a.m.



Notícias, ações e muito mais

Guia Onde Investir 2016 Baixe Grátis!



Entrar Identifique-se

Cadastro É fácil, é grátis

últimas mercados onde investir minhas finanças imóveis franquias negócios carreira infomoneyTV blogs

Home petrobras Notícia



Crise na Petrobras afunda sonho de Dilma de transformar Brasil em titã naval, diz FT

Em matéria do último final de semana, o jornal britânico Financial Times destacou que o sonho da presidente Dilma Rousseff em transformar o "Brasil num titã da indústria naval foi por água abaixo"

Avaliação da notícia: Excelente MyPush Facebook

Por [Lara Rizério](#) | 8h38 | 27-01-2015

SÃO PAULO - A [crise](#) que a Petrobras ([PETR3](#); [PETR4](#)) vive e o seu desenrolar nos setores da [economia](#) continuam ganhando destaque na imprensa internacional. Em matéria do último final de semana, o [jornal britânico Financial Times](#) destacou que o sonho da presidente [Dilma Rousseff](#) em transformar o "Brasil num titã da indústria naval foi por água abaixo" em meio aos problemas que a estatal enfrenta.

"Em 2012, a presidente do [Brasil](#), Dilma Rousseff visitou o sul do estado do Rio Grande do Sul para visitar um projeto do coração da líder de esquerda - o renascimento da indústria de construção naval do país. No Estaleiro Rio Grande, um dos cinco estaleiros contratados pela Sete Brasil, uma nova [empresa](#) de perfuração brasileira criada para produzir 29 navios, ela se dirigiu a 4 mil trabalhadores e falou: 'aqui no Rio Grande do Sul, vemos o nascimento e crescimento de uma indústria naval'".

Contudo, menos de três anos depois, o plano de Dilma e do PT de transformar o País numa força naval da indústria de petróleo e gás está em dúvida. A expectativa é de que a Petrobras divulgue seus resultados não-auditados do terceiro trimestre nesta terça-feira, com meses de atraso em meio a uma grave crise, ressalta o jornal.

E um grupo que está atento a isso é a Sete Brasil. Fundada em 2010 e como carro-chefe para o setor de petróleo e gás, possuindo contratos de US\$ 89 bilhões para construir, arrendar e operar 29 sondas de perfuração e criando 150 mil postos de trabalho, a empresa enfrenta dificuldades financeiras. E o jornal britânico ressalta ainda a fala de críticos que destaca que, na verdade, a Sete [Brasil](#) ajudou a aumentar os custos da estatal, uma vez que era possível obter equipamentos mais baratos no exterior.



+ Lidas

- OPERAÇÃO ZELOTES**
PF deflagra nova fase da Zelotes que tem Gerdau como alvo; presidente da empresa vai depor
- RESULTADOS**
Vale, BB e Ambev divulgam balanço de 2015; Pão de Açúcar vê lucro cair 99%
- DESTAQUES DA BOLSA**
Holding da Gerdau afunda até 13% com Zelotes; Oi cai 9% sem apoio de bilionário russo
- E O CALOTE?**
Brasil aciona nova "bomba-relógio": afinal, estamos fiertando com um calote?
- BOLSAS**
Ibovespa cai mais de 1% puxado por resultados fracos e Petrobras; dólar recua

MAIS NOTÍCIAS

O que você gostaria de aprender hoje?

- Qual é o melhor CDB ou título do Tesouro Direto?
- Investir no Tesouro Direto
- Introdução Análise Técnica



COMBO GVT EMPRESAS
COM MAIS BENEFÍCIOS
PARA O SEU NEGÓCIO

- Internet Corporativa Dedicada
- Roteador GVT incluso
- Acompanhamento de performance com Relatórios online

INTERNET CORPORATIVA GVT
20 MEGA
COM
50% DESCONTO
VÁLIDO NOS 3 PRIMEIROS MESES

LIGUE GRÁTIS
0800 700 5025

ASSINE JÁ

GVT·vivo
EMPRESAS

Os acionistas da Sete incluem a própria Petrobras, dois dos maiores bancos do setor privado cotadas do país, BTG Pactual e Bradesco, e uma série de fundos de pensão e de investimento no Brasil. As empresas contratadas para operar os equipamentos, por sua vez, incluem unidades de alguns dos maiores grupos de construção do Brasil, bem como as multinacionais Seadrill e Odjfell.

Os proprietários dos estaleiros incluem empresas de construção locais Odebrecht, Queiroz Galvão, UTC e OAS, juntamente com os parceiros estrangeiros, como a Mitsubishi do Japão e de Cingapura Keppel Fels. "Sete Brasil foi um exercício muito inteligente em project finance", disse um investidor. "Mas. . . na época, ninguém pensou Petrobras iria ter tais problemas financeiros. "

E, ressalta o FT, quando a Operação Lava Jato foi deflagrado no início de 2014, o ex-diretor da Sete Brasil, Pedro Barusco, foi acusado de má conduta quando tinha um cargo na Petrobras. E entrou num acordo de delação premiada em que se compromete a devolver US\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Em meio a esse imbróglio, unidades de muitos dos grandes grupos brasileiros com contratos com a Sete Brasil também foram acusados de irregularidades. E, com isso, um dos problemas mais imediatos para a Sete (e a Petrobras) é a crise financeira e problemas para entregar o que fora prometido.

Um empréstimo de US \$ 3,1 bilhões foi acordado com o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) em 2013, mas o desembolso fora adiado por negociações contratuais prolongadas. Os investidores estão preocupados por que, sem o financiamento de longo prazo mais barato oferecido pelo BNDES e que é necessário para refinanciar empréstimos de curto prazo, o projeto enfrentará problemas de liquidez.

A Sete Brasil disse que o empréstimo foi deverá ser finalizado dentro das "próximas semanas", mas não se pronunciou sobre se o processo tinha sido adiado. Enquanto isso, rumores de mercado apontam que Dilma trabalha pessoalmente para agilizar o empréstimo.

E o jornal britânico aponta uma saída, mas que não deve ser considerada pela presidente: "Com os problemas da Petrobras piorando, alguns investidores têm sugerido que o governo permita que a Sete obtenha algumas plataformas de perfuração mais baratas no exterior. Tal movimento, no entanto, seria politicamente intragável para Dilma Rousseff. Afinal de contas, ela pretendia criar o legado de uma gigante da construção naval no Brasil - e não mais empregos na Ásia".

Avalie essa notícia:

MyPush

Facebook

DOC. 8

Empresas

Arnaud de Puyfontaine, executivo-chefe da Vivendi, manifestou posição favorável à venda da TIM B5



Destaques

'Layoff' na Mercedes

A Mercedes-Benz vai afastar, a partir de quarta-feira, 75 operários da produção na fábrica de Juiz de Fora (MG), onde são montados os caminhões extrapesados da marca. O grupo terá os contratos de trabalho suspensos por cinco meses em esquema de "layoff", no qual os funcionários têm parte do salário (R\$ 1,3 mil) financiada por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalho (FAT). Com o retorno deles, previsto para 1º de dezembro, outra turma da fábrica mineira entrará em "layoff". Mas, nesse caso, o número de metalúrgicos envolvidos ainda será definido.

GLP fecha locações

A Global Logistic Properties (GLP), maior empresa de galpões com atuação no Brasil, fechou locações para Magazine Luiza, Certa e Argos. A Magazine Luiza pré-locou 41 mil metros quadrados em parque logístico em Guarulhos. A Certa alugou 15 mil metros quadrados em Jundiaí, e a Argos pré-locou 12 mil metros quadrados em Guarulhos.

Índice

Governança	B2
Infraestrutura	B2 e B3
Mercado de Investimentos	B2
Indústria	B4
Serviços e Tecnologia	B5 e B6
Telefonia e Consumo	B6 e B7
The Wall Street Journal Americas	B8
Commodities	B9
Agregados	B10

Sondas Empresa tem até 14 de agosto para ter plano de reestruturação aprovado por Petrobras e credores

Sete Brasil prorroga prazo da dívida

Francisco Góes
Do Rio

A Sete Brasil, empresa criada para construir sondas de perfuração para a Petrobras, ganhou mais tempo para chegar a um entendimento com os bancos credores. O Valor apurou que a Sete conseguiu estender até 14 de agosto o prazo para que o plano de reestruturação da companhia seja aprovado por todos os acionistas, incluindo a Petrobras, e também pelos seis bancos credores que concederam empréstimos de curto prazo à empresa no valor de US\$ 3,6 bilhões.

"A empresa ganhou mais fôlego no acordo com os bancos", disse fonte próxima das negociações. No fim de março, os bancos já haviam chegado a um acordo com a Sete Brasil para estender por 90 dias o vencimento dos US\$ 3,6 bilhões, prazo que venceria na terça-feira, 30 de junho. Agora, os bancos concordam em dar mais 45 dias de prazo à Sete Brasil. Segundo fontes, os bancos apresentaram uma minuta de proposta, para estender novamente o prazo, mas o acordo ainda não foi assinado, o que deve ocorrer até terça-feira.

O plano de reestruturação da Sete foi aprovado em maio pelos acionistas da companhia em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), mas ainda precisa receber o apoio formal da Petrobras. O documento, com vários cenários, busca definir o novo plano de negócios da Sete e a forma segundo a qual a empresa vai renegociar a sua dívida, da ordem de US\$ 4,5 bilhões. Os acionistas da Sete foram comunicados ontem do entendimento com os bancos.

Até 14 de agosto haverá algumas etapas a serem cumpridas, mas até lá a Sete ficará protegida de eventuais execuções de garantias. Os bancos querem ter em mãos o plano da companhia aprovado pela diretoria da Petrobras até 15 de julho. Se a estatal fizer mudanças no plano aprovado na AGE de maio da Sete, será preciso submetê-lo novamente à aprovação dos controladores, o HP Sondas, o qual tem 93% das ações da companhia. Os outros 5% são detidos diretamente pela Petrobras, que também participa no HP. Os outros quotistas do fundo são Petros, Funcef, Previ, Valia, Santander, Fundo Strong, BTG Pactual, Larkshore, Luce Venture e FI-FGTS.

O Valor apurou que a diretoria da Petrobras ainda não apreciou o plano da Sete Brasil. Há expectativa no mercado de que a estatal possa avaliar o assunto na próxima semana. O fato de a Petrobras estar envolvida na divulgação do seu plano de negócios para o período 2015-2019, que será submetido hoje à aprovação do conselho de administração, fez com que o assunto Sete Brasil tivesse de esperar mais um pouco para ser alvo de deliberação pelos diretores da estatal, disseram fontes. A tendência, depois de receber o sinal verde de todos os interessados (Petrobras, demais acionistas e credores), é que a reestruturação da Sete resulte em uma empresa mais enxuta, que investirá menos dos que os US\$ 25 bilhões previstos inicialmente. O valor do investimento vai depender do número de sondas a serem construídas no novo plano. A tendência é que o portfólio caia de 28 unidades para 19 sondas. As taxas de afretamento das unidades devem ser mantidas. Há outros assuntos a serem apreciados pela estatal, como a definição de um novo cronograma de construção para as sondas



Carteira enxuta: sondas contratadas pela Petrobras podem cair de 28 para 19

uma vez que os prazos originais ficaram comprometidos com os atrasos nos pagamentos da Sete aos estaleiros contratados.

Pelo acordo, os bancos teriam um mês, a partir de 15 de julho, para analisar e aprovar o plano da Sete Brasil em seus comitês de crédito. "Com a aprovação por todos os interessados, haverá um plano com condições firmes de cumprimento para ser implementado", disse uma fonte. O plano considera cenários de pagamento de parte

da dívida da empresa com os bancos credores e também prevê o alongamento de parcela dos débitos. Para implementar o plano, a Sete precisará de dinheiro novo, tendo de ser capitalizada. Os sócios têm buscado aporte de capital de novos investidores, entre os quais asiáticos. Os atuais acionistas colocaram R\$ 8,3 bilhões na Sete e, se forem consideradas também as dívidas com os bancos, os compromissos assumidos pela Sete chegam a cerca de R\$ 20 bilhões.

SIEMENS

O que é importante para o Brasil é importante para a Siemens.
 Há 110 anos estamos juntos, enfrentando desafios com inovações.

Siemens 110 anos no Brasil

A Siemens tem uma história com o Brasil. Há mais de um século, estamos trabalhando lado a lado com os brasileiros em projetos inovadores que ajudam no avanço do país e a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem aqui.

A energia sustentável é importante.
 O primeiro parque eólico da Siemens foi construído no Ceará. Com um sistema avançado de monitoramento remoto, otimizamos a utilização dos ventos para gerar mais energia e aumentamos a disponibilidade das máquinas, com mínimas interrupções.

O avanço da indústria é importante.
 Uma indústria de alta performance faz o Brasil ser mais competitivo no mercado global. Com os softwares e os sistemas de automação da Siemens, os processos industriais ganham eficiência e flexibilidade, reduzindo prazos e custos.

A infraestrutura inteligente é importante.
 Para colaborar com um fornecimento confiável e eficiente no Brasil, nossos sistemas inteligentes monitoram em tempo real o desempenho da geração, transmissão e distribuição de energia, garantindo o melhor aproveitamento de todas as fontes disponíveis.

O cuidado com a saúde é importante.
 A Siemens trabalha todos os dias com profissionais da saúde para levar avançada tecnologia em medicina diagnóstica e suporte ao tratamento de doenças ameaçadoras a mais de 200 milhões de brasileiros, onde quer que eles estejam.

Tudo isso é importante para o Brasil.
 Para tornar real o que é importante, nossos mais de 7 mil colaboradores trabalham com clientes e parceiros, enfrentando grandes desafios com soluções inovadoras.



Interaja com este anúncio

- Ative o leitor de QR Code do celular.
- Aponte a câmera para o código acima.
- Escaneie e abra o aplicativo Siemens.
- Pronto! A história para a história da Siemens.

DOC. 9

Sete Brasil Participações S.A.
Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2012



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Sete Brasil Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.



Sete Brasil Participações S.A.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IAS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

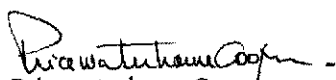
Conforme descrito na nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sete Brasil Participações S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

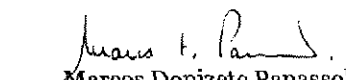


Sete Brasil Participações S.A.

Em 27 de março de 2013 emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Sete Brasil Participações S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2.19, as demonstrações do fluxo de caixa foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir ajustes na classificação de certas transações. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras foram ajustadas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2013


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Sete Brasil Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	87.951	82.103	566.910	89.954
Ativo financeiro a valor justo por meio do resultado	7	1.743	600	296.091	600
Adiantamentos diversos		802	295	802	295
Despesas antecipadas	8		69		69
		90.496	83.067	865.711	90.918
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	8	23.278	33.068	91.938	33.068
Partes relacionadas	19 (e,f,h)			25.343	
Fundo Garantidor da Constituição Naval - FGCN				4.549	
		23.278	33.068	121.830	33.068
Investimentos					
Imobilizado	9	1.785.015	124.284		
Intangíveis	11	5.808	2.084	6.073.893	149.947
	10	4.982	4.852	4.982	4.852
		1.819.083	164.288	6.200.705	187.867
Total do ativo		1.909.579	247.355	7.066.416	278.785
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12	7.933	1.117	2.191.710	32.168
Empréstimos e financiamentos	15	10.291	2.603	2.543.554	2.603
Obrigações sociais e trabalhistas	13	511	394	10.291	394
Obrigações Fiscais	14	2	87	13.385	87
Outros passivos		18.737	4.201	2	2
		18.737	4.201	4.758.942	35.252
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	12			254.480	13
Empréstimos e financiamentos	15			254.480	13
		18.737	4.201	5.013.422	35.285
Total do passivo		18.737	4.201	5.013.422	35.285
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da Controladora					
Capital social	16(a)	2.021.000	270.000	2.021.000	270.000
Gastos com emissão de ações	16(a)	(41.105)	(8.036)	(41.105)	(8.036)
Ajuste de avaliação patrimonial	16(c)	(4.369)	851	(4.369)	851
Prejuízos acumulados		(84.684)	(19.661)	(84.684)	(19.661)
		1.890.842	243.154	1.890.842	243.154
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.890.842	243.154	1.890.842	243.154
Participação dos acionistas não controladores				162.152	366
		1.890.842	243.154	2.052.994	243.520
Total do patrimônio líquido		1.909.579	247.355	7.066.416	278.785
Total do passivo e patrimônio líquido		1.909.579	247.355	7.066.416	278.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Despesas administrativas	17	(64.990)	(21.340)	(91.734)	(21.781)
Participação nos resultados de controladas	9	1.062	(943)		
Outras despesas operacionais		(1.787)	(263)	(1.786)	(263)
Prejuízo operacional		(65.715)	(22.546)	(93.520)	(22.044)
Receitas financeiras	18	7.844	2.841	8.778	2.841
Despesas financeiras	18	(7.044)	(609)	(10.448)	(624)
Variações cambiais e monetárias	18	(108)	653	21.994	120
Resultado financeiro líquido		692	2.885	20.324	2.337
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(65.023)	(19.661)	(73.196)	(19.707)
Imposto de renda e contribuição social					(1)
Prejuízo do exercício		(65.023)	(19.661)	(73.196)	(19.708)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				(65.023)	(19.661)
Participação dos não controladores				(8.173)	(47)
				(73.196)	(19.708)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prejuízo do exercício	(65.023)	(19.661)	(73.196)	(19.708)
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	21.143	1.258	24.562	1.264
Ajustes de avaliação patrimonial	(11.747)	(407)		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(55.627)</u>	<u>(18.810)</u>	<u>(48.634)</u>	<u>(18.444)</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(55.627)	(18.810)
Participação dos não controladores			6.993	366
			<u>(48.634)</u>	<u>(18.444)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízo acumulado	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2010							
Total do resultado abrangente do exercício			(19.661)		(19.661)	(47)	(19.708)
Prejuízo do exercício							
Reflexos de controladas				1.258	1.258	6	1.264
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 9)				(407)	(407)		
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9)							
Total do resultado abrangente do exercício			(19.661)	851	(18.810)	386	(18.444)
Total de contribuições de acionistas e distribuição aos acionistas	270.000	(8.036)			270.000		270.000
Integralização de capital (Nota 16(a))					(8.036)		(8.036)
Custos com emissões de ações (Nota 16(a))							
Total de contribuições de acionistas e distribuição aos acionistas	270.000	(8.036)			261.964		261.964
Em 31 de dezembro de 2011							
Total do resultado abrangente do exercício			(65.023)		(65.023)	(8.173)	(73.196)
Prejuízo do exercício							
Reflexos de controladas				21.143	21.143	3.419	24.562
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 9)				(11.747)	(11.747)	1.747	
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 9)							
Total do resultado abrangente do exercício			(65.023)	9.396	(55.627)	6.993	(48.634)
Total de contribuições de acionistas e distribuição aos acionistas	1.751.000	(33.069)			1.751.000	140.177	1.891.177
Integralização de capital (Nota 16(a))					(33.069)		(33.069)
Custos com emissões de ações (Nota 16(a))							
Total de contribuições de acionistas e distribuição aos acionistas	1.751.000	(33.069)			1.717.931	140.177	1.858.108
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle				(14.616)	(14.616)	14.616	
Venda de participação societária (Nota 19.h)							
Total de transações com acionistas				(14.616)	(14.616)	14.616	
Em 31 de dezembro de 2012	2.021.000	(41.105)	(84.684)	(4.369)	1.890.842	162.152	2.052.994

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012 (Reapresentado (Nota 2.19))	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(65.023)	(19.661)	(73.196)	(19.708)
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	2.267	281	2.267	281
Resultado de participação societária	(1.062)	943		
Variação cambial e monetária			(21.994)	
	(63.818)	(18.437)	(92.923)	(19.427)
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em tributos a recuperar	(1.143)	(600)	(1.308)	(600)
Aumento em adiantamentos diversos	(507)	(295)	(507)	(295)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	10.183	(33.137)	(58.477)	(33.137)
Aumento em fornecedores e outras contas a pagar	6.492	1.117	9.075	1.820
Aumento em obrigações fiscais	117	394	12.991	394
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais	7.688	2.603	7.688	4.025
Aumento (redução) em outros passivos	(85)	87	(85)	87
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(41.073)	(48.268)	(123.546)	(47.133)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(4.228)	(2.235)	(3.672.935)	(119.737)
Aquisição de ativo intangível	(1.893)	(4.982)	(1.893)	(4.982)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			(296.091)	
Aumento em partes relacionadas			(25.343)	
Investimentos FGCM			(4.549)	
Aporte de capital em subsidiárias	(1.664.889)	(124.376)		
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.671.010)	(131.593)	(4.000.811)	(124.719)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos			2.851.661	
Pagamentos de empréstimos			(127.895)	
Aumento de capital acionistas controladores	1.751.000	270.000	1.751.000	270.000
Aumento de capital acionistas não controladores			140.177	
Custo para emissão de capital	(33.069)	(8.036)	(33.069)	(8.036)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.717.931	261.964	4.581.874	261.964
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	5.848	82.103	457.517	90.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	82.103		89.954	
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa			19.439	(158)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	87.951	82.103	566.910	89.954

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Sete Brasil") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar, a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Os acionistas da Companhia são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social; e os bancos Bradesco - Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A.; além da própria Petrobras. O fundo de equity privado americano EIG e a empresa de investimentos brasileira Luce Venture Capital firmaram em 2012 compromisso de aporte de capital no FIP Sondas, conforme descrito na Nota 8.

De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2012, relacionadas às dívidas com os estaleiros e o Bridge Facility Agreement, serão liquidadas com a utilização dos recursos de longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, dos quais R\$ 1,8 bilhão já foram captados via emissão de debêntures simples totalmente subscritas e integralizadas pelo FI FGTS em 1º de fevereiro de 2013 (nota 21). Além disso, a Companhia dispõe de um volume de capital comprometido por seus acionistas correspondente à cerca de R\$ 6,2 bilhões.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2013.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A Companhia preparou suas primeiras demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Estes saldos não estão sendo apresentados como comparativos, pois os valores são inferiores ao formato de apresentação em milhares de reais.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Sete Brasil Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas pela avaliação dos investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis de divulgação

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhado de uma participação de mais do que a metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais e monetárias, líquidas".

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) O capital social é convertido pelas taxas de câmbio históricas.
- (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, sem que haja a perda do controle, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente como parte de ganho ou perda da venda.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros como: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) ou os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro do Grupo, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto do Grupo. Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber com partes relacionadas".

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Ativos intangíveis

(a) Licenças de construção de sondas

As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de 4 anos, a partir do início da construção das sondas.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.8).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Uma vez que a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias.

2.13 Benefícios a empregados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas (Nota 16(a)).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível.

(b) Receita de equivalência patrimonial

A receita de equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Companhia, da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida.

2.16 Arrendamentos

Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de longo prazo com clientes do Grupo.

Os arrendamentos nos quais o Grupo detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais.

Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.19 Reapresentação das demonstrações financeiras

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2012 foi ajustada e está sendo reapresentada para apresentar as atividades que foram anteriormente classificadas como Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais, relativas a "Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado" e "Aumento em partes relacionadas" como Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. Os efeitos dessa reapresentação são conforme segue:

	Consolidado
	2012
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais -- previamente reportado	(444.980)
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	296.091
Aumento em partes relacionadas	25.343
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais - reapresentado	(123.546)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento - previamente reportado	(3.679.377)
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	(296.091)
Aumento em partes relacionadas	(25.343)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento - reapresentado	(4.000.811)

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas *com relação ao futuro*. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31 de dezembro de 2012, estes créditos de imposto de renda provisionados montam a R\$ 84.803.

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

O Grupo classifica os contratos de afretamento como arrendamentos operacionais, uma vez que a maior parcela dos riscos e benefícios de propriedade continua com o Grupo durante o período dos contratos. Desta forma, os ativos são apresentados no balanço no grupo Ativo Imobilizado e a receita futura decorrente do afretamento destes ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Receita de Serviços Prestados, ao longo do prazo de duração dos contratos. A correspondente depreciação dos ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Custos dos Serviços Prestados, com bases em taxa que levam em consideração a vida útil econômica dos ativos.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(b) Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Devido ao estágio pré-operacional da Companhia, esse risco é atualmente considerado como moderado. Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(c) Risco de liquidez

A Sete Brasil e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e títulos e valores mobiliários suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Sete Brasil e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Sete Brasil considera informações contidas nas demonstrações financeiras, índices de solvência, informações atualizadas de mercado e *ratings* fornecidos pelas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch) para a análise de crédito das contrapartes financeiras.

(e) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo Grupo quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, foi analisada pelo Grupo e considerada como baixa. Não foram contratados instrumentos de proteção para cobrir esse risco.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital de longo prazo prevista para o grupo é de aproximadamente 20% (vinte por cento) de capital próprio e 80% (oitenta por cento) de capital de terceiros.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo por categoria estão demonstrados conforme segue:

	Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2012			
Ativo, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber com partes relacionadas	25.343		25.343
Fundo Garantidor da Construção Naval		4.549	4.549
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		296.091	296.091
Caixa e equivalentes de caixa	<u>566.910</u>		<u>566.910</u>
	<u>592.253</u>	<u>300.640</u>	<u>892.893</u>
Consolidado			
		Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		2.798.034	2.798.034
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)		<u>2.012.862</u>	<u>2.012.862</u>
		<u>4.810.896</u>	<u>4.810.896</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2011		
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>89.954</u>	<u>89.954</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Total</u>
31 de dezembro de 2011		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)	<u>32.181</u>	<u>32.181</u>

(i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos em banco e em caixa	14	17	478.973	7.868
Depósitos bancários de curto prazo	<u>87.937</u>	<u>82.086</u>	<u>87.937</u>	<u>82.086</u>
	<u>87.951</u>	<u>82.103</u>	<u>566.910</u>	<u>89.954</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Correspondem a recursos em aplicação do tipo *time deposit* oriundos das captações de empréstimos conforme demonstrado na tabela abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Instituição financeira</u>	<u>Moeda</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Copacabana Drilling BV	Itaú BBA	USD	41.264
Grumari Drilling BV	Itaú BBA	USD	52.347
Ipanema Drilling BV	Itaú BBA	USD	50.620
Leblon Drilling BV	Itaú BBA	USD	50.620
Leme Drilling BV	Itaú BBA	USD	50.620
Marambaia Drilling BV	Itaú BBA	USD	50.620
			<u>296.091</u>

Os valores acima encontram-se retidos em atendimento as cláusulas do contrato de empréstimo que determinam que os valores desembolsados estarão disponíveis após comprovação de condições precedentes.

8 Despesas antecipadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Gastos com emissão de ações (i)	15.889	33.068	15.889	33.068
Seguros de risco de construção (ii)			63.347	
Gastos com captação de dívida	7.389		10.575	
Seguros administrativos		69	2.127	69
Parcela circulante	23.278	33.137 (69)	91.938	33.137 (69)
Parcela não circulante	<u>23.278</u>	<u>33.068</u>	<u>91.938</u>	<u>33.068</u>

(i) A parcela remanescente dos custos com emissão de ações de 2011 no montante de R\$ 33.068 foi totalmente transferida para o patrimônio líquido, devido a integralização dos recursos comprometidos na 1º subscrição de ações até 31 de dezembro de 2012.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante adicional de R\$ 15.889 desembolsado em 2012, refere-se ao custo com a atração dos novos quotistas (os fundos - EIG e Luce Venture) na emissão do segundo boletim de subscrição de ações.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2012, o grupo Sete Brasil tem contratado, através de suas controladas Arpoador, Guarapari, Urca e Copacabana, seguros que tem por objetivo mitigar os riscos operacionais na construção de suas respectivas sondas de perfuração.

As coberturas destas apólices estão de acordo com às utilizadas em geral na indústria de construção *offshore* e são contratadas conforme os objetivos definidos pela empresa, de acordo com a prática de gestão de risco corporativo.

O montante do prêmio pago totalizou aproximadamente US\$ 34 milhões, equivalentes a R\$ 69,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela referente ao período de utilização do seguro, totalizando US\$ 1,4 milhões, equivalentes a R\$ 2,9 milhões.

9 Investimentos - controladora

Em 1º de janeiro 2011

Aquisição de controlada	80
Aumento de capital em controlada	124.296
Participação no resultado de controladas	(943)
Ajuste acumulado de conversão	1.258
Ajuste de avaliação patrimonial	(407)

Em 31 de dezembro 2011

	124.284
Aumento de capital em controlada	1.664.889
Participação no resultado de controladas	1.062
Venda de participação societária	(14.616)
Ajuste acumulado de conversão	21.143
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.747)

Em 31 de dezembro 2012

1.785.015

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	País	Negócio	Percentual	
			Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
Sete International GmbH	Áustria	Participação em ativos do setor de Óleo e Gás	100	
Arpoador Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Copacabana Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Grumari Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Ipanema Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Leblon Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Leme Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Marambaia Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Urca Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Guarapari Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Cassiuo Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Camburi Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Curumim Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Salinas Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Itaoca Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		80
Itaunas Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Siri Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		80
Sahy Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Pituba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Boipeba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Interlagos Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Itapema Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Comandatuba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Frade Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Bracuby Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Portogalo Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Mangaratiba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Botinas Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Joatinga Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		100

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a participação da Companhia no resultado de suas controladas direta e indiretas:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Sete International GmbH	2.176.891	2.160.803	16.088
Arpoador Drilling B.V.	672.752	673.564	(812)
Copacabana Drilling B.V.	504.577	505.386	(809)
Grumari Drilling B.V.	501.327	502.294	(967)
Ipanema Drilling B.V.	476.511	477.478	(966)
Leblon Drilling B.V.	476.509	477.476	(967)
Leme Drilling B.V.	476.511	477.477	(967)
Marambaia Drilling B.V.	476.511	477.478	(967)
Urea Drilling B.V.	533.120	533.362	(242)
Guarapari Drilling B.V.	601.198	602.340	(1.142)
Bracuhy Drilling B.V.	72.636	72.673	(38)
Portogalo Drilling B.V.	72.706	72.745	(39)
Mangaratiba Drilling B.V.	72.561	72.599	(38)
Botinas Drilling B.V.	71.435	71.474	(40)
Ondina Drilling B.V.	356.230	356.646	(415)
Pituba Drilling B.V.	138.041	138.340	(299)
Boipeba Drilling B.V.	121.171	121.226	(55)
Interlagos Drilling B.V.	101.466	101.520	(55)
Itapema Drilling B.V.	100.860	101.732	(873)
Comandatuba Drilling B.V.	100.860	101.732	(872)
Frade Drilling B.V.	72.712	72.750	(38)
Camburi Drilling B.V.	261.241	261.465	(43)
Itaoca Drilling B.V.	248.967	249.026	(58)
Itaunas Drilling B.V.	246.214	246.260	(46)
Siri Drilling B.V.	251.606	251.661	(56)
Sahy Drilling B.V.	231.169	231.462	(293)
Cassino Drilling B.V.	282.681	282.665	16
Curumim Drilling B.V.	282.445	282.445	
Salinas Drilling B.V.	279.925	279.923	2
Joatinga Drilling B.V.	240.067	240.264	(197)

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	Controladora e consolidado		
	2011		
	Licença de construção e afretamento	Licenças de uso de softwares	Total
Saldo inicial			
Aquisições	3.157	1.825	4.982
Amortização		(130)	(130)
Saldo contábil, líquido	<u>3.157</u>	<u>1.695</u>	<u>4.852</u>
Custo	3.157	1.825	4.982
Amortização acumulada		(130)	(130)
Saldo contábil líquido	<u>3.157</u>	<u>1.695</u>	<u>4.852</u>
			2012
	Licença de construção e afretamento	Licenças de uso de softwares	Total
Saldo inicial	3.157	1.695	4.852
Aquisições		1.893	1.893
Amortização	(1.184)	(579)	(1.763)
Saldo contábil, líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>
Custo	3.157	3.718	6.875
Amortização acumulada	(1.184)	(709)	(1.893)
Saldo contábil líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11

Imobilizado

	Controladora					
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
Saldo inicial						
Aquisições	125	218	628	1.264		2.235
Depreciação e amortização	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180		2.084
Em 31 de dezembro de 2011						
Custo	125	218	628	1.264		2.235
Depreciação e amortização acumuladas	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180		2.084
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012						
Saldo inicial						
Aquisições	112	198	594	1.180		2.084
Depreciação e amortização	(35)	(106)	(89)	(274)	2.265	4.228
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	302	995	1.460	1.441	2.265	6.463
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808

27 de 42

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
Saldo inicial						
Aquisições	125	218	628	1.264	147.863	150.098
Diferenças cambiais	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)
Depreciação e amortização						
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180	147.863	149.947
Em 31 de dezembro de 2011						
Custo	125	218	628	1.264	147.863	150.098
Depreciação e amortização acumuladas	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180	147.863	149.947
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012						
Saldo inicial	112	198	594	1.180	147.863	149.947
Aquisições	177	777	830	177	5.942.680	5.944.641
Diferenças cambiais					(20.191)	(20.191)
Depreciação e amortização	(35)	(106)	(89)	(274)		(504)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	302	995	1.458	1.441	6.070.352	6.074.548
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893

Durante 2012, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado custos de empréstimos no valor total de R\$ 38.260, sendo R\$ 35.014 de juros incorridos no ano de 2012 e R\$ 3.246 de custos com a captação de empréstimos ponte (*Bridge Loan*).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Contas a pagar estaleiros			2.176.317	30.361
Contas a pagar prestadores de serviços	7.609	597	15.393	597
Outras contas a pagar		520		1.223
	7.609	1.117	2.191.710	32.181
Parcela circulante	(7.609)	(1.117)	(2.191.710)	(32.168)
Parcela não circulante				13

13 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão de remuneração variável para funcionários	8.135	1.422	8.135	1.422
Provisão de férias	1.031	592	1.031	592
Provisão para 13º e 14º salários	513		513	
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	550	493	550	493
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	39	94	39	94
Previdência	23		23	
Outras		2		2
	10.291	2.603	10.291	2.603

14 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre aporte de capital (Áustria)			12.874	
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	424	320	424	320
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	52	43	52	43
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	17	14	17	14
Programa de Integração Social - PIS	12	9	12	9
Imposto sobre Prestação de Serviços - ISS	6	8	6	8
	511	394	13.385	394

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15

Empréstimos e financiamentos

Creditor	Tomador	Moeda	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
Luce Venture Capital - Drilling Series	Sete Internacional CmbH	US\$	Libor 3M + 4,75% a.a.	31.12.2015	255.437	2.776	(957)	257.256	
EIG Sete Holdings SARL	Sete Internacional CmbH	US\$	Libor 3M + 3,85% a.a.	30.12.2013	91.957	812	(611)	92.158	
	Copacabana Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	20.08.2013	279.138	2.181	(1.072)	241.081	
	Grumari Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	21.08.2013	281.692	2.161	(1.088)	243.599	
	Ipanema Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	20.08.2013	264.834	2.136	(1.007)	226.796	
	Leblon Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	20.08.2013	264.834	2.136	(1.007)	226.796	
	Lençóis Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	20.08.2013	264.834	2.136	(1.007)	226.796	
	Marambaia Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	20.08.2013	264.834	2.136	(1.007)	226.796	
	Guarapari Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	282.166	112.393	(1.645)	111.010	
	Ondina Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	402.815	94.491	(2.370)	92.244	
	Pituba Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	88.034	68.825	90	68.191	
	Boipeba Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	88.034	13.283	(724)	12.576	
	Camburi Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	175.782	100.745	648	100.373	
	Itaoca Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	139.980	81.454	(982)	80.974	
	Itaunas Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	07.11.2013	140.307	81.944	(983)	81.468	
	Cassino Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	28.10.2013	271.516	172.594	1.045	171.884	
	Curumim Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	28.10.2013	175.330	170.264	(1.127)	170.140	
	Salinas Drilling B.V.	US\$	Libor 3M + 3,5% a.a.	28.10.2013	167.974	167.974	1.000	167.866	
					<u>3.552.104</u>	<u>2.796.527</u>	<u>21.692</u>	<u>2.798.034</u>	
						Circulante		<u>(2.543.554)</u>	
						Não circulante		<u>254.480</u>	

(*) *Bridge facility agreements* - Os *bridge facility agreements* cujo credor é o Banco Itaú, possuem como agente administrativo o próprio Banco Itaú. Os *bridge facility agreements* cujos credores são os Bancos do Brasil, Bradesco, Votorantim e Santander, possuem como agente administrativo o Deutsche Bank. O agente administrativo é responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos.

A captação dos recursos teve como finalidade o pagamento de despesas de curto prazo com a construção das primeiras sondas, como por exemplo, as primeiras parcelas dos contratos de EPC com estaleiros, os seguros e custos de supervisão (CMA - *construction management agreement*). Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos de EPC junto aos estaleiros contratados para a construção das unidades de perfuração.

O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 11,7 milhões, equivalentes a R\$ 23,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2012, tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela de US\$ 1,6 milhões, equivalentes a R\$ 3,3 milhões.

30 de 42

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital é representado por 2.021 milhões de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo R\$ 2.021.000.000,00 (dois bilhões e vinte e um milhões de reais). Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

Durante o exercício de 2011 e 2012, foram realizados aumentos de capital conforme demonstrado abaixo:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
FIP Sondas	256.500.000	256.500.000
Petrobras S.A.	<u>13.500.000</u>	<u>13.500.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	270.000.000	270.000.000
Integralizações em 2012	1.751.000.000	1.751.000.000
Fevereiro		
FIP Sondas	19.000.000	19.000.000
Petrobras S.A.	1.000.000	1.000.000
Abril		
FIP Sondas	38.000.000	38.000.000
Petrobras S.A.	2.000.000	2.000.000
Maio		
FIP Sondas	219.450.000	219.450.000
Petrobras S.A.	11.550.000	11.550.000
Agosto		
FIP Sondas	817.000.000	817.000.000
Petrobras S.A.	43.000.000	43.000.000
Setembro		
FIP Sondas	570.000.000	570.000.000
Petrobras S.A.	<u>30.000.000</u>	<u>30.000.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u><u>2.021.000.000</u></u>	<u><u>2.021.000.000</u></u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela proporcional dos custos de emissão das ações foram contabilizados em conta redutora do patrimônio líquido, como gastos com emissão de ações, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Total de custos com consultoria na transação - 1ª subscrição	41.105	41.105
Capital comprometido (i)	1.381.000	1.381.000
Capital integralizado	1.381.000	270.000
% proporcional do recurso captado e integralizado - %	100,00	19,55
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido	41.105	8.036
Parcela dos custos registrada nas despesas antecipadas não circulantes		33.068
Total de custos com consultoria na transação - 2ª subscrição	15.889	
Capital comprometido (i)	794.460	
Capital integralizado		
% proporcional do recurso captado e integralizado - %		
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido		
Parcela dos custos registrada nas despesas antecipadas não circulantes		15.889

(i) Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas da Sete Brasil em aportes de capital na Companhia. Os aportes irão ocorrer à medida em que houver necessidade de obtenção de recursos.

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Não foi constituída a reserva legal, por não ter sido apurado lucro líquido no exercício, em decorrência da Companhia estar em fase pré-operacional.

(c) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão referem-se às diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas elaboradas em moeda estrangeira.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2012, não foi apurado lucro líquido, motivo pelo qual não está sendo proposta a distribuição de dividendos.

17 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	27.824	8.751	27.824	8.751
Serviços de consultoria e auditoria	19.999	8.737	30.336	9.178
Impostos e contribuições	16	1.243	16.423	1.243
Depreciação e amortização	2.267	281	2.267	281
Despesas com locação	2.857	1.015	2.857	1.015
Propaganda e publicidade	3.023	248	3.023	248
Viagens	839	393	839	393
Manutenção de software	1.200		1.200	
Concessionárias (luz, água e esgoto, telefonia)	925	139	925	139
Administração e limpeza	583		583	
Transportes	1.129		1.129	
Seguros	167		167	
Outras despesas gerais	4.161	533	4.161	533
	64.990	21.340	91.734	21.781

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Resultado financeiro líquido

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras				
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(5.763)	(560)	(5.763)	(560)
Despesas com operações de câmbio	(577)		(577)	
Despesas com juros	(10)		(10)	
Despesas bancárias	(694)	(39)	(4.098)	(25)
Outras despesas financeiras		(10)		(39)
	<u>(7.044)</u>	<u>(609)</u>	<u>(10.448)</u>	<u>(624)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.746	2.841	8.680	2.841
Outras receitas financeiras	98		98	
	<u>7.844</u>	<u>2.841</u>	<u>8.778</u>	<u>2.841</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos				
Variação cambial depósitos e cauções		589		589
Outras variações cambiais líquidas	(108)	64	21.994	(469)
	<u>(108)</u>	<u>653</u>	<u>21.994</u>	<u>120</u>
Resultado financeiro líquido	<u>692</u>	<u>2.885</u>	<u>20.324</u>	<u>2.337</u>

19 Transações com partes relacionadas

(a) Contratos entre partes relacionadas

Através de suas controladas, a Companhia mantém contratos de afretamento de sondas pelo prazo de 10 a 20 anos com a Petrobras, um de seus acionistas, os quais estão detalhados na Nota 20 de compromissos.

(b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 5.926 (2011 - R\$ 1.585).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Custos com emissão de ações e captação de dívida

Dos custos totais com consultoria na transação de emissão de ações e captação de dívida no período findo em 31 de dezembro de 2012, R\$ 22.643 foram pagos a Lakeshore Financial Partners Participações Ltda.

(d) Empréstimos Intercompany

A controlada Sete International mantém contratos de empréstimos intercompany, pactuados em condições de mercado, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. Esta estrutura determina que os recursos de financiamento de cada projeto devem ser captados através de 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio.

<u>Controlada indireta</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Urca Drilling B.V.	Libor + 5,5%	269.129	10.158	279.287
Guarapari Drilling B.V.	Libor + 5,5%	301.519	5.100	306.619
Bracuby Drilling B.V.	Libor + 5,5%	56.777	1.801	58.578
Portogalo Drilling B.V.	Libor + 5,5%	56.777	1.797	58.574
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	56.777	1.797	58.574
Botinas Drilling B.V.	Libor + 5,5%	55.747	1.700	57.447
Ondina Drilling B.V.	Libor + 5,5%	93.581	874	94.455
Pituba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	39.095	330	39.425
Boipeba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	13.667	244	13.911
Interlagos Drilling B.V.	Libor + 5,5%	21.841	257	22.098
Itapema Drilling B.V.	Libor + 5,5%	13.667	244	13.911
Itapema Drilling B.V.	15%	1.800	54	1.854
Comandatuba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	13.667	244	13.911
Comandatuba Drilling B.V.	15%	1.800	54	1.854
Frade Drilling B.V.	Libor + 5,5%	56.777	1.801	58.578
Siri Drilling B.V.	Libor + 5,5%	80.596	1.307	81.903
Sahy Drilling B.V.	Libor + 5,5%	72.422	1.068	73.490
Cassino Drilling B.V.	Libor + 5,5%	4.700	119	4.819
Cassino Drilling B.V.	15%	4.015	75	4.090
Curumim Drilling B.V.	Libor + 5,5%	7.561	349	7.910
Curumim Drilling B.V.	15%	4.524	87	4.611
Salinas Drilling B.V.	Libor + 5,5%	7.561	349	7.910
Salinas Drilling B.V.	15%	4.515	86	4.602
Joatinga Drilling B.V.	Libor + 5,5%	34.331	25	34.356
		<u>1.272.846</u>	<u>29.920</u>	<u>1.302.766</u>

Em cumprimento aos acordos de acionistas firmados em agosto e setembro de 2012, parte dos empréstimos listados acima foram oriundos de conversão do capital aportado pela controlada Sete International antes dos referidos acordos. Esta conversão se deve pela adequação da estrutura de capital requerida no modelo financeiro de cada controlada.

O montante envolvido nesta conversão foi de R\$ 442.494 referente a parcela do principal demonstrado acima.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Share Premium contribution

O Share Premium contribution é uma obrigação dos acionistas minoritários, conforme previsto no acordo de acionistas. No terceiro trimestre de 2012 foram formalizados os termos de compromisso pelos acionistas não controladores das SPEs com o valor de capital que deverá ser aportado em conexão com o aporte feito pelo acionista controlador, de forma que não haja alteração nos percentuais de participação dos acionistas nas empresas investidas. Desta forma, algumas SPEs encerraram o exercício de 2012 com parte de seu capital social tendo como contrapartida a rubrica de Partes relacionadas no Ativo não circulante.

Evidenciamos abaixo as SPEs, os valores comprometidos e as datas de assinatura dos termos de compromisso:

<u>SPE</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Valor em US\$ (000)</u>	<u>Valor em R\$ (000)</u>
Bracuby Drilling B.V.	28.09.2012	528	1.079
Mangaratiba Drilling B.V.	28.09.2012	504	1.030
		<u>1.032</u>	<u>2.109</u>

(f) Empréstimos com acionista não controlador

O grupo possui contratos de empréstimos ativos com partes relacionadas pactuados em condições de mercado, através de suas controladas com o seu respectivo acionista classe B - Seaworthy Investment GmbH, conforme quadro abaixo:

<u>Controlada (credora)</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Cassino Drilling B.V.	15%	4.015	75	4.090
Curumim Drilling B.V.	15%	4.524	87	4.611
Salinas Drilling B.V.	15%	4.515	86	4.601
Itapema Drilling B.V.	15%	1.800	54	1.854
Comandatuba Drilling B.V.	15%	1.800	55	1.855
		<u>16.654</u>	<u>357</u>	<u>17.011</u>

(g) Contratos de gerenciamento e supervisão de construção

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos junto a Petrobras para gerenciamento e supervisão da construção do primeiro sistema de 7 sondas. O valor a pagar referente a esses contratos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.661.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Transações com não controladores - baixa de participação em controlada sem perda de controle

No segundo semestre de 2012, a Companhia vendeu através de sua controlada Sete International a participação de 15% a 30% das controladas indiretas, conforme quadro abaixo:

	% da participação vendido	Valor contábil da participação não controladora vendida	Contraprestação recebida pela participação não controladora	Perda (ganho) na venda de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores
Urea Drilling B.V.	15	7.087	4.681	(2.406)
Guarapari Drilling B.V.	20	5.863	8	(5.855)
Cassino Drilling B.V.	15	3.257	2.222	(1.035)
Camburi Drilling B.V.	30	3	13	10
Curumim Drilling B.V.	15	2.710	1.674	(1.036)
Salinas Drilling B.V.	15	2.710	1.674	(1.036)
Itaoca Drilling B.V.	20	2	9	6
Itaunas Drilling B.V.	30	3	13	10
Siri Drilling B.V.	20	2	9	6
Sahy Drilling B.V.	30	3	13	10
Ondina Drilling B.V.	15	623	6	(616)
Pituba Drilling B.V.	15	2	6	5
Boipeba Drilling B.V.	15	2	6	5
Interlagos Drilling B.V.	15	2	6	5
Itapema Drilling B.V.	15	2	6	5
Comandatuba Drilling B.V.	15	2	6	5
Frade Drilling B.V.	15	1.451	912	(539)
Bracuby Drilling B.V.	15	1.451	912	(539)
Portogalo Drilling B.V.	15	1.451	912	(539)
Mangaratiba Drilling B.V.	15	1.451	912	(539)
Botinas Drilling B.V.	15	1.451	912	(539)
		<u>29.528</u>	<u>14.912</u>	<u>(14.616)</u>

Em 31 de dezembro de 2012, conforme acordo de acionistas, o montante parcial da rubrica de partes relacionadas ativa no valor de USD 3.045 (equivalente a R\$ 6.223) referente a venda da participação de 15% das SPEs Cassino, Curumim e Salinas ainda não havia sido recebido da Seaworthy Investment GmbH.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

(i) Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção - *Engineering, Procurement and Construction Contract* ("EPC")

O Grupo mantém contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC, que visam restringir o risco de construção e atraso na entrega de cada ativo. Esta modalidade prevê que todo o gerenciamento da execução do serviço e aquisição de equipamentos será de responsabilidade do contratado.

Até 31 de dezembro de 2012 a Sete Brasil, através de suas controladas, tem contratos de EPC assinado junto aos estaleiros para a construção de 29 ativos, conforme demonstrado abaixo:

2012				
<u>Controlada</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Fornecedor</u>	<u>Contratado (Em US\$)</u>	<u>Pago (Em US\$)</u>
Arpoador Drilling B.V.	28.11.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	169.536.639
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	21.527.082
Grumari Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.394.289
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.394.289
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.394.289
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.394.289
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.394.289
Urea Drilling B.V.	16.12.2011	Fernavale Pte. Ltd.	809.288.000	151.219.095
Guarapari Drilling B.V.	03.02.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	60.483.025
Cassino Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	102.686.668
Curumim Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	101.545.740
Salinas Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	101.410.627
Botinas Drilling B.V.	22.03.2012	Fernavale Pte. Ltd.	823.448.000	32.938.108
Bracuhy Drilling B.V.	22.03.2012	Fernavale Pte. Ltd.	823.448.000	33.937.920
Frade Drilling B.V.	22.03.2012	Fernavale Pte. Ltd.	823.448.000	33.937.920
Mangaratiba Drilling B.V.	22.03.2012	Fernavale Pte. Ltd.	823.448.000	32.938.108
Portogalo Drilling B.V.	22.03.2012	Fernavale Pte. Ltd.	823.448.000	32.938.108
Camburi Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	57.579.839
Itaoca Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	44.642.060
Itaunas Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	44.570.178
Sahy Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	42.900.322
Siri Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	46.115.719
Boipeba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	11.503.887
Comandatuba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	11.503.940
Interlagos Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	11.503.940
Itapema Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	11.503.940
Ondina Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.962.398
Pituba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	43.133.704
Joatinga Drilling B.V.	28.11.2012	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	96.364.289
			<u>22.236.011.190</u>	<u>1.835.354.701</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O cronograma de pagamento por cada moeda conforme contratos de EPC, é conforme segue:

	Em milhões								
	2013			2014			2015		
	R\$	US\$	EU	R\$	US\$	EU	R\$	US\$	EU
Arpoador	162	107	70	377	29		66	15	
Copacabana	227	202	7	225	150	3	55	2	
Grumari	98	108	6	279	190	3	76	3	1
Ipanema	71	93	4	197	184	3	119	22	3
Leblon	70	91	4	15	5		277	189	5
Leme	66	91	4	14			46	34	
Marambaia	70	91	4	10	1		8	3	
Urcá	249	213		178	32		186	11	
Guarapari	33	307		337	58		109		
Bracuhy	8	44		162	193		197	88	
Portogalo	8	44					226	234	
Mangaratiba	8	44					90	124	
Botinas	8	44							
Ondina	537	134	4	1	154	44		1	
Pituba	447	29		118	72	23		121	25
Boipeba		29	11	258	61		394	94	2
Interlagos		29	11	140			274	102	
Itapema		29	11				193	43	10
Comandatuba		29	11						
Frade	98	168		207	147		200	20	
Camburi		43	59	25	71	19	97	102	3
Itaoca		1	48	125		17	110	48	29
Itaunas	17	1	39			50	87	24	6
Siri		11	39			19	41	1	2
Sahy	42		28	2		18	18	1	8
Cassino	99	200		210	61	9	102		5
Curumim	51	92		128	148		251	22	11
Salinas	14	44		86	118		197	101	9
Joatinga	93	90	4	11			70		
	<u>2.476</u>	<u>2.408</u>	<u>364</u>	<u>3.105</u>	<u>1.674</u>	<u>208</u>	<u>3.489</u>	<u>1.405</u>	<u>119</u>

	Em milhões				
	2016	2017	2018	2019	2020
Reais	4.366	2.355	1.341	276	39
Dólares	1.697	876	269	17	
Euros	152	95	43	2	11

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Cessão dos contratos de EPC

Em 28 de novembro de 2012, o grupo concluiu oito cessões de contratos de EPC, motivadas pelas revisões e acompanhamentos que sua equipe de engenharia efetua em cada um dos estaleiros que possui contratos vigentes de construção das sondas de perfuração.

Problemas de governança no Estaleiro Atlântico Sul - EAS ocasionaram atraso no cumprimento do cronograma de evolução física da sonda de propriedade da SPE Arpoador Drilling B.V. ("SPE Arpoador"), comprometendo a entrega desta sonda dentro do prazo contratado.

Para que o prazo de início do primeiro contrato de afretamento com a Petrobras pudesse ser cumprido, foi negociado com a contratante um plano de ação, que resultou na substituição da primeira sonda a ser entregue à Petrobras, a qual anteriormente seria construída pelo EAS e que, com o plano sugerido, passa a ser entregue pelo Estaleiro Jurong - EJA.

Para a implementação dessa operação, foi necessária a cessão de contratos de EPC vigentes, entre as SPEs, de forma que a primeira sonda a ser entregue pela SPE Arpoador, signatária do primeiro contrato de afretamento com a Petrobras, ocorra dentro do prazo pactuado com a contratante.

Após as cessões dos contratos, a nova SPE Joatinga Drilling B.V. ("SPE Joatinga") assume o contrato de construção da sétima unidade contratada com o EAS e o EJA passa a deter o compromisso de entrega de mais uma sonda totalizando sete unidades em construção.

Com a assinatura do contrato da SPE Joatinga, o grupo passa a ter um portfólio de 29 sondas em construção.

(iii) Contrato de Gerenciamento e Supervisão de Construção - *Construction Management Agreement* ("CMA")

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos junto a Petrobras para gerenciamento e supervisão da construção do primeiro sistema de 7 sondas. Este contrato tem como objetivo o acompanhamento dos contratos de EPC, para mitigar/monitorar o cronograma das obras e garantir o cumprimento das especificações contratualmente acordadas. Para atingir o sucesso pleno, a Petrobras é responsável por disponibilizar profissionais qualificados e experientes conforme necessário para a execução das suas obrigações decorrentes do acordo.

			2012	
Controlada	Data de assinatura	Fornecedor	Contratado (Em US\$)	Pago (Em US\$)
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	2.250.000
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	894.333
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	500.000
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.	8.000.000	
			56.000.000	3.644.333

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2012, as controladas Urca, Frade, Bracuhy, Portogalo, Mangaratiba, Botinas, Itaoça e Siri, estavam em processo de negociação de seus contratos de CMA com os fornecedores Odfjell Galvão B.V., Odebrecht Oil Services LTDA., Lant Services INC. e Constellation Services L TO.

(b) Contrato de afretamento das sondas

Nossas controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos entre 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuhy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoça Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo a emissão o montante de R\$ 1.850.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões de reais).

Os recursos necessariamente serão utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 (vinte e nove) sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas Subsidiárias para a Petrobras.

Não serão elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Companhia e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos Debenturistas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que as Debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores.

As debêntures, salvo vencimento antecipado, terão prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15 de fevereiro de 2013.

As debêntures farão juz, a partir da data da integralização, a juros remuneratórios de 8% (oito por cento) ao ano.

Até o sexagésimo mês, a partir da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas semestrais em que as debêntures serão resgatadas.

Adicionalmente a Companhia pagará uma remuneração de R\$ 16.250 distribuídos por cada debênture. O pagamento se dará uma única vez no primeiro dia útil após a integralização efetuada.

A Companhia está obrigada a constituir e manter uma conta reserva vinculada, mantida em sua titularidade, com movimentação restrita e exclusiva pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de banco depositário, em até um ano antes da data do pagamento de cada parcela programada de amortização e juros, no montante equivalente a, no mínimo, o valor da próxima parcela de amortização e juros (saldo mínimo).

Serão garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandatuba Drilling B.V.

* * *

DOC. 10

Sete Brasil Participações S.A.
Controladora e consolidado
Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2013



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Sete Brasil Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Sete Brasil Participações S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

- (i) Conforme descrito na Nota 2.1(b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Sete Brasil Participações S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
- (ii) Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 8.526 milhões. Essa situação indica a existência de uma incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração para captar recursos de longo prazo estão descritos na Nota 1. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



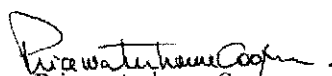
Sete Brasil Participações S.A.

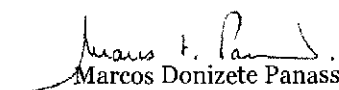
Outros assuntos

**Informação suplementar -
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Sete Brasil Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	6	197.548	87.951	1.002.476	566.910	Circulante	13	7.376	7.935	1.516.756	2.191.712
Fundos resgatáveis	7	476.004	476.004	476.004	296.091	Fornecedores e outras contas a pagar	16	19.002	10.281	8.478.432	2.543.654
Tributos a recuperar		8.790	1.743	8.865	1.908	Emprestimos e financiamentos	14	420	511	19.002	10.281
Adiantamentos diversos		572	802	572	802	Obrigações sociais e trabalhistas	15	26.798	18.737	420	13.365
		<u>682.914</u>	<u>90.496</u>	<u>1.487.917</u>	<u>865.711</u>	Obrigações fiscais				<u>10.014.610</u>	<u>4.738.942</u>
Não circulante						Não circulante	13				
Realizável a longo prazo	8	15.268	23.278	215.225	91.938	Fornecedores e outras contas a pagar	16			381.443	254.480
Despesas antecipadas	21(d)	1.446.624		4.874	25.343	Emprestimos e financiamentos				2.050.519	
Partes relacionadas						Debêntures					
Fundo Garantidor da	9			41.384	4.549	Total do Passivo		<u>2.077.317</u>	<u>18.737</u>	<u>2.727.183</u>	<u>254.480</u>
Construção Naval - FGCN											
		<u>1.461.892</u>	<u>23.278</u>	<u>261.483</u>	<u>121.830</u>					<u>12.741.793</u>	<u>5.013.422</u>
Investimentos						Patrimônio líquido					
Imobilizado	10	2.665.037	1.795.015	13.952.275	8.073.863	Atribuição aos acionistas controladores	17(a)	2.529.900	2.021.000	2.529.900	2.021.000
Intangíveis	11	7.888	5.808	4.897	4.982	Capital social	17(a)	(50.766)	(41.105)	(50.766)	(41.105)
		<u>4.897</u>	<u>4.982</u>	<u>4.897</u>	<u>4.982</u>	Gastos com emissão de ações	17(b)	194.425	194.425	194.425	194.425
		<u>4.139.714</u>	<u>1.819.083</u>	<u>14.218.656</u>	<u>6.200.705</u>	Reserva de lucros	17(b)	(84.684)	(84.684)	(84.684)	(84.684)
						Prejuízos acumulados	17(c)	156.835	(4.369)	156.835	(4.369)
						Ajuste de avaliação patrimonial					
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		<u>2.745.311</u>	<u>1.890.842</u>	<u>2.745.311</u>	<u>1.890.842</u>
						Participação dos acionistas não controladores				<u>219.469</u>	<u>162.152</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>2.745.311</u>	<u>1.890.842</u>	<u>2.964.780</u>	<u>2.052.994</u>
Total do ativo		<u>4.822.628</u>	<u>1.909.579</u>	<u>15.706.573</u>	<u>7.056.416</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.822.628</u>	<u>1.909.579</u>	<u>15.706.573</u>	<u>7.066.416</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Despesas administrativas	19	(84.861)	(64.990)	(97.461)	(91.734)
Participação nos resultados de controladas	10	191.408	1.062		
Outras despesas		(2.619)	(1.787)	(6.689)	(1.786)
Lucro (prejuízo) operacional		103.928	(65.715)	(104.150)	(93.520)
Receitas financeiras	20	93.183	7.844	39.677	8.778
Despesas financeiras	20	(2.688)	(7.044)	(39.251)	(10.448)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	20	2	(108)	262.676	21.994
Resultado financeiro líquido		90.497	692	263.102	20.324
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		194.425	(65.023)	158.952	(73.196)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				194.425	(65.023)
Participação dos não controladores				(35.473)	(8.173)
				158.952	(73.196)
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)					
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (Nota 18 (a;b))				0,08	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	194.425	(65.023)	158.952	(73.196)
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	151.550	21.143	182.020	24.562
Perda em ativos disponíveis para venda	(7.259)		(8.607)	
Ajustes de avaliação patrimonial	18.154	(11.747)		
Total do resultado abrangente do exercício	356.870	(55.627)	332.365	(48.634)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			356.870	(55.627)
Participação dos não controladores			(24.505)	6.993
			332.365	(48.634)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Em 1º de janeiro de 2012	270.000	(8.036)		(19.661)	851	243.154	366	243.520
Total do resultado abrangente do exercício								
Prejuízo do exercício				(65.023)		(65.023)	(8.173)	(73.196)
Reflexos de controladas					21.143	21.143	3.419	24.562
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 10)				(11.747)	(11.747)	(11.747)	1.747	
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 10)					9.396	(55.627)	6.993	(48.634)
Total do resultado abrangente do exercício								
Contribuições de acionistas	1.751.000					1.751.000	140.177	1.891.177
Integralização de capital (Nota 17(a))		(33.069)				(33.069)		(33.069)
Gastos com emissão de ações								
Total de contribuições de acionistas	1.751.000	(33.069)				1.717.931	140.177	1.858.108
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle					(14.616)	(14.616)	14.616	
Venda de participação societária (Nota 21(g))					(14.616)	(14.616)	14.616	
Total de transações com acionistas								
Em 31 de dezembro de 2012	2.021.000	(41.105)		(84.684)	(4.368)	1.890.842	162.152	2.052.994

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

Continuação

	Atribuível aos acionistas da controladora						Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Em 01 de janeiro de 2013	2.021.000	(41.105)		(84.684)	(4.369)	1.890.842	162.152	2.052.994
Total do resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício				194.425		194.425	(35.473)	158.952
Reflexos de controladas					151.550	151.550	30.470	182.020
Varição cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 10)					(7.259)	(7.259)	(1.348)	(8.607)
Perda em ativos disponíveis para venda					18.154	18.154	(18.154)	
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 10)								
Total do resultado abrangente do exercício				194.425	162.445	356.870	(24.505)	332.365
Contribuições de acionistas								
Integralização de capital	508.500					508.500	80.583	589.083
Custo com emissão de ações (Nota 17(e))		(9.661)				(9.661)		(9.661)
Destinação do lucro líquido do exercício			109.742	(109.742)				
Transferência para reserva de lucros (Nota 17 (b,e))								
Total de contribuições de acionistas e distribuições	508.500	(9.661)	109.742	(109.742)		498.839	80.583	579.422
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle								
Venda de participação societária a não controladores (Nota 21(g))					(1.239)	(1.239)		
Total de transações com acionistas					(1,239)	(1,239)		
Em 31 de dezembro de 2013	2.529.500	(50.766)	109.742		156.835	2.745.311	219.469	2.964.780

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	194.425	(65.023)	158.952	(73.196)
Ajustes de				
Depreciação e amortização (Nota 12)	2.996	2.267	2.996	2.267
Resultado de controladas reconhecido por equivalência (Nota 10)	(191.408)	(1.062)		
Juros de empréstimos (Nota 20)	(59.124)			
Variação cambial e monetária (Nota 20)			(262.676)	(21.994)
	<u>(53.111)</u>	<u>(63.818)</u>	<u>(100.728)</u>	<u>(92.923)</u>
Variações nos ativos e passivos:				
Aumento em tributos a recuperar	(7.048)	(1.143)	(6.957)	(1.308)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	216	(507)	216	(507)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(1.651)	10.183	(132.948)	(58.477)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(558)	6.492	53.772	9.075
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(91)	117	(12.965)	12.991
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais	8.711	7.688	8.711	7.688
Aumento (redução) em outros passivos	(1)	(85)	(1)	(85)
Caixa aplicado nas operações	<u>(53.533)</u>	<u>(41.073)</u>	<u>(190.900)</u>	<u>(123.546)</u>
Juros de empréstimos pagos			(175.676)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(53.533)</u>	<u>(41.073)</u>	<u>(366.576)</u>	<u>(123.546)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 12)	(3.423)	(4.228)	(6.546.400)	(3.672.935)
Aquisição de ativo intangível (Nota 11)	(1.554)	(1.893)	(1.554)	(1.893)
Fundos restritos (Nota 7)	(433.573)		(137.482)	(296.091)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 21 (d))	(1.387.500)			(25.343)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas			20.469	
Compras de ativos financeiros disponíveis para venda - FGCN (Nota 9)			(45.442)	(4.549)
Aporte de capital em controladas (Nota 10)	(353.263)	(1.664.889)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.179.313)</u>	<u>(1.671.010)</u>	<u>(6.710.409)</u>	<u>(4.000.811)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	1.833.943		7.249.919	2.851.661
Pagamentos de empréstimos			(394.943)	(127.895)
Aumento de capital - acionistas controladores	508.500	1.751.000	508.500	1.751.000
Aumento de capital - acionistas não controladores			80.583	140.177
Custo para emissão de capital		(33.069)		(33.069)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>2.342.443</u>	<u>1.717.931</u>	<u>7.444.059</u>	<u>4.581.874</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	109.597	5.848	367.074	457.517
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	87.951	82.103	566.910	89.954
Ganhos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa			68.492	19.439
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	<u>197.548</u>	<u>87.951</u>	<u>1.002.476</u>	<u>566.910</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Insumos Adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.453)	(32.042)	(42.051)	(58.786)
Perda/recuperação de valores ativos	(38)	(2)	(38)	(2)
Outras despesas	(2.580)	(1.785)	(6.651)	(1.784)
	<u>(32.071)</u>	<u>(33.829)</u>	<u>(48.740)</u>	<u>(60.572)</u>
Valor adicionado bruto	(32.071)	(33.829)	(48.740)	(60.572)
Depreciação e amortização	(2.996)	(2.267)	(2.996)	(2.267)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(35.067)</u>	<u>(36.096)</u>	<u>(51.736)</u>	<u>(62.839)</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	93.183	7.844	39.677	8.778
Participação nos resultados das controladas	191.408	1.062		
Valor adicionado total a distribuir	<u>249.524</u>	<u>(27.190)</u>	<u>(12.059)</u>	<u>(54.061)</u>
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(31.491)	(16.952)	(31.491)	(16.952)
Honorários de diretoria	(10.639)	(7.159)	(10.639)	(7.159)
Impostos, taxas e contribuições Federais	(6.024)	(3.713)	(6.024)	(3.713)
Juros e variações cambiais	(2.686)	(7.152)	223.425	11.546
Aluguéis	(4.259)	(2.857)	(4.259)	(2.857)
Prejuízo (lucros retidos) do exercício	(194.425)	65.023	(158.952)	73.196
Valor adicionado distribuído	<u>(249.524)</u>	<u>27.190</u>	<u>12.059</u>	<u>54.061</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Sete Brasil") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Os acionistas da Companhia são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, os bancos BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A., Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, representado por meio de seu gestor o Banco Bradesco BBI S.A., o fundo de equity privado americano EIG e a empresa de investimentos brasileira Luce Venture Capital, além da própria Petrobras. Em 7 de fevereiro de 2013 o FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço firmou o compromisso de aporte no FIP Sondas no montante de R\$ 650 milhões.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 8.526 milhões. De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2013, relacionadas às dívidas com os estaleiros e os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, entre elas bancos comerciais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), com as quais as discussões encontram-se em avançado estágio de negociação, conforme demonstrado abaixo:

- Em junho de 2013 foi aprovada em diretoria na BNDESPAR a subscrição de debêntures conversíveis em ações (DCA) ainda a serem emitidas pela Sete Brasil, no montante de R\$ 1,2 bilhão. A assinatura do contrato de subscrição depende do cumprimento de determinadas condições que estão sendo providenciadas pela Companhia;
- A Companhia, em agosto de 2013, obteve priorização junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM para captação de financiamento de longo prazo de até R\$ 10,3 bilhões. Até agosto de 2014, devem ser atendidas condições prévias para assinatura do contrato e desembolso dos recursos;
- Em dezembro de 2013 a Diretoria do BNDES aprovou a concessão de financiamento às controladas: Arpoador Drilling B.V., Copacabana Drilling B.V.; Grumari Drilling B.V.; Urca Drilling B.V.; Frade Drilling B.V.; Ondina Drilling B.V.; Guarapari Drilling B.V.; Camburi Drilling B.V.; e Cassino Drilling B.V., perfazendo o valor total de até US\$ 3,7 bilhões, aproximadamente, devendo para tanto que, até dezembro de 2014, sejam cumpridas as condições prévias fixadas para a operação e assinatura do respectivo Contrato de Financiamento.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia também está avaliando oportunidades de captação de recursos nos mercados de capitais, nacional e internacional, como alternativa para o refinanciamento e alongamento do endividamento de curto prazo. Além disso, a Companhia dispõe de um volume de capital comprometido por seus acionistas correspondente à cerca de R\$ 5,7 bilhões.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *Internacional Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Em função do objetivo da Companhia de obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia está apresentando a Demonstração do Valor Adicionado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Os encargos financeiros incorridos sobre as debêntures, cujos recursos foram captados pela controladora para financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas, são capitalizados e apresentados nas demonstrações financeiras individuais na rubrica de investimentos para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora que estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Esse ajuste, correspondente aos encargos financeiros apropriados às unidades em fase de construção, está apresentado na rubrica de imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas.

No caso da Sete Brasil Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas pela avaliação dos investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis de divulgações

O seguinte pronunciamento foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e teve impacto significativo para o Grupo:

- CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na, adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Apresentação de informações por segmentos

O tomador de decisões da Companhia é o Conselho de Administração, que analisa informações analíticas das sondas que estão sendo construídas pelo Grupo e delibera sobre a alocação de recursos. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico e investimento de recursos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão por sonda que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar um conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade, sendo as informações apresentadas ao Conselho de Administração de forma analítica por sonda e também consolidada como um único segmento operacional.

Conforme descrito na Nota de informações Gerais (Nota 1), a Companhia possui como atividade preponderante a gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais e monetárias, líquidas".

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada conta do balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada conta da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) O capital social é convertido pelas taxas de câmbio históricas; e
- (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, sem que haja a perda do controle, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente como parte do ganho ou perda líquido na venda.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros como: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber com partes relacionadas".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo compreendem os investimentos em cotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas / Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Licenças de construção de sondas

As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de 4 anos, a partir do início da construção das sondas.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Receitas / Despesas financeiras" na demonstração do resultado.

2.9 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa -UGC).

2.10 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Uma vez que a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias.

2.14 Benefícios a empregados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas (Nota 17(a)).

2.16 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível.

(b) Receita de equivalência patrimonial - Controladora

A receita de equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Companhia, da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida.

2.17 Arrendamentos

Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de longo prazo com clientes do Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os arrendamentos nos quais o Grupo detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais.

Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1^a de janeiro de 2014.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1^a de janeiro de 2015.
- IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 - "Operações em conjunto" e IFRS 12 - "Divulgação de participações em outras entidades" preveem isenção de consolidação de investimentos em fundos ou entidades similares. Essas normas são aplicáveis a partir de 1^o de janeiro de 2014 com sua aplicação antecipada permitida. Como não há fundos ou entidades similares consolidadas nas demonstrações financeiras da Sete Brasil, a administração entende que os pronunciamentos não tem impactos sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31 de dezembro de 2013, estes créditos de imposto de renda provisionados montam a R\$ 306.698 (R\$ 84.803 em 31 de dezembro de 2012).

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e
- (v) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão em lei. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia avaliou estas alterações e, com base no texto vigente, estima não haver efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2013.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

O Grupo classifica os contratos de afretamento como arrendamentos operacionais, uma vez que a maior parcela dos riscos e benefícios de propriedade continua com o Grupo durante o período dos contratos. Desta forma, os ativos são apresentados no balanço no grupo Ativo Imobilizado e a receita futura decorrente do afretamento destes ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Receita de Serviços Prestados, ao longo do prazo de duração dos contratos. A correspondente depreciação dos ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Custos dos Serviços Prestados, com bases em taxas que levem em consideração a vida útil econômica dos ativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(i) Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos investimentos líquidos em controladas no exterior e aos financiamentos contratados denominados em dólar.

Devido ao estágio pré-operacional da Companhia, esse risco é atualmente considerado como moderado (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(b) Risco de liquidez

A Sete Brasil e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e títulos e valores mobiliários suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Sete Brasil e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Sete Brasil considera informações contidas nas demonstrações financeiras, índices de solvência, informações atualizadas de mercado e *ratings* fornecidos pelas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch) para a análise de crédito das contrapartes financeiras.

(d) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo grupo quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, foi analisada pelo grupo e considerada como baixa (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos de proteção para cobrir esse risco.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes aos quais os empréstimos e financiamentos do Grupo estão expostos no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes no exercício, levando em consideração o período projetado de três meses para essa avaliação, são sua exposição à flutuação do dólar norte-americano e sua exposição à flutuação nas taxas de juros Libor 3 meses, Libor 12 meses e ao índice de inflação IPCA. A administração entende que o cenário provável para a cotação do dólar norte-americano e para a inflação IPCA seguirá a expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil em 07 de março de 2014. Já para as cotações da Libor 3 e 12 meses foi considerado um aumento de 1% em relação ao fechamento de 31 de dezembro de 2013. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos patrimoniais				Risco	Provável	Cenários		
	2013	2012	2013	2012			+25%	+50%	-25%
	Passivo	Passivo	Nocional	Nocional					
Empréstimos									
IPCA	2.050.519	1.850.000	1.850.000	1.850.000	Alta do IPCA 1	(60.687)	(66.993)	(73.235)	66.993
Libor 3 meses	5.869.600	2.798.034	5.722.319	2.796.527	Alta da libor 3 meses 2	(49.102)	(49.902)	(50.700)	49.902
Libor 12 meses	2.904.053	2.928.250	2.928.250	2.928.250	Alta da libor 12 meses 3	(26.581)	(27.671)	(28.761)	27.671
	10.824.172	2.798.034	10.500.569	2.796.527		(136.370)	(144.566)	(152.696)	144.566
Empréstimos									
Em US\$	8.773.653	2.798.034	8.650.569	2.796.527	Alta do US\$	(102.935)	(2.200.130)	(4.400.258)	2.200.130

As taxas de juros consideradas foram:

IPCA (1)	6,24 %	7,80 %	9,36 %
LIBOR 3 meses (2)	0,25841 %	0,32301 %	0,38761 %
LIBOR 12 meses (3)	0,61226 %	0,76532 %	0,91838 %

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 3 meses do cálculo ou até o vencimento, o que ocorrer primeiro.

Nos itens abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) Refere-se a variação anual acumulada esperada até 31/12/2014, divulgada pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2013.
- (2) Refere-se as taxas libor de 3 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31 de dezembro de 2013, com acréscimo de 1%.
- (3) Refere-se as taxas libor de 12 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 31 de dezembro de 2013, com acréscimo de 1%.

Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2013 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital de longo prazo prevista para o grupo é de aproximadamente 20% (vinte por cento) de capital próprio e 80% (oitenta por cento) de capital de terceiros. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2013	2012
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	10.824.172	2.798.034
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.002.476)	(566.910)
Dívida líquida	<u>9.821.696</u>	<u>2.231.124</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.964.780</u>	<u>2.052.994</u>
Total do capital	<u><u>12.786.476</u></u>	<u><u>4.384.118</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	77	51

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	Consolidado			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	41.384			41.384
Total do ativo	41.384			41.384

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2012.

	Consolidado			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	4.549			4.549
Total do ativo	4.549			4.549

5 Instrumentos financeiros

5.1 Classificação dos instrumentos por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo por categoria estão demonstrados conforme segue:

	Consolidado			Total
	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	
31 de dezembro de 2012				
Ativo, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber com partes relacionadas	25.343			25.343
Fundo Garantidor da Construção Naval			4.549	4.549
Fundos restritos		296.091		296.091
Caixa e equivalentes de caixa	566.910			566.910
Total	592.253	296.091	4.549	892.893

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2012		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	2.798.034	2.798.034
Fornecedores e outras obrigações excluindo obrigações legais (i)	2.012.862	2.012.862
	<u>4.810.896</u>	<u>4.810.896</u>

	Consolidado			
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2013				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Contas a receber com partes relacionadas	4.874			4.874
Fundo Garantidor da Construção Naval			41.384	41.384
Fundos restritos	476.004			476.004
Caixa e equivalentes de caixa	1.002.476			1.002.476
	<u>1.483.354</u>		<u>41.384</u>	<u>1.524.738</u>

	Consolidado	
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2013		
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.824.173	10.824.173
Fornecedores e outras contas, a pagar	1.917.620	1.917.620
	<u>12.741.793</u>	<u>12.741.793</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo AAA (Fitch)	673.552	87.951	1.478.480	863.001
	<u>673.552</u>	<u>87.951</u>	<u>1.478.480</u>	<u>863.001</u>
	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Títulos de dívida disponíveis para venda brAAA (S&P)			41.384	4.549
			<u>41.384</u>	<u>4.549</u>
Empréstimos para partes relacionadas Grupo 2	1.446.624		4.874	25.343
	<u>1.446.624</u>		<u>46.258</u>	<u>29.892</u>

- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Recursos em banco e em caixa (i)		14	14.852	478.973
Depósitos bancários de curto prazo (ii)	197.548	87.937	987.624	87.937
	<u>197.548</u>	<u>87.951</u>	<u>1.002.476</u>	<u>566.910</u>

- (i) Do montante de R\$ 1.002.476 de caixa e equivalentes de caixa apresentados no consolidado, R\$ 663.425 estão denominados em Dólares, R\$ 1.392 em Euros e R\$ 337.659 estão denominados em Reais.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e aplicações em *Time Deposit*. Todos os títulos são nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor. A remuneração média dos CDBs e dos *Time Deposits* do Grupo é de respectivamente 102,02% da variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI e 0,44% ao ano.

7 Fundos restritos

Controladora	Instituição financeira	2013	2012
Denominado em R\$			
Sete Brasil Participações S.A.	FI - FGTS	476.004	
Denominado em US\$			
Copacabana Drilling BV			41.264
Grumari Drilling BV			52.347
Ipanema Drilling BV	Itau BBA		50.620
Leblon Drilling BV			50.620
Leme Drilling BV			50.620
Marambaia Drilling BV			50.620
		<u>476.004</u>	<u>296.091</u>
		<u>476.004</u>	<u>296.091</u>

Os valores acima encontram-se retidos em atendimento as cláusulas dos contratos de captação. Os recursos aplicados no FI-FGTS oriundos da captação de debêntures (Nota 13), são aplicados em títulos públicos, cuja remuneração é a Selic. O montante total referido dos fundos restritos de 31 de dezembro de 2013 foi disponibilizado em 20 de janeiro de 2014, respeitando assim as cláusulas da emissão.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com emissão de ações (i)	6.228	15.889	6.228	15.889
Seguros de risco de construção (ii)			179.809	63.347
Gastos com captação de dívida	9.040	7.389	25.859	10.575
Seguros de responsabilidade civil			3.329	2.127
	<u>15.268</u>	<u>23.278</u>	<u>215.225</u>	<u>91.938</u>

- (i) O montante de R\$ 15.889 desembolsado em 2012, refere-se ao custo com a atração de capital na emissão do segundo boletim de subscrição de ações. Em 13 de maio de 2013, a parcela correspondente aos custos com emissão de ações no montante de R\$ 9.661, foi transferida para o patrimônio líquido devido a integralização de parte dos recursos comprometidos.
- (ii) Nos meses de fevereiro à dezembro de 2013, as controladas Grumari, Frade, Ondina, Cassino, Camburi, Bracuhy e Ipanema contrataram seguros que tem por objetivo mitigar os riscos operacionais na construção de suas respectivas sondas de perfuração. Desta forma o Grupo possui mais 7 unidades asseguradas, além das 4 unidades contratadas no período de 2012 pelas controladas Arpoador, Guarapari, Urca e Copacabana.

O montante do prêmio pago totalizou aproximadamente US\$ 93,2 milhões, equivalentes a R\$ 218,3 milhões no exercício de 2013, tendo sido capitalizado no ativo imobilizado a parcela referente ao período de utilização do seguro, totalizando US\$ 15 milhões, equivalentes a R\$ 35,2 milhões.

9 Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN

O Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) é um fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, sendo ele responsável pela emissão de garantias com a finalidade de cobrir os riscos de créditos das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco da performance de estaleiro brasileiro.

Conforme regulamentação do fundo, os participantes devem adquirir a quantidade de cotas equivalentes a 1% de no máximo 50% do financiamento alvo da garantia através da emissão de carta fiança.

As cotas poderão ser resgatadas após 5 anos de sua compra, desde que atendidas as seguintes condições:

- (i) solvência do fundo;
- (ii) liquidez dos ativos da carteira; e
- (iii) extinção do risco de crédito garantido pelo FGCN.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo detinha o montante de R\$ 41.384 aplicado em cotas do FGCN conforme quadro abaixo:

Consolidado	2013	2012
Arpoador Drilling BV	4.236	650
Copacabana Drilling BV	1.967	650
Grumari Drilling BV	1.983	650
Ipanema Drilling BV	1.890	650
Leblon Drilling BV	1.894	650
Leme Drilling BV	1.896	650
Marambaia Drilling BV	1.874	649
Urca Drilling B.V.	3.875	
Guarapari Drilling B.V.	2.524	
Bracuhy Drilling B.V.	802	
Portogalo Drilling B.V.	863	
Mangaratiba Drilling B.V.	483	
Botinas Drilling B.V.	492	
Ondina Drilling B.V.	2.748	
Pituba Drilling B.V.	952	
Boipeba Drilling B.V.	960	
Interlagos Drilling B.V.	458	
Itapema Drilling B.V.	411	
Comandatuba Drilling B.V.	423	
Frade Drilling B.V.	976	
Camburi Drilling B.V.	1.435	
Itaoca Drilling B.V.	1.231	
Itaunas Drilling B.V.	1.224	
Siri Drilling B.V.	472	
Sahy Drilling B.V.	482	
Cassino Drilling B.V.	2.089	
Curumim Drilling B.V.	1.452	
Salinas Drilling B.V.	1.292	
Joatinga Drilling B.V.		
	41.384	4.549

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos - controladora

Em 1º de janeiro 2012	124.284
Aumento de capital em controladas	1.664.889
Participação no resultado de controladas	1.062
Venda de participação societária em controladas indiretas	(14.616)
Ajuste acumulado de conversão	21.143
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>(11.747)</u>
Em 31 de dezembro 2012	1.785.015
Aumento de capital em controladas	353.263
Participação no resultado de controladas	191.408
Venda de participação societária em controladas indiretas	(1.239)
Ajuste acumulado de conversão	151.550
Perda com ativos disponíveis para venda	(7)
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>18.154</u>
	2.490.892
Encargos financeiros apropriados (*)	<u>174.145</u>
Em 31 de dezembro 2013	<u>2.665.037</u>

- (*) A Sete Brasil efetuou a captação de recursos financeiros sujeitos a juros (Nota 16), os quais são aplicados nas controladas indiretas para financiamento de seus projetos de construção das sondas. Os encargos financeiros desses recursos captados pela controladora e relacionados com as unidades em construção pelas SPEs, são apresentados nesta rubrica. No balanço patrimonial consolidado, foram reclassificados para a rubrica obras em andamento, no Imobilizado, cuja movimentação encontra-se representada na Nota 12.

No segundo trimestre de 2013, a Companhia, através de sua controlada Sete International GmbH, vendeu participação de 10% de suas controladas indiretas Itapema, Comandatuba, Cassino, Curumim e Salinas (Nota 17 (f)).

Em 19 de agosto 2013, a Companhia, constituiu duas novas sociedades controladas integrais, conforme descrito abaixo:

- Sete Holding GmbH - tem como objetivo o fortalecimento da estrutura societária do Grupo na Áustria. Sua constituição viabiliza a segregação de ativos envolvidos nas captações de recursos. Desta forma a Administração entende que esta subsidiária poderá, além de contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, gerenciar os custos administrativos inerentes na manutenção das operações constituídas na Áustria.
- Sete Finco GmbH - foi constituída em atendimento a estratégia do Grupo para intermediar operações financeiras internacionais, dedicando-se à captação de recursos nos mercados de capital internacional com a finalidade de suprir uma parcela das necessidades de financiamentos requeridos pelo Grupo em conexão aos projetos conforme descrito no Plano de Negócio da Companhia.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nome	País	Negócio	Percentual	
			Participação direta nas ações ordinárias	Participação indireta nas ações ordinárias
Sete Holding	Áustria	Participação em ativos do setor de Óleo e Gás	100	
Sete Finco	Áustria	Operações financeiras	100	
Sete InternationalGmbH	Áustria	Participação em ativos do setor de Óleo e Gás	100	
Arpoador Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Copacabana Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
GrumariDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Ipanema Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Leblon Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Leme Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Marambaia Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Urca Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Guarapari Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		80
BracuhDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
PortogaloDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Mangaratiba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Botinas Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Ondina Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
PitubaDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Boipeba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Interlagos Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
Itapema Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		75
ComandatubaDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		75
Frade Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85
CamburiDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Itaoca Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		80
ItaunasDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Siri Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		80
SahyDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		70
Cassino Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		75
Curumim Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		75
Salinas Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		75
JoatingaDrilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		100

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo a participação da Companhia no resultado de suas controladas diretas e indiretas:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Sete Holding GmbH	226	288	(62)
Sete Finco GmbH	1.392	5.908	(4.516)
Sete International GmbH	7.084.557	6.904.115	180.442
ArpoadorDrilling B.V.	1.212.596	1.212.422	174
CopacabanaDrilling B.V.	648.521	650.078	(1.557)
GrumariDrilling B.V.	593.052	593.919	(867)
IpanemaDrilling B.V.	533.645	534.425	(780)
LeblonDrilling B.V.	479.530	480.315	(785)
LemeDrilling B.V.	479.501	480.296	(795)
MarambaiaDrilling B.V.	479.130	479.917	(787)
UrcaDrilling B.V.	1.288.309	1.294.098	(5.789)
GuarapariDrilling B.V.	831.433	830.563	870
BracuhyDrilling B.V.	240.407	240.616	(209)
PortogaloDrilling B.V.	216.026	216.204	(178)
MangaratibaDrilling B.V.	214.144	214.322	(178)
BotinasDrilling B.V.	214.779	214.980	(201)
OndinaDrilling B.V.	682.932	685.711	(2.779)
PitubaDrilling B.V.	359.740	361.128	(1.388)
BoipebaDrilling B.V.	352.826	352.960	(134)
InterlagosDrilling B.V.	323.625	323.803	(178)
ItapemaDrilling B.V.	327.901	327.917	(16)
ComandatubaDrilling B.V.	314.561	314.576	(15)
FradeDrilling B.V.	978.258	980.177	(1.919)
CamburiDrilling B.V.	467.538	467.728	(190)
ItaocaDrilling B.V.	375.652	376.454	(802)
ItaunasDrilling B.V.	378.518	379.295	(777)
SiriDrilling B.V.	374.986	375.760	(774)
SahyDrilling B.V.	364.273	364.715	(442)
CassinoDrilling B.V.	615.076	615.193	(117)
CurumimDrilling B.V.	474.528	474.724	(196)
SalinasDrilling B.V.	462.357	462.517	(160)
JoatingaDrilling B.V.	425.259	426.171	(912)

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

	Controladora e consolidado		
	Licença de construção e afretamento	Licenças de uso de softwares	Total
Em 1º de janeiro de 2012			
Custo	3.157	1.825	4.982
Amortização		(130)	(130)
Saldo contábil, líquido	<u>3.157</u>	<u>1.695</u>	<u>4.852</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
Saldo inicial	3.157	1.695	4.852
Aquisições		1.893	1.893
Amortização acumulada	(1.184)	(579)	(1.763)
Saldo contábil líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>
Em 31 de dezembro de 2012			
Custo	3.157	3.718	6.875
Amortização	(1.184)	(709)	(1.893)
Saldo contábil, líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>
Em 31 de dezembro de 2013			
Saldo inicial	1.973	3.009	4.982
Aquisições		1.554	1.554
Amortização	(789)	(850)	(1.639)
Saldo contábil, líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>
Em 31 de dezembro de 2013			
Custo	3.157	5.272	8.429
Amortização acumulada	(1.973)	(1.559)	(3.532)
Saldo contábil, líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12

Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total	Controladora
Em 1 de janeiro de 2012							
Custo	125	218	628	1.264		2.235	
Depreciação e amortização acumuladas	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)	
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180		2.084	
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	112	198	594	1.180		2.084	
Aquisições	177	777	832	177	2.265	4.228	
Depreciação e amortização	(35)	(106)	(89)	(274)		(504)	
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808	
Em 31 de dezembro de 2012							
Custo	302	995	1.460	1.441	2.265	6.463	
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)	
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808	
Em 31 de dezembro de 2013							
Saldo inicial	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808	
Aquisições	205	1.577	374	1.098	260	3.514	
Transferências	(1)	(77)	(10)	2.528	(2.528)	(91)	
Baixas	(50)	(243)	(162)	(888)		(1.343)	
Depreciação e amortização							
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888	
Em 31 de dezembro de 2013							
Custo	506	2.495	1.824	5.064	(3)	9.886	
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)		(1.998)	
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888	

36 de 54

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Em 1 de janeiro de 2012						
Custo	125	218	628	1.264	147.863	150.098
Diferenças cambiais	(13)	(20)	(34)	(84)		(151)
Depreciação e amortização acumuladas						
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180	147.863	149.047
Em 31 de dezembro de 2012						
Saldo inicial	112	198	594	1.180	147.863	149.947
Aquisições	177	777	830	177	5.942.680	5.944.641
Diferenças cambiais	(35)	(106)	(89)	(274)	(20.191)	(20.191)
Depreciação e amortização						(504)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Em 31 de dezembro de 2012						
Custo	302	995	1.458	1.441	6.070.352	6.074.548
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Aquisições	205	1.577	376	1.098	6.517.574	6.580.830
Transferências				2.528	(2.528)	
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)		(91)
Diferenças cambiais						
Depreciação e amortização	(50)	(243)	(162)	(888)	1.358.987	1.358.987
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.332	3.818	13.944.385	13.952.276
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	506	2.495	1.824	5.064	13.944.385	13.954.274
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)		(1.998)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante 2013, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado R\$ 477.083 (R\$ 38.260 em 31 de dezembro de 2012) dos custos de empréstimos. Do montante capitalizado em 2013, R\$ 174.145 são provenientes da dívida captada pela Controladora e R\$ 302.938 são de empréstimos ponte (Bridge Loan) captados por controladas.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a pagar estaleiros			1.829.033	2.176.317
Contas a pagar prestadores de serviços	7.375	7.935	69.164	15.393
Outras contas a pagar	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
	7.376	7.935	1.898.199	2.191.712
Parcela circulante	<u>(7.376)</u>	<u>(7.935)</u>	<u>(1.516.756)</u>	<u>(2.191.712)</u>
Parcela não circulante			<u>381.443</u>	

Em 31 de dezembro de 2013, a parcela de obrigações classificada no passivo não circulante representava os serviços realizados pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu que serão pagos em período superior a doze meses, conforme fluxo de pagamentos definidos contratualmente.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Provisão de remuneração variável para funcionários	15.081	8.135	15.081	8.135
Provisão de férias	2.162	1.031	2.162	1.031
Provisão para 13 ^o e 14 ^o salários	1.073	513	1.073	513
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	521	550	521	550
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	165	39	165	39
Previdência		23		23
	<u>19.002</u>	<u>10.291</u>	<u>19.002</u>	<u>10.291</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre aporte de capital (Áustria)				12.874
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	332	424	332	424
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	66	52	66	52
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9	17	9	17
Programa de Integração Social - PIS	6	12	6	12
Imposto sobre Prestação de Serviços - ISS	7	6	7	6
	<u>420</u>	<u>511</u>	<u>420</u>	<u>13.385</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

Empréstimos e financiamentos

Creditor	Tomador	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
Denominado em R\$								
FI - FGTS	Sete Brasil Participações S.A.	IPCA + 8,00% a.a.	15.08.2033	1.850.000	1.850.000	215.896	(15.377)	2.050.519
Denominado em US\$								
Sumitomo								
Mitsui Banking The Bank of Nova Scotia Standard Chartered Bank	Sete International GmbH	Libor 3M + 3,00% a.a.	19.09.2014	2.928.250	2.928.250	522	(24.719)	2.904.053
Bradesco BBI								
Citibank								
Luce Venture Capital - Drilling Series		Libor 3M + 4,75% a.a.	31.12.2015	292.825	292.825	3.128	(731)	295.221
Denominado em US\$								
Copacabana Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	331.243	331.243	4.802	(593)	335.452
Grumari Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	334.219	334.219	4.845	(596)	338.488
Ipanema Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(372)	318.536
Leblon Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(342)	318.566
Léme Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(360)	318.548
Denominado em US\$								
Atopador Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	652.367	652.367	3.888	(1.870)	674.523
Urca Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	716.508	716.508	4.249	(2.003)	737.316
Frade Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	93.703	93.703	551	(654)	95.225
Bracuty Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	70.278	70.278	418	(327)	72.442
Portogalo Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	70.278	70.278	418	(321)	71.606
Guarapari Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	417.170	417.170	2.471	(1.300)	428.658
Ondina Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	461.773	461.773	2.734	(1.497)	474.286
Pituba Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	100.919	100.919	603	(355)	104.599
Boipeba Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	100.919	100.919	597	(353)	103.447
Camburi Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	201.510	201.510	1.206	(827)	208.934
Itaoca Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	160.468	160.468	960	(489)	166.574
Cassino Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	358.108	358.108	2.576	(1.097)	371.482
Curumim Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	224.419	224.419	1.623	(587)	234.171
Salinas Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	192.559	192.559	1.397	(523)	201.546
				10.500.569	10.500.569	266.550	(55.204)	10.824.172
							Circulante	(8.478.432)
							Não Circulante	2.345.740

40 de 54

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Os *bridge facility agreements* cujos credores são o Banco Itaú e o Banco do Brasil, possuem como agente administrativo o próprio Banco Itaú. Os *bridge facility agreements* cujos credores são Banco do Brasil, Bradesco e Santander, possuem como agente administrativo o Deutsche Bank. O agente administrativo é responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos.

Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos de EPC (*Engineering, Procurement and Construction Contract*) junto aos estaleiros contratados para a construção das unidades de perfuração.

Em 20 de agosto de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em cinco SPes, Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon e Leme. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 23.395, equivalentes a R\$ 52.170, (sendo US\$ 4.801 equivalentes a R\$ 11.248 para Copacabana, US\$ 4.822 equivalentes a R\$ 11.295 para Grumari e US\$ 4.591 equivalentes a R\$ 10.754 para Ipanema, Leblon e Leme).

Em 28 de outubro de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em três SPes, Cassino, Curumim e Salinas. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 12.261, equivalentes a R\$ 28.724, (sendo US\$ 5.077 equivalentes a R\$ 11.895 para Cassino, US\$ 3.721 equivalentes a R\$ 8.716 para Curumim e US\$ 3.463 equivalentes a R\$ 8.113 para Salinas).

Em 08 de novembro de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em onze SPes, Arpoador, Urea, Frade, Bracuhy, Portugal, Guarapari, Ondina, Pituba, Boipeba, Camburi e Itaoça. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 35.658, equivalentes a R\$ 83.532, (sendo US\$ 8.596 equivalentes a R\$ 20.138 para Arpoador, US\$ 7.924 equivalentes a R\$ 18.562 para Urea, US\$ 4.404 equivalentes a R\$ 10.317 para Guarapari, US\$ 885 equivalentes a R\$ 2.073 para Bracuhy, US\$ 528 equivalentes a R\$ 1.236 para Portugal, US\$ 4.775 equivalentes a R\$ 11.186 para Ondina, US\$ 1.465 equivalentes a R\$ 3.432 para Pituba, US\$ 975 equivalentes a R\$ 2.283 para Boipeba, US\$ 693 equivalentes a R\$ 1.625 para Frade, US\$ 3.007 equivalentes a R\$ 7.045 para Camburi e US\$ 2.405 equivalentes a R\$ 5.635 para Itaoça).

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia através de sua controlada Sete International, captou novos recursos para financiamento de curto prazo para pagamento pela construção das sondas. Este novo *bridge facility agreement*, cujos credores são os bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation, The Bank of Nova Scotia, Standard Chartered Bank, Bradesco BBI e Citibank, possui como agente administrativo o Banco Sumitomo Mitsui.

O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 81,2 milhões, equivalentes a R\$ 190,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 11,7 milhões, equivalentes a R\$ 23,9 em 31 de dezembro de 2012), tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela de US\$ 38,3 milhões equivalentes a R\$ 89,6 milhões (US\$ 1,6 milhões, equivalentes a R\$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2012).

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de 4,75%, e, em 31 de dezembro de 2013, totaliza R\$ 323.611.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Emissão de Debêntures Simples - FI-FGTS

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 milhão de reais, perfazendo a emissão o montante de R\$ 1.850 milhões.

Os recursos necessariamente são utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias para a Petrobras. Não são elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Companhia e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos Debenturistas.

A emissão não é objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que as Debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures, salvo vencimento antecipado, possuem prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15 de fevereiro de 2013.

A partir de 19 de fevereiro de 2013, as debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 8% (oito por cento) ao ano. Até o sexagésimo mês, contados da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas semestrais em que as debêntures serão resgatadas.

Como parte dos custos desta captação, a Companhia pagou no dia 21 de fevereiro de 2013 uma remuneração de R\$ 16.250 para cada debênture, apresentado líquido no balanço na rubrica de Debêntures.

A Companhia está obrigada a constituir e manter uma conta reserva vinculada, mantida em sua titularidade, com movimentação restrita e exclusiva pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de banco depositário, em até um ano antes da data do pagamento de cada parcela programada de amortização e juros, no montante equivalente a, no mínimo, o valor da próxima parcela de amortização e juros (saldo mínimo).

São garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandatuba Drilling B.V. Os recebíveis das intervenientes garantidoras foram liberadas em novembro, e, em fevereiro de 2014, o penhor de ações da Sete International foi substituído por penhor de ações da Sete Holding.

O valor justo do componente do passivo do título de dívida não conversível em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 2.128.327. O valor justo foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de IPCA + 8%.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital é representado por 2.529.500 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo R\$ 2.529.500.000,00 (dois bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões e quinhentos mil reais). Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor Em Reais</u>
FIP Sondas	1.919.950.000	1.919.950.000
Petrobras S.A.	<u>101.050.000</u>	<u>101.050.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.021.000.000	2.021.000.000
Integralizações em 2013	508.500.000	508.500.000
FIP Sondas	483.075.000	483.075.000
Petrobras S.A.	<u>25.425.000</u>	<u>25.425.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>2.529.500.000</u>	<u>2.529.500.000</u>

A parcela proporcional dos custos de emissão das ações foi contabilizada em conta redutora do patrimônio líquido, como gasto com emissão de ações, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total de custos com consultoria na transação - 1ª subscrição		41.105
Capital comprometido (i)		1.381.000
Capital integralizado		<u>1.381.000</u>
% proporcional do recurso captado e integralizado		100%
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido		<u>41.105</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Total de custos com consultoria na transação - 2ª subscrição	15.889	
Capital comprometido (i)	794.460	
Capital integralizado	<u>483.075</u>	
% proporcional do recurso captado e integralizado	<u>60,81%</u>	
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido	9.661	
Parcela dos custos registrada nas despesas antecipadas não circulantes	<u>6.228</u>	

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas da Sete Brasil em aportes de capital na Companhia. Os aportes irão ocorrer à medida em que houver necessidade de obtenção de recursos.
- (b) Reserva de lucros**
- (i) Reserva legal**
- A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No exercício de 2013 foi destinado para constituição da reserva legal o montante de R\$ 9.721.
- (ii) Reserva de lucros a realizar**
- A reserva de lucros a realizar foi constituída para não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. Conforme mencionado anteriormente, a Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para distribuição dos dividendos. Conforme estabelecido no artigo 197 § 2º, esta reserva deverá ser utilizada somente para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios ou para compensação de prejuízos futuros. No exercício de 2013 foi destinado para constituição da reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 100.021.
- (c) Ajustes acumulados de conversão**
- Os ajustes acumulados de conversão referem-se às diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas elaboradas em moeda estrangeira.
- (d) Dividendos**
- Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apurou um lucro de R\$ 194.425. Dado que todo grupo está em fase pré-operacional e portanto até o momento não foi apurado lucros realizados, a Administração concluiu que a Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para propor a distribuição de dividendos.
- (e) Lucros (prejuízos) acumulados**
- | | |
|---|------------------|
| Em 1º de janeiro de 2012 | (19.661) |
| Prejuízo do exercício | <u>(65.023)</u> |
| Em 31 de dezembro de 2012 | <u>(84.684)</u> |
| Em 1º de janeiro de 2013 | |
| Lucro líquido do exercício | 194.425 |
| Transferência para reserva legal | (9.721) |
| Transferência para reserva de lucros a realizar | <u>(100.021)</u> |
| Em 31 de dezembro de 2013 | <u></u> |

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Lucro (prejuízo) por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2013	2012
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	194.425	(65.023)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	2.529.500	2.021.000
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$ mil	0,08	(0,03)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui ações ordinárias com efeitos potenciais diluidores.

19 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Pessoal	48.154	27.824	48.154	27.824
Serviços de consultoria e auditoria	12.808	19.999	25.401	30.336
Impostos e contribuições	497	16	503	16.423
Depreciação e amortização	2.996	2.267	2.996	2.267
Despesas com locação	4.259	2.857	4.259	2.857
Propaganda e publicidade	2.202	3.023	2.202	3.023
Viagens	2.255	839	2.255	839
Manutenção de software	3.290	1.200	3.290	1.200
Concessionárias (luz, água e esgoto, telefonia)	1.120	925	1.120	925
Administração e limpeza	1.104	583	1.104	583
Transportes	3.668	1.129	3.668	1.129
Seguros	170	167	170	167
Outras despesas gerais	2.338	4.161	2.339	4.161
	84.861	64.990	97.461	91.734

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas financeiras				
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(951)	(5.763)	(31.073)	(5.763)
Despesas com operações de câmbio	(1.725)	(577)	(1.726)	(577)
Despesas com juros	(1)	(10)	(1)	(10)
Despesas bancárias	(2)	(694)	(6.442)	(4.098)
Outras despesas financeiras	(9)		(9)	
	<u>(2.688)</u>	<u>(7.044)</u>	<u>(39.251)</u>	<u>(10.448)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	34.020	7.746	39.638	8.680
Rendimentos sobre empréstimos				
Intercompany	59.124			
Outras receitas financeiras	39	98	39	98
	<u>93.183</u>	<u>7.844</u>	<u>39.677</u>	<u>8.778</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos				
Outras variações cambiais líquidas	2	(108)	262.676	21.994
Resultado financeiro líquido	<u>90.497</u>	<u>692</u>	<u>263.102</u>	<u>20.324</u>

21 Transações com partes relacionadas

(a) Contratos entre partes relacionadas

Através de suas controladas, a Companhia mantém contratos de afretamento de sondas pelo prazo de 10 a 20 anos com a Petrobras, um de seus acionistas, os quais estão detalhados na Nota 22 - Compromissos.

(b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$ 6.144 (2012 - R\$ 5.926).

(c) Custos com emissão de ações e captação de dívida

Dos custos totais com consultoria na transação de emissão de ações e captação de dívida no período findo em 31 de dezembro de 2013, R\$ 1.538 (2012 - R\$ 22.643) foram pagos a Lakeshore Financial Partners Participações Ltda.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Empréstimos Intercompany

(i) Sete International GmbH

A Sete International mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. Esta estrutura determina que os recursos de financiamento de cada projeto devem ser captados através de 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio.

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
	Libor + 5,5%	64.950	4.381	69.331
	Libor + 4,48%	58.419	1.356	59.775
Arpoador Drilling B.V.	10,41%	183.038	1.375	184.413
	Libor + 5,5%	60.250	3.825	64.075
	Libor + 4,48%	24.129	542	24.671
Copacabana Drilling B.V.	10,41%	112.786	835	113.621
	Libor + 4,48%	57.601	3.477	61.078
Grumari Drilling B.V.	10,41%	67.942	355	68.297
	Libor + 4,48%	52.670	3.240	55.910
Ipanema Drilling B.V.	10,41%	52.461	417	52.878
	Libor + 4,48%	41.307	2.112	43.419
Leblon Drilling B.V.	10,41%	18.373	113	18.486
	Libor + 4,48%	41.307	2.105	43.412
Leme Drilling B.V.	Libor + 3,50%	18.373	116	18.489
	10,41%	332.215	4.375	336.590
Marambaia Drilling B.V.	12,00%	41.137	2.180	43.317
	Libor + 5,5%	81.460	4.508	85.968
Urca Drilling B.V.	12,00%	133.774	235	134.009
	Libor + 5,5%	56.105	5.559	61.664
Guarapari Drilling B.V.	12,00%	159.063	1.223	160.286
	Libor + 5,5%	31.625	1.738	33.363
Bracuhy Drilling B.V.	12,00%	114.319	1.696	116.015
	Libor + 5,5%	27.244	1.138	28.382
Portogalo Drilling B.V.	Libor + 5,5%	96.867	1.509	98.376
	12,00%	72.048	1.602	73.650
	Libor + 5,5%	25.534	1.012	26.546
Mangaratiba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	94.875	1.480	96.355
	12,00%	70.796	2.118	72.914
	Libor + 5,5%	25.534	1.032	26.566
Botinas Drilling B.V.	12,00%	96.047	1.498	97.545
	Libor + 5,5%	62.250	4.049	66.299
Ondina Drilling B.V.	12,00%	46.447	149	46.596
	Libor + 5,5%	50.788	3.686	54.474
	Libor + 5,5%	53.880	1.210	55.090
Pituba Drilling B.V.	12,00%	119.004	1.480	120.484
Boipeba Drilling B.V.	Libor + 5,5%	48.726	5.001	53.727
	12,00%	78.136	2.660	80.796
Interlagos Drilling B.V.	Libor + 5,5%	52.591	5.258	57.849
	12,00%	68.596	2.585	71.181
Itapema Drilling B.V.	Libor + 5,5%	53.411	5.455	58.866
	12,00%	68.596	2.592	71.188
Comandatuba Drilling B.V.	12,00%	53.411	5.455	58.866
	Libor + 5,5%	84.401	2.731	87.132
Frade Drilling B.V.	12,00%	552.338	5.455	557.793

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
	Libor + 5,5%	84.601	651	85.252
	Libor + 5,5%	26.625	556	27.181
Camburi Drilling B.V.	12,00%	94.173	1.005	95.178
	Libor + 5,5%	62.641	4.879	67.520
	Libor + 5,5%	2.343	49	2.392
Itaoca Drilling B.V.	Libor + 5,5%	28.814	334	29.148
	12,00%	167.730	1.765	169.495
	Libor + 5,5%	62.758	4.525	67.283
Itaunas Drilling B.V.	Libor + 5,5%	16.164	269	16.433
	12,00%	154.816	2.991	157.807
Siri Drilling B.V.	Libor + 5,5%	86.892	7.428	94.320
	12,00%	142.465	2.671	145.136
Sahy Drilling B.V.	12,00%	88.738	7.619	96.357
	Libor + 4,83%	66.881	5.972	72.853
Cassino Drilling B.V.	12,00%	84.568	469	85.037
	Libor + 4,83%	71.709	5.365	77.074
	Libor + 4,83%	33.846	717	34.563
Curumim Drilling B.V.	12,00%	64.422	589	65.011
	Libor + 4,83%	40.996	3.835	44.831
Salinas Drilling B.V.	Libor + 5,5%	116.427	740	117.167
	Libor + 5,5%	308.273	12.567	320.840
Joatinga Drilling B.V.	Libor + 5,5%	12.182	196	12.378
		<u>5.522.888</u>	<u>170.110</u>	<u>5.692.998</u>

(ii) Sete Brasil Participações S.A.

A controladora Sete Brasil possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete International GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em R\$				
Sete International GmbH	12%	1.387.500	59.124	1.446.624

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Contratos de gerenciamento e supervisão de construção

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção das sondas de perfuração. O valor a pagar referente a estes contratos com partes relacionadas é distribuído conforme tabela a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Petrobras	10.747	1.661
Atlas Perfuração Ltda. - Seaworth	4.040	
Constellation Services - QGOG	1.488	
Lantz - Petroserv	818	
Odebrecht Oleo e Gas - OOG	425	
Seadrill	2.403	
	<u>19.921</u>	<u>1.661</u>

(f) Share Premium contribution

O Share Premium contribution é uma obrigação dos acionistas minoritários, conforme previsto no acordo de acionistas. No final do exercício de 2013 foi formalizado termo de compromisso pelo acionista não controlador da Frade Drilling B.V. com o valor de capital que deverá ser aportado em conexão com o aporte feito pelo acionista controlador, de forma que não haja alteração nos percentuais de participação dos acionistas nas empresas investidas. Desta forma, esta SPE encerrou o exercício de 2013 com parte de seu capital social tendo como contrapartida a rubrica de Partes relacionadas no Ativo circulante, conforme tabela abaixo:

<u>SPE</u>	<u>Data de assinatura</u>	<u>Valor em US\$</u>	<u>Valor em R\$</u>
Frade Drilling B.V.	28.09.2013	<u>2.081</u>	<u>4.874</u>
		<u>2.081</u>	<u>4.874</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Transações com não controladores - baixa de participação em controlada sem perda de controle

No segundo trimestre de 2013, a Companhia vendeu através de sua controlada Sete International a participação de 10% de controladas indiretas, conforme quadro abaixo:

	<u>% da participação vendida</u>	<u>Valor contábil da participação não controladora vendida</u>	<u>Contraprestação recebida pela participação não controladora</u>	<u>Ganho na venda de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores</u>
Cassino Drilling B.V.	10	5.807	5.384	(423)
Curumim Drilling B.V.	10	4.903	4.562	(341)
Salinas Drilling B.V.	10	4.947	4.602	(345)
Itapema Drilling B.V.	10	2.204	2.139	(65)
Comandatuba Drilling B.V.	10	2.204	2.139	(65)
		<u>20.065</u>	<u>18.826</u>	<u>(1.239)</u>

22 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

(i) Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção-Engineering, Procurement and Construction Contract("EPC")

O Grupo mantém contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC, que visam restringir o risco de construção e atraso na entrega de cada ativo. Esta modalidade prevê que todo o gerenciamento da execução do serviço e aquisição de equipamentos será de responsabilidade do contratado.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de dezembro de 2013 a Sete Brasil, através de suas controladas, tem contratos de EPC assinado junto aos estaleiros para a construção de 29 ativos, conforme demonstrado abaixo:

2013				
Controlada	Data de assinatura	Fornecedor	Contratado (Em US\$)	Pago (Em US\$)
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	463.136.414
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	247.316.874
Grunari Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	203.214.899
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	185.320.301
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.162.983
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.160.656
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.160.656
Urca Drilling B.V.	16.12.2011	FernavalePte. Ltd.	809.288.000	333.468.125
Guarapari Drilling B.V.	03.02.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	289.760.818
Cassino Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	220.718.615
Curumim Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	178.870.875
Salinas Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	161.684.563
Botinas Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.271.508
Bracuhy Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.280.946
Frade Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	255.015.519
Mangaratiba Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.280.946
Portogalo Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.580.946
Camburi Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	169.884.845
Itaoca Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	111.178.298
Itaunas Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	107.076.464
Sahy Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	104.947.314
Siri Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	109.999.161
Boipeba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.281.388
Comandatuba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.249.453
Interlagos Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.251.105
Itapema Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.250.958
Ondina Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	245.103.714
Pituba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	138.358.473
Joatinga Drilling B.V.	28.11.2012	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	161.589.791
			22.236.011.190	4.767.576.608

(ii) Contrato de Gerenciamento e Supervisão de Construção -Construction Management Agreement ("CMA")

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção de sondas. Este contrato tem como objetivo o acompanhamento dos contratos de EPC, para mitigar/monitorar o cronograma das obras e garantir o cumprimento das especificações contratualmente acordadas. Para atingir o sucesso pleno, os contratados são responsáveis por disponibilizar profissionais qualificados e experientes conforme necessário para a execução das suas obrigações decorrentes do acordo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 31 de dezembro de 2013	
			Contratado (em US\$)	Pago (em US\$)
Arpoador Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.888.833
Copacabana Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	3.168.138
Grumari Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	1.888.561
Ipanema Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	500.000
Leblon Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Leme Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Marambaia Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Boipeba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Botinas Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	17.06.2013	16.843.244	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Bracuhu Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	977.769
Camburi Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	3.110.125
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	1.519.625
Cassino Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	2.644.366
Comandatuba Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.024.878
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	
Curumim Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	2.056.729
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Frade Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	1.813.127
	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.542.423
Guarapari Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	1.724.980
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Interlagos Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	
	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.342.088
Itaoca Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	823.236
	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.024.878
Itapema Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	
	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	2.877.139
Itaunas Drilling B.V.	Petrobras	02.01.2013	14.185.044	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
Mangaratiba Drilling B.V.	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Ondina Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	2.170.496
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Pituba Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	1.708.688
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
Portogalo Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	
	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	2.737.347
Sati Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	
	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
Salinas Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	
	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.405.298
Siti Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.074
Urca Drilling B.V.	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	2.538.377
			828.656.778	90.300.029

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contrato de afretamento das sondas

As controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos de 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urea Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuby Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2014, a subsidiária Frade Drilling B.V. recebeu o montante de US\$ 2.081 referente ao *Sharepremium Contribution* do acionista classe B.

A Companhia, constituiu três novas entidades controladas integralmente pela Sete Brasil, conforme descrito abaixo:

- Em 03 de janeiro de 2014, foi constituída a Sete Investimentos 1 S.A, em atendimento a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos.
- No dia 08 de janeiro de 2014, a Sete Netherlands BV, foi constituída para viabilizar a segregação de ativos envolvidos nas captações de recursos. Desta forma a Administração entende que esta subsidiária poderá, além de contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, gerenciar os custos administrativos inerentes na manutenção das operações constituídas na Holanda.
- A Sete Investimentos 2 S.A, foi criada em 23 de janeiro de 2014, em sequência a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos.

* * *

DOC. 11

Sete Brasil Participações S.A.
Controladora e consolidado
Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2014 e
relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Sete Brasil Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

PricewaterhouseCoopers, Av. José Silva de Azevedo Neto 200, 1º e 2º, Torre Evolution IV, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 22775-056
T: (21) 3232-6112, F: (21) 3232-6113, www.pwc.com/br

PricewaterhouseCoopers, Rua da Candelária 65, 20º, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 20091-020, Caixa Postal 949,
T: (21) 3232-6112, F: (21) 2516-6319, www.pwc.com/br



Sete Brasil Participações S.A.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos em janeiro de 2015 e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. Essa situação denota uma incerteza material que suscita dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia. Os planos da administração para captar recursos de longo prazo estão descritos na Nota 1. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Chamamos ainda a atenção para a Nota 21 (a) que descreve os reflexos da investigação da denominada "Operação Lava Jato" na Companhia. Nossa opinião também não está modificada em função deste assunto.



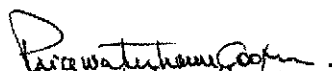
Sete Brasil Participações S.A.


Outros assuntos

**Informação suplementar -
Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2015


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Sete Brasil Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2014	2013	2014	2013	2014	2013
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.642	197.548	412.416	1.002.476	1.516.756	8.478.432
Fundos restritos	7	-	476.004	4.172	476.004	11.201.552	-
Tributos a recuperar		21.425	8.790	21.507	8.865	2.376.130	19.002
Adiantamentos diversos		594	572	594	572	25.209	420
		<u>73.661</u>	<u>682.914</u>	<u>418.689</u>	<u>1.487.917</u>	<u>16.021.820</u>	<u>10.014.610</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Despesas antecipadas	8	9.040	15.268	313.773	215.225	181.544	381.443
Partes relacionadas	19 (circ.)	1.579.012	1.446.624	7.689	4.874	-	295.221
Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN	9	-	-	55.893	41.384	-	2.050.519
		<u>1.588.052</u>	<u>1.461.892</u>	<u>377.355</u>	<u>261.483</u>	<u>181.544</u>	<u>2.727.183</u>
Investimentos	10	8.397.331	2.665.037	-	-	2.410.428	2.077.317
Imobilizado	12	6.191	7.888	23.330.582	13.952.276	16.203.364	12.741.793
Intangível	11	4.213	4.897	4.213	4.897	-	-
		<u>9.998.735</u>	<u>4.139.714</u>	<u>23.712.150</u>	<u>14.218.656</u>	<u>6.368.500</u>	<u>2.529.500</u>
						<u>(56.994)</u>	<u>(50.766)</u>
	16(a)					<u>930.359</u>	<u>109.742</u>
	16(b)					<u>417.155</u>	<u>156.836</u>
		<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>	<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>	<u>7.659.020</u>	<u>2.745.311</u>
Participação acionistas não controladores						<u>288.455</u>	<u>289.469</u>
Total patrimônio líquido		<u>10.069.448</u>	<u>4.822.628</u>	<u>24.150.839</u>	<u>15.706.573</u>	<u>24.150.839</u>	<u>15.706.573</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Despesas administrativas	17	(127.402)	(84.861)	(144.515)	(97.461)
Participação nos resultados de controladas	10	802.409	191.408	-	-
Outras despesas operacionais		(1.833)	(2.619)	(3.211)	(6.689)
Lucro (prejuízo) operacional		673.174	103.928	(147.726)	(104.150)
Receitas financeiras	18	164.498	93.183	34.554	39.677
Despesas financeiras	18	(17.057)	(2.688)	(33.930)	(39.251)
Variações cambiais e monetárias	18	2	2	866.319	262.676
Resultado financeiro líquido		147.443	90.497	866.943	263.102
Lucro do exercício		820.617	194.425	719.217	158.952
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				820.617	194.425
Participação dos não controladores				(101.400)	(35.473)
				719.217	158.952
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (expresso em R\$ por ação)				820.617	194.425
Lucro básico e diluído por ação (Nota 16 f)				0,17	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado do período	820.617	194.425	719.217	158.952
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	256.694	151.550	308.024	182.020
Ganho em ativos disponíveis para venda	4.059	(7.259)	4.830	(8.607)
Ajustes de avaliação patrimonial	(434)	18.154	-	-
Total do resultado abrangente do período	1.080.936	356.870	1.032.071	332.365
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			1.080.935	356.870
Participação dos não controladores			(48.864)	(24.505)
			1.032.071	332.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da Controladora					Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 01 de janeiro de 2013	2.021.000	(41.105)	-	(84.584)	(4.369)	162.152	2.052.994
Total do resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício				194.425		(35.473)	158.952
Variação cambial de investidas localizadas no exterior					151.550	30.470	182.020
Perda em ativos disponíveis para venda					(7.259)	(1.348)	(8.607)
Ajustes de avaliação patrimonial					18.154	(18.154)	-
Total do resultado abrangente do exercício				194.425	162.445	(34.505)	332.365
Contribuições de acionistas							
Integralização de capital	508.500						508.500
Custos com emissões de ações		(9.661)					(9.661)
Destinação do lucro líquido do exercício			109.742	(109.742)			
Transferência para reserva de lucros			109.742				
Total de contribuições de acionistas e distribuições	508.500	(9.661)	109.742	-		80.583	579.422
Alterações nas participações em controladas que não resultam em perda de controle					(1.239)	1.239	
Venda de participação societária							
Total de transações com acionistas					(1.239)	1,239	
Em 31 de dezembro de 2013	2.529.500	(50.766)	109.742	-	156.835	219.469	2.964.780
Em 01 de janeiro de 2014	2.529.500	(50.766)	109.742	-	156.835	219.469	2.964.780
Total do resultado abrangente do período							
Lucro líquido do exercício				820.617	256.694	(101.400)	719.218
Variação cambial de investidas localizadas no exterior (Nota 8)					4.959	51.330	308.024
Ganho em ativos mantidos para venda					(434)	771	4.830
Ajustes de avaliação patrimonial						484	-
Total do resultado abrangente do exercício				820.617	260.319	(48.666)	1.032.072
Contribuições de acionistas	3.839.000						3.839.000
Integralização de capital (Nota 16(a))							
Subscrição de capital (Nota 16(a))	1.883.000						1.883.000
Capital a integrar (Nota 16(a))	(1.883.000)						(1.883.000)
Custo com emissões de ações (Nota 16(a))		(6.228)					(6.228)
Destinação do lucro líquido do exercício			820.617	(820.617)			
Transferência para reserva de lucros (Nota 16(b))							
Total de contribuições de acionistas	3.839.000	(6.228)	820.617	-		117.851	3.950.623
Em 31 de dezembro de 2014	6.368.500	(56.994)	930.359	-	417.155	288.455	7.947.473

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do período	820.617	194.425	719.218	158.952
Ajustes de				
Depreciação e amortização (Notas 11 e 12)	4.098	2.996	4.098	2.996
Resultado de participação societária (Nota 10)	(802.409)	(191.408)	-	-
Juros de empréstimos (Nota 18)	(132.388)	(59.124)	-	-
Variação cambial e monetária, líquida (Nota 18)	(2)	-	(866.319)	(262.676)
	<u>(110.084)</u>	<u>(53.111)</u>	<u>(143.004)</u>	<u>(100.728)</u>
Variações nos ativos e passivos				
Aumento em tributos a recuperar	(2.460)	(7.048)	(12.642)	(6.957)
Aumento em adiantamentos diversos	(23)	216	(23)	216
Aumento em despesas antecipadas	-	(1.651)	(104.775)	(132.948)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	1.107	(558)	50.952	53.772
Aumento (redução) em obrigações fiscais	61	(91)	83	(12.965)
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais	6.207	8.711	6.207	8.711
Aumento (redução) em outros passivos	128	(1)	129	(1)
Juros de empréstimos pagos			(308.858)	(175.676)
	<u>(105.064)</u>	<u>(53.533)</u>	<u>(511.931)</u>	<u>(366.576)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(349)	(3.423)	(5.434.120)	(6.546.400)
Aquisição de ativo intangível	(1.367)	(1.554)	(1.367)	(1.554)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	475.858	(433.573)	471.686	(137.482)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 19 (d))	-	(1.387.500)	(2.815)	20.469
Investimentos noFGCN	-	-	(9.679)	(45.442)
Aporte de capital em subsidiárias	(4.353.983)	(353.263)	-	-
	<u>(2.720.615)</u>	<u>(2.179.313)</u>	<u>(4.976.295)</u>	<u>(6.710.409)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	(1)	1.833.943	3.023.921	7.249.919
Pagamento de empréstimos	-	-	(1.848.101)	(394.943)
Aumento de capital acionistas controladores	3.839.000	508.500	3.839.000	508.500
Aumento de capital acionistas não controladores	-	-	117.851	80.583
Custo para emissão de capital	-	-	-	-
	<u>3.838.999</u>	<u>2.342.443</u>	<u>5.132.671</u>	<u>7.444.059</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(145.906)	109.597	(355.555)	367.074
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	197.548	87.951	1.002.476	566.910
Efeito das variações de taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	-	-	(234.505)	68.492
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>51.642</u>	<u>197.548</u>	<u>412.416</u>	<u>1.002.476</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.732)	(29.453)	(50.845)	(42.051)
Perda/recuperação de valores ativos	-	(38)	-	(38)
Outras despesas	(1.833)	(2.580)	(3.211)	(6.651)
Valor adicionado bruto	(35.565)	(32.071)	(54.056)	(48.740)
Depreciação e amortização	(4.116)	(2.996)	(4.116)	(2.996)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(39.681)	(35.067)	(58.172)	(51.736)
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	164.498	93.183	34.554	39.677
Participação nos resultados das controladas	802.409	191.408	-	-
Valor adicionado total a distribuir	927.226	249.524	(23.618)	(12.059)
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(69.118)	(31.491)	(69.118)	(31.491)
Honorários de diretoria	(6.656)	(10.639)	(6.656)	(10.639)
Impostos, taxas e contribuições federais	(9.763)	(6.024)	(9.763)	(6.024)
Juros e variações cambiais	(17.054)	(2.686)	832.390	223.425
Aluguéis	(4.018)	(4.259)	(4.018)	(4.259)
Lucros retidos/prejuízo do exercício	(820.617)	(194.425)	(719.217)	(158.952)
Valor adicionado distribuído	(927.226)	(249.524)	23.618	12.059

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Sete Brasil") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

Os acionistas da Companhia são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, os bancos BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A., Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, representado por meio de seu gestor o Banco Bradesco BBI S.A., o fundo de equity privado americano EIG e a empresa de investimentos brasileira Luce Venture Capital, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS, além da própria Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 15.583 milhões, os quais incluem empréstimos de curto prazo vencidos e não liquidados no montante de R\$ 664 milhões. De acordo com o Plano de Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2014, relacionadas às dívidas com os estaleiros e os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, entre elas bancos comerciais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo da Marinha Mercante (FMM). A conclusão dessas negociações depende do cumprimento de determinadas condições precedentes, o que indica a existência de uma incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia.

A administração considera apropriado a preparação dessas demonstrações financeiras anuais com base no pressuposto de continuidade operacional. A evolução e finalização das operações de longo prazo para financiamento do projeto depende da conclusão de uma reavaliação da estratégia e engenharia financeira para o projeto, dadas as condições atuais de mercado, que estão acontecendo entre a Administração da Companhia, seus acionistas e principais credores.

Dentre as opções avaliadas pela Companhia durante 2014, foi analisada a possibilidade de emissão de debêntures conversíveis em ações, originalmente aprovadas pela diretoria do BNDESPAR em junho de 2013. Entretanto, no contexto da reestruturação das operações de longo prazo mencionadas acima, foi verificada ao longo de 2014 a impossibilidade de cumprimento de determinadas condições precedentes à contratação das debêntures conversíveis.

Em linha com o novo plano de financiamento ora em estruturação, a Companhia negociou junto aos credores a extensão do prazo das linhas de curto prazo (*bridge loans*) vincendas até a data da publicação destas demonstrações financeiras, exceto pelo Empréstimo Ponte 5 junto ao Standard Chartered no montante de R\$ 664 milhões que emitiu notificação de "default" contra a Companhia (Nota 21).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os planos da administração para captar recursos de longo prazo estão descritos conforme segue:

- A Companhia está reavaliando, em conjunto com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal, alternativas de estruturação financeira para a viabilização do financiamento de longo prazo, no volume inicial de aproximadamente US\$ 3,7 bilhões, que atendam aos interesses tanto dos credores como de seus acionistas, considerando as atuais condições de mercado. A Administração da Companhia, seus acionistas e principais credores tem a expectativa de concluir a estruturação do novo modelo de financiamento até abril de 2015;
- A Companhia obteve priorização junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM para captação de financiamento de longo prazo de até R\$ 10,3 bilhões. Em virtude das renegociações das linhas de financiamento de longo prazo, a Companhia solicitou a prorrogação por mais 120 dias para atendimento das condições precedentes para assinatura do contrato e para posterior desembolso dos recursos. Tal solicitação deverá ser deliberada pelo Conselho Diretor do Fundo em 10 de abril de 2015.
- Adicionalmente às linhas em negociação acima, a Companhia possui condições contratuais firmadas para a contratação de uma linha de longo prazo de US\$ 1,7 bilhão junto ao Fundo de Investimento em Infraestrutura - FINISA, administrado pela Caixa Econômica Federal. Esta linha encontra-se em avançadas negociações para atendimento as condições precedentes a assinatura do contrato com previsão para conclusão em abril de 2015;

Além disso, a Companhia dispõe de capital comprometido por seus acionistas correspondente de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração do valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 21) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e de divulgação

Alterações e interpretações adotadas pelo Grupo

As seguintes normas e alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014 e tiveram impactos para o Grupo.

(i) ICPC 19/IFRIC 21 - "Tributos", trata da contabilização de obrigação de pagar um imposto se o passivo fizer parte do escopo do IAS 37 - "Provisões". A interpretação esclarece qual fato gerador da obrigação gera o pagamento de um imposto e quando um passivo deve ser reconhecido.

(ii) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

(vii) Revisão CPC 07 - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 podem ser adotadas antecipadamente, mesmo no Brasil, o que poderia permitir afirmar que as demonstrações financeiras individuais estão também de acordo com o IFRS.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação em 1º de janeiro de 2014

- *Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting* - Em junho de 2013, o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*, que, dentre outros itens, compreende que um *hedge accounting* não cessa quando um derivativo instrumento de *hedge accounting*, por determinação legal ou de regulamento específico, se encerra e é renovado por um novo derivativo. Este pronunciamento não produz efeito nestas demonstrações contábeis.
- *IFRIC 21 Levies* - Em maio de 2013, o IASB emitiu uma nova interpretação que trata do reconhecimento de obrigações impostas por agentes governamentais. Este pronunciamento não produz efeito nestas demonstrações contábeis.
- *Recoverable Amount Disclosures for Non-Financial Assets* - Em maio de 2013, o IASB emitiu uma atualização ao pronunciamento IAS 36 - *Impairment of Assets*, que melhor detalha as intenções do comitê sobre os aspectos de divulgação do *impairment* de ativos não financeiros. Este pronunciamento não produz efeitos nestas demonstrações contábeis.

Pronunciamentos, interpretações ou atualizações emitidos pelo IASB com aplicação após 1º de janeiro de 2014

- *IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts* - Em janeiro de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* que permite que a empresa que adota o IFRS pela primeira vez, dentro do escopo do pronunciamento, a continuar contabilizando o diferimento de saldos regulatórios na primeira demonstração contábil em IFRS de acordo com a prática contábil anterior. Este pronunciamento se tornará efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2016 e a companhia não terá efeitos em suas Demonstrações Contábeis.
- *IFRS 15 Revenue from contracts with customers* - Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - *Revenue from contracts with customers* que incrementa a divulgação de aspectos do reconhecimento de receitas de modo a melhorar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras globalmente, já que requer que, tanto as empresas que adotam o IFRS, quanto o USGAAP, adotem o pronunciamento, que se tornará efetivo para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2017. A companhia não terá efeitos em suas Demonstrações Contábeis.
- *IFRS 9 Instrumentos Financeiros* - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subseqüente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

O tomador de decisões da Companhia é o Conselho de Administração, que analisa informações analíticas das sondas que estão sendo construídas pelo Grupo e delibera sobre a alocação de recursos. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico e investimento de recursos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão por sonda que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar um conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade, sendo as informações apresentadas ao Conselho de Administração de forma analítica por sonda e também consolidada como um único segmento operacional.

Conforme descrito na Nota de informações Gerais (Nota 1), a Companhia possui como atividade preponderante a gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais e monetárias, líquidas".

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i)** Os ativos e passivos de cada conta do balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii)** As receitas e despesas de cada conta da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
- (iii)** O capital social é convertido pelas taxas de câmbio históricas; e
- (iv)** Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, sem que haja a perda do controle, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente como parte do ganho ou perda líquido na venda.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, seus resgates podem ser feitos a qualquer momento, sem risco de perda dos rendimentos e os recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros como: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber com partes relacionadas".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo compreendem os investimentos em cotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas / Despesas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

(a) Licenças de construção de sondas

As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de quatro anos, a partir do início da construção das sondas.

(b) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Receitas / Despesas financeiras" na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Uma vez que a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias.

2.14 Benefícios a empregados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados diretamente como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas (Nota 17(a)).

2.16 Reconhecimento da receita

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível.

(b) Receita de equivalência patrimonial - Controladora

A receita de equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Companhia, da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Arrendamentos

Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de longo prazo com clientes do Grupo.

Os arrendamentos nos quais o Grupo detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais.

Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituiu a IAS11 - "Contratos de Construção", IAS28 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31 de dezembro de 2014, estes créditos de imposto de renda provisionados montam a R\$ 590.106 (R\$ 306.698 em 31 de dezembro de 2013).

Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP 627 na Lei nº 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, mas a referida Lei permite que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia analisou os possíveis efeitos da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resulta em ajustes relevantes nas informações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014. A Administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação, informando seu posicionamento na DCTF de dezembro de 2014.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

O Grupo classifica os contratos de afretamento como arrendamentos operacionais, uma vez que a maior parcela dos riscos e benefícios de propriedade continua com o Grupo durante o período dos contratos. Desta forma, os ativos são apresentados no balanço no grupo Ativo Imobilizado e a receita futura decorrente do afretamento destes ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Receita de Serviços Prestados, ao longo do prazo de duração dos contratos. A correspondente depreciação dos ativos será reconhecida na demonstração do resultado como Custos dos Serviços Prestados, com bases em taxas que levem em consideração a vida útil econômica dos ativos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(i) Risco cambial

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos investimentos líquidos em controladas no exterior e aos financiamentos contratados denominados em dólar.

Devido ao estágio pré-operacional da Companhia, esse risco é atualmente considerado como moderado (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(b) Risco de liquidez

A Sete Brasil e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e títulos e valores mobiliários suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Sete Brasil e de suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Sete Brasil considera informações contidas nas demonstrações financeiras, índices de solvência, informações atualizadas de mercado e ratings fornecidos pelas principais agências de risco (Moody's, S&P e Fitch) para a análise de crédito das contrapartes financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo grupo quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, foi analisada pelo grupo e considerada como baixa (ver análise de sensibilidade). Não foram contratados instrumentos de proteção para cobrir esse risco.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes aos quais os empréstimos e financiamentos do Grupo estão expostos no final do período. As variáveis de riscos relevantes no período, levando em consideração o prazo projetado de três meses para essa avaliação, são sua exposição à flutuação do dólar norte-americano e sua exposição à flutuação nas taxas de juros LIBOR 1 mês, LIBOR 2 meses, LIBOR 3 meses, LIBOR 12 meses e ao índice de inflação IPCA. A administração entende que o cenário provável para a cotação do dólar norte-americano e para a inflação IPCA seguirá a expectativa de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil em 06 de fevereiro de 2015. Já para as cotações da LIBOR 1, 2, 3 e 12 meses foi considerado um aumento de 1% em relação ao fechamento de 31 de dezembro de 2014. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos patrimoniais				Risco	Cenários			
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013		Provável	+25%	+50%	-25%
Passivo			Nocional	Nocional					
Empréstimos									
IPCA	2.376.130	2.050.539	1.850.000	1.850.000	Alta do IPCA 1	(66.874)	(82.306)	74.538	82.306
LIBOR 1 mês	663.733	664.050	664.050	664.050	Alta da LIBOR 1 mês 2	(2.391)	(2.425)	2.408	2.425
LIBOR 2 meses	4.179.067	4.165.476	4.165.476	4.165.476	Alta da LIBOR 2 meses 3	(13.522)	(13.848)	13.686	13.848
LIBOR 3 meses	1.687.264	5.869.600	1.688.364	5.722.319	Alta da LIBOR 3 meses 4	(16.490)	(17.035)	16.763	17.035
LIBOR 12 meses	3.607.070	2.904.053	3.394.766	2.928.250	Alta da LIBOR 12 meses 5	(39.178)	(32.280)	31.226	32.280
	<u>12.513.244</u>	<u>10.854.172</u>	<u>11.762.656</u>	<u>10.500.569</u>		<u>(129.455)</u>	<u>(147.804)</u>	<u>138.721</u>	<u>147.894</u>
Em US\$	<u>11.198.572</u>	<u>8.773.653</u>	<u>10.060.660</u>	<u>8.650.560</u>	Alta do US\$	<u>(14.179)</u>	<u>(2.495.893)</u>	<u>(4.977.601)</u>	<u>4.977.601</u>

As taxas de juros consideradas foram:

	Provável	+25%	+50%
IPCA (1)	7,22%	9,03%	10,83%
LIBOR 1 mês (2)	0,17322%	0,21652%	0,25982%
LIBOR 2 meses (3)	0,21362%	0,26702%	0,32042%
LIBOR 3 meses (4)	0,25816%	0,32270%	0,38723%
LIBOR 12 meses (5)	0,63782%	0,79727%	0,95672%

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 3 meses do cálculo ou até o vencimento, o que ocorrer primeiro. Nos itens abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (1) Refere-se a variação anual acumulada esperada até 31/03/2015, divulgada pelo Banco Central do Brasil em 06 de fevereiro de 2015.
- (2) Refere-se a taxa LIBOR de 1 mês, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (3) Refere-se a taxa LIBOR de 2 meses, divulgadas pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (4) Refere-se a taxa LIBOR de 3 meses, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.
- (5) Refere-se a taxa LIBOR de 12 meses, divulgada pela BBA (British Bankers Association) em 06 de fevereiro de 2015, com acréscimo de 1%.

Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital de longo prazo prevista para o grupo é de aproximadamente 20% (vinte por cento) de capital próprio e 80% (oitenta por cento) de capital de terceiros. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	13.574.702	10.824.172
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(412.416)</u>	<u>(1.002.476)</u>
Dívida líquida	<u>13.162.286</u>	<u>9.821.696</u>
Total do patrimônio líquido	<u>7.947.475</u>	<u>2.964.780</u>
Total do capital	<u>21.109.761</u>	<u>12.786.476</u>
Índice de alavancagem financeira - %	62	77

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2014.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	55.893			55.893
Total do ativo	55.893			55.893

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2013.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Investimento em cotas do FGCN	41.384			41.384
Total do ativo	41.384			41.384

5 Instrumentos financeiros por categoria

5.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo por categoria estão demonstrados conforme segue:

	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2013			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber com partes relacionadas	4.874		4.874
Fundo Garantidor da Construção Naval		41.384	41.384
Fundos restritos	476.004		476.004
Caixa e equivalentes de caixa	1.002.476		1.002.476
	1.483.354	41.384	1.524.738

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	Outros passivos financeiros	Total	
31 de dezembro de 2013			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.824.173	10.824.173	
Fornecedores e outras contas a pagar	1.917.620	1.917.620	
	<u>12.741.793</u>	<u>12.741.793</u>	
	Consolidado		
	Empréstimos e Recebíveis	Disponíveis para venda	Total
31 de dezembro de 2014			
Fundos restritos	4.172		4.172
Fundo Garantidor da Construção Naval		55.893	55.893
Caixa e equivalentes de caixa	412.416		412.416
	<u>416.588</u>	<u>55.893</u>	<u>472.481</u>
	Consolidado		
	Outros passivos financeiros	Total	
31 de dezembro de 2014			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.574.702	13.574.702	
Fornecedores e outras contas a pagar	2.629.592	2.629.592	
	<u>16.204.294</u>	<u>16.204.294</u>	

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo				
AAA (Fitch)	51.642	673.552	416.588	1.478.480
	<u>51.642</u>	<u>673.552</u>	<u>416.588</u>	<u>1.478.480</u>
Títulos de dívida disponíveis para venda				
brAAA (S&P)	-	-	55.893	41.384
	-	-	<u>55.893</u>	<u>41.384</u>
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 2	1.585.649	1.446.624	7.689	4.874
	<u>1.585.649</u>	<u>1.446.624</u>	<u>63.582</u>	<u>46.258</u>

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Recursos em banco e em caixa	122	-	351.014	14.852
Depósitos bancários de curto prazo	<u>51.520</u>	<u>197.548</u>	<u>61.402</u>	<u>987.624</u>
	<u>51.642</u>	<u>197.548</u>	<u>412.416</u>	<u>1.002.476</u>

Do montante de R\$ 412.416 de caixa e equivalentes de caixa apresentados no consolidado, R\$ 350.037 (R\$ 663.425 em 31 de dezembro de 2013) estão denominados em dólares, R\$ 3.406 (R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2013) em euros e R\$ 58.973 (R\$ 337.659 em 31 de dezembro de 2013) estão denominados em R\$.

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), que são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor. A remuneração média dos CDBs da Companhia é de 102,64% da variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI.

7 Fundos restritos

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se retidos em atendimento as cláusulas dos contratos de captação. Os recursos aplicados no FI-FGTS oriundos da captação de debêntures (Nota 15), são aplicados em títulos públicos, cuja remuneração é a Selic. O montante total dos fundos restritos em 2013 foi disponibilizado em 20 de janeiro de 2014, respeitando assim as cláusulas da emissão.

A Companhia, através de sua controlada indireta Joatinga, captou em setembro de 2014 recursos de um novo financiamento, o empréstimo ponte 5 (Nota 15) e se comprometeu a manter em fundos restritos os recursos referentes aos juros a serem pagos no vencimento da dívida no montante US\$ 1.571 (equivalente a R\$ 4.172 em 31 de dezembro).

8 Despesas antecipadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>
Gastos com emissão de ações (i)	-	6.228	-	6.228
Seguros de risco de construção (ii)	-	-	226.263	179.809
Gastos com captação de dívida	9.040	9.040	85.609	25.859
Seguros de responsabilidade civil	-	-	1.901	3.329
	<u>9.040</u>	<u>15.268</u>	<u>313.773</u>	<u>215.225</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O montante referente ao custo com atração de capital registrado em 31 de dezembro de 2013 foi totalmente transferido para o patrimônio líquido da Companhia em virtude da total integralização do recursos comprometidos no valor de R\$ 1,7 bilhão, no primeiro semestre de 2014.

(ii) Em 2014, as controladas Leblon, Pituba, Itioca, Curumim e Portugal contrataram seguros que tem por objetivo cobrir os riscos operacionais na construção de suas respectivas sondas de perfuração. Desta forma o Grupo passa a ter mais cinco unidades asseguradas, além das onze unidades cujo seguro já havia sido contratado até o final de 2013 pelas controladas Arpoador, Guarapari, Urca, Copacabana, Grumari, Frade, Ondina, Cassino, Camburi, Ipanema e Bracuhy, totalizando dezesseis unidades asseguradas.

O montante do prêmio pago totalizou aproximadamente US\$ 134,5 milhões, equivalentes a R\$ 357,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2014. A parcela referente ao período de utilização do seguro, totalizando US\$ 48,6 milhões, equivalentes a R\$ 129,09 milhões, foi capitalizada como parte integrante do custo das sondas.

9 Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN)

O Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN) é um fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas, responsável pela emissão de garantias para cobrir os riscos de créditos das operações de financiamento vinculados à construção de embarcações no mercado brasileiro, bem como o risco de cumprimento de contratos dos estaleiros brasileiros.

Conforme regulamentação do fundo, os participantes devem adquirir a quantidade de cotas equivalentes a 1% de no máximo 50% do financiamento alvo da garantia através da emissão de carta fiança.

As cotas poderão ser resgatadas após 5 anos de sua compra, desde que atendidas as seguintes condições:

- i) solvência do fundo;
- ii) liquidez dos ativos da carteira; e
- iii) extinção do risco de crédito garantido pelo FGCN.

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo detinha o montante de R\$ 55.893 aplicado em cotas do FGCN conforme quadro abaixo:

Controlada	Consolidado	
	2014	2013
Arpoador	4.800	4.236
Boipeba	1.088	960
Botinas	546	492
Bracuhy	907	802
Camburi	1.615	1.435
Cassino	2.412	2.089
Comandatuba	903	423
Copacabana	2.246	1.967
Curumim	1.689	1.452
Frade	1.098	976

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
 financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Consolidado	
	2014	2013
Grumari	2.264	1.983
Guarapari	2.864	2.524
Interlagos	980	458
Ipanema	2.184	1.890
Itaoca	1.403	1.231
Itapema	889	411
Itaunas	2.552	1.224
Joatinga	2.581	-
Leblon	2.189	1.894
Leme	2.192	1.896
Mangaratiba	537	483
Marambaia	3.984	1.874
Ondina	3.120	2.748
Pituba	1.080	952
Portogalo	974	863
Sahy	1.418	482
Salinas	1.500	1.292
Siri	1.469	472
Urea	4.409	3.875
	55.893	41.384

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos

	Controladora
Em 1º de janeiro 2013	1.785.015
Aumento de capital em controladas	353.263
Participação no resultado de controladas	191.408
Venda de participação societária	(1.239)
Ajuste acumulado de conversão	151.550
Perda em ativos mantidos para venda	(7.259)
Ajuste de avaliação patrimonial	18.154
	<u>2.490.892</u>
Encargos financeiros apropriados (*)	<u>174.145</u>
Em 31 de dezembro 2013	2.665.037
Aumento de capital em controladas	4.353.984
Participação no resultado de controladas	802.409
Ajuste acumulado de conversão	256.694
Ganho em ativos mantidos para venda	3.625
	<u>8.081.749</u>
Encargos financeiros apropriados (*)	<u>315.582</u>
Em 31 de dezembro 2014	<u>8.397.331</u>

(*) A Sete Brasil efetuou a captação de recursos financeiros sujeitos a juros (Nota 15), os quais são aplicados nas controladas indiretas para financiamento de seus projetos de construção das sondas. Os encargos financeiros desses recursos captados pela controladora e relacionados com as unidades em construção pelas SPEs, são apresentados nesta rubrica. No balanço patrimonial consolidado, foram reclassificados para a rubrica obras em andamento, no imobilizado, cuja movimentação encontra-se representada na Nota 12.

Durante o exercício de 2014 a Companhia, constituiu cinco novas empresas, controladas integralmente pela Sete Brasil, conforme descrito abaixo:

- Em 3 e 23 de janeiro de 2014, foram constituídas, respectivamente, a Sete Investimentos 1 S.A e a Sete Investimentos 2 S.A., em atendimento a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional.
- Nos dias 8 de janeiro e 2 de maio de 2014, foram constituídas, respectivamente, a Sete Netherlands B.V. e a Sete International Two GmbH, para viabilizar a segregação de ativos envolvidos em captações de recursos. Desta forma a Administração entende que estas controladas poderão, além de contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, gerenciar os custos administrativos inerentes à manutenção das operações constituídas na Holanda.
- No dia 26 de agosto de 2014, foi constituída a Sete Lux S.a.r.l., dando sequência a segregação requerida para a captação de recursos de longo prazo.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- No dia 20 de outubro de 2014, a Companhia recebeu um comunicado de intenção de venda das ações das companhias Frade Drilling B.V. e Portugaldo Drilling B.V. detidas pelo acionista classe minoritário – Domain Marine Coöperatief U.A., controlada pelo operador Petroserv S.A.. A Administração está discutindo com este sócio os termos para formalização de sua saída da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia detinha as seguintes controladas diretas e indiretas:

Nome	País	Negócio	Percentual	
			Participação direta nas ações ordinárias	Participação total nas ações ordinárias
Sete Investimentos 1	Brasil		100%	
Sete Investimentos 2	Brasil		100%	
Sete LUX Sarl	Luxemburgo		100%	
Sete LUX SCS	Luxemburgo			100%
Sete Netherlands	Holanda	Participação em ativos do setor de Óleo e Gás		100%
Sete Netherlands 2	Holanda			100%
Sete Holding GmbH	Áustria		100%	
Sete Finco GmbH	Áustria		100%	
Sete International One GmbH	Áustria			100%
Sete International Two GmbH	Áustria			100%
Arpoador Drilling B.V.	Holanda			85%
Copacabana Drilling B.V.	Holanda			85%
Grumari Drilling B.V.	Holanda			85%
Ipanema Drilling B.V.	Holanda			85%
Leblon Drilling B.V.	Holanda			85%
Leme Drilling B.V.	Holanda			85%
Marambaia Drilling B.V.	Holanda			85%
Urca Drilling B.V.	Holanda			85%
Guarapari Drilling B.V.	Holanda			80%
Bracuhy Drilling B.V.	Holanda			85%
Portogalo Drilling B.V.	Holanda			85%
Mangaratiba Drilling B.V.	Holanda			85%
Botinas Drilling B.V.	Holanda			85%
Ondina Drilling B.V.	Holanda			85%
Pituba Drilling B.V.	Holanda	Afretamento de sondas		85%
Boipeba Drilling B.V.	Holanda			85%
Interlagos Drilling B.V.	Holanda			85%
Itapema Drilling B.V.	Holanda			75%
Comandatuba Drilling B.V.	Holanda			75%
Frade Drilling B.V.	Holanda			85%
Camburi Drilling B.V.	Holanda			70%
Itaoca Drilling B.V.	Holanda			80%
Itaunas Drilling B.V.	Holanda			70%
Siri Drilling B.V.	Holanda			80%
Sahy Drilling B.V.	Holanda			70%
Cassino Drilling B.V.	Holanda			75%
Curumim Drilling B.V.	Holanda			75%
Salinas Drilling B.V.	Holanda			75%
Joatinga Drilling B.V.	Holanda			100%

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações financeiras de de suas controladas direta e indiretas:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Resultado</u>
Sete Investimentos 1	1.069.567	1.068.955	612
Sete Investimentos 2	11.145	11.771	(626)
Sete Lux Sarl	166	626	(460)
Sete Lux SCS		436	(436)
Sete Netherlands	1.067.119	1.055.889	11.230
Sete Netherlands 2	2.378	2.626	(248)
Sete Holding GmbH	7.865.466	7.091.247	774.219
Sete Finco GmbH	749	1.021	(272)
Sete International Two	160.661	213.837	(53.176)
Sete International GmbH	10.975.919	10.297.472	678.447
ArpoadorDrilling B.V.	1.711.877	1.712.101	(224)
CopacabanaDrilling B.V.	1.168.091	1.168.964	(873)
GrumariDrilling B.V.	1.072.914	1.073.501	(587)
IpanemaDrilling B.V.	791.833	794.070	(2.237)
LeblonDrilling B.V.	680.048	682.199	(2.151)
LemeDrilling B.V.	622.320	624.468	(2.148)
MarambaiaDrilling B.V.	593.619	595.768	(2.149)
UrcaDrilling B.V.	1.737.598	1.739.497	(1.899)
GuarapariDrilling B.V.	1.533.218	1.533.568	(350)
BracuhyDrilling B.V.	1.052.648	1.054.099	(1.451)
PortogaloDrilling B.V.	294.932	295.256	(324)
MangaratibaDrilling B.V.	263.174	263.438	(264)
BotinasDrilling B.V.	263.220	263.472	(252)
OndinaDrilling B.V.	1.542.354	1.543.150	(796)
PitubaDrilling B.V.	958.024	958.408	(384)
BoipebaDrilling B.V.	572.191	572.167	24
InterlagosDrilling B.V.	422.072	423.001	(929)
ItapemaDrilling B.V.	397.704	397.993	(289)
ComandatubaDrilling B.V.	376.062	376.318	(256)
FradeDrilling B.V.	1.485.465	1.486.047	(582)
CamburiDrilling B.V.	894.970	895.067	(97)
ItaocaDrilling B.V.	573.174	573.408	(234)
ItaunasDrilling B.V.	498.235	498.698	(463)
SiriDrilling B.V.	469.246	469.519	(273)
SahyDrilling B.V.	460.965	461.220	(255)
CassinoDrilling B.V.	1.384.696	1.390.277	(5.581)
CurumimDrilling B.V.	772.359	772.775	(416)
SalinasDrilling B.V.	559.008	559.360	(352)
JoatingaDrilling B.V.	789.636	790.011	(375)

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

	Controladora e consolidado		
	Licença de construção e afretamento	Licenças de uso de softwares	Total
Em 1º de janeiro de 2013			
Custo	3.157	3.718	6.875
Amortização	(1.184)	(709)	(1.893)
Saldo contábil, líquido	<u>1.973</u>	<u>3.009</u>	<u>4.982</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
Saldo inicial	1.973	3.009	4.982
Aquisições	-	1.554	1.554
Amortização	(789)	(850)	(1.639)
Saldo contábil, líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>
Em 31 de dezembro de 2013			
Custo	3.157	5.272	8.429
Amortização acumulada	(1.973)	(1.559)	(3.532)
Saldo contábil líquido	<u>1.184</u>	<u>3.713</u>	<u>4.897</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014			
Saldo inicial	1.184	3.713	4.897
Aquisições	-	1.367	1.367
Amortização	(789)	(1.262)	(2.051)
Saldo contábil líquido	<u>395</u>	<u>3.818</u>	<u>4.213</u>
Em 31 de dezembro de 2014			
Custo	3.157	6.639	9.796
Amortização	(2.762)	(2.821)	(5.583)
Saldo contábil líquido	<u>395</u>	<u>3.818</u>	<u>4.213</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benefícios em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Controladora						
Em 1º de janeiro de 2013						
Custo	302	995	1.460	1.441		6.463
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	<u>254</u>	<u>869</u>	<u>1.337</u>	<u>1.083</u>		<u>5.808</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	254	869	1.337	1.083	2.265	5.808
Aquisições	205	1.577	374	1.098	260	3.514
Transferências	(1)	(77)	(10)	(3)	(2.528)	(91)
Depreciação e amortização	(50)	(243)	(162)	(888)	(3)	(1.343)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>(3)</u>	<u>7.888</u>
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	506	2.495	1.824	5.064	(3)	9.886
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)		(1.998)
Saldo contábil, líquido	<u>408</u>	<u>2.126</u>	<u>1.539</u>	<u>3.818</u>	<u>(3)</u>	<u>7.888</u>
Período findo em 31 de dezembro de 2014						
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	(3)	7.888
Aquisições	90	255	(71)	(1)	75	348
Depreciação e amortização	(91)	(503)	(164)	(1.287)	-	(2.045)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>72</u>	<u>6.191</u>
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	595	2.750	1.752	5.063	72	10.232
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)	-	(4.041)
Saldo contábil, líquido	<u>407</u>	<u>1.878</u>	<u>1.304</u>	<u>2.530</u>	<u>72</u>	<u>6.191</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso	Total
Em 1º de janeiro de 2013						
Custo	302	995	1.458	1.441	6.070.352	6.074.548
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)		(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013						
Saldo inicial	254	869	1.335	1.083	6.070.352	6.073.893
Aquisições	205	1.577	376	1.098	6.517.574	6.520.830
Transferências				2.528	(2.528)	
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)		(91)
Diferenças cambiais					1.358.987	1.358.987
Depreciação e amortização	(50)	(243)	(162)	(888)		(1.343)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276
Em 31 de dezembro de 2013						
Custo	506	2.495	1.824	5.064	13.944.385	13.954.274
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)		(1.998)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276
Período findo em 31 de dezembro de 2014						
Saldo inicial	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385	13.952.276
Aquisições	90	255	(71)	(1)	6.703.597	6.703.840
Baixas						
Diferenças cambiais	(91)	(503)	(164)	(1.287)	2.676.511	2.676.511
Depreciação e amortização						(2.046)
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	23.324.463	23.330.582
Em 31 de dezembro de 2014						
Custo	595	2.750	1.752	5.063	23.324.463	23.334.623
Depreciação e amortização acumuladas	(188)	(872)	(448)	(2.533)		(4.041)
Saldo contábil, líquido	407	1.878	1.304	2.530	23.328.877	23.330.582

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na rubrica de imobilizado em curso do Grupo são registrados os custos incorridos nos 29 projetos ora em construção pelas SPEs holandesas, denominados unidades de sonda de perfuração ou DRU "Drilling Rig Unit".

O portfólio de ativos operacionais (DRUs) em construção é distribuído em dois tipos de ativos de características semelhantes:

- Tipo navio-sonda (23 unidades): que têm basicamente a forma de um navio convencional com uma torre de perfuração localizada em seu centro, onde uma abertura no casco "moon pool" permite a passagem da coluna de perfuração. Sua vantagem é ter uma maior velocidade de trânsito e maior capacidade de carga e estocagem.
- Tipo semi-submersíveis (6 unidades): têm flutuadores que ficam submersos, o que confere a este tipo de plataforma maior estabilidade e as deixam menos suscetíveis ao movimento de deriva. O convés, também chamado de "main deck", fica acima da linha d'água, longe do alcance das ondas, sustentado pelas pernas ou colunas da plataforma. Sua área do convés é geralmente maior do que a de um navio-sonda. A torre de perfuração fica localizada em geral no centro da plataforma e uma abertura no centro do seu convés permite a passagem da coluna de perfuração.

As especificações de cada uma dessas embarcações são consistentes com projetos internacionais. Seus equipamentos e componentes são supridos por diversos fornecedores existentes no setor de óleo e gás para garantir a qualidade, a disponibilidade de substituição de peças e suporte pós-venda para manutenção futura.

Todas as unidades são projetadas para perfurar em lâmina d'água ultra-profundas de até 3.000 metros, com uma capacidade total de profundidade de até 10.000 metros.

Com o objetivo de limitar o risco de contraparte de conclusão com qualquer um dos construtores navais, a Administração optou por uma abordagem diversificada de contratação de diferentes estaleiros, conforme tabela abaixo:

Estaleiro	Nº de unidades	Tipo de embarcação	SPE Contratante
Estaleiro Atlântico Sul - EAS.....	7	Navio-sonda	Copacabana Grumari Ipanema Leblon Leme Marambaia Joatinga
Estaleiro Brasfels (FernavalePte Ltd.).....	6	Semi-submersível	Urca Frade Bracuhy Portogalo Mangaratiba Botinas

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estaleiro	Nº de unidades	Tipo de embarcação	SPE Contratante
Estaleiro Jurong Aracruz - EJA	7	Navio-sonda	Arpoador Guarapari Camburi Itaoca Itaunas Siri Sahy
Estaleiro Enseada do Paraguaçu - EEP	6	Navio-sonda	Ondina Pituba Boipeba Interlagos Itapema Comandatuba
Estaleiro Rio Grande - ERG	3	Navio-sonda	Cassino Curumim Salinas

Os custos mais relevantes referentes à construção dos ativos são distribuídos da seguinte forma:

(i) Contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC - Engineering, Procurement and Construction Contract ("EPC"), conforme descrito na Nota 20 (item a - (i)).

As embarcações são contratadas para serem entregues, em média, quatro anos após o início da construção. A Companhia entende que o prazo de entrega permite a Administração e aos estaleiros a flexibilidade necessária para a conclusão e disponibilização à Petrobras dentro do cronograma. A primeira unidade está prevista para ser entregue em junho de 2015 e, atualmente, nossa última embarcação está prevista para ser entregue em janeiro de 2020.

(ii) Contratos de gerenciamento e supervisão da construção de sondas Construction Management Agreement ("CMA"), conforme descrito na Nota 20 (item a - (ii)).

Os custos de gerenciamento e supervisão das obras representam aproximadamente 4% do total de cada projeto em andamento, a Companhia entende que com a contratação da equipe de engenharia da Petrobras e/ou um sócio operador atuando em conjunto com o corpo técnico da Sete Brasil como supervisores em cada um dos estaleiros é possível assegurar o progresso da construção das DRUs reduzindo os riscos de construção e de aceitação (não-conformidade com os requisitos da Petrobras).

(iii) Os demais custos indiretos (como os custos financeiros e seguros das obras) incorridos durante a construção são capitalizados no imobilizado.

No exercício de 2014, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado R\$ 925.469 (R\$ 477.083 em 31 de dezembro de 2013) dos custos de empréstimos. Do montante capitalizado em 2014, R\$ 489.728 são provenientes da dívida captada pela Controladora e R\$ 435.741 são de empréstimos ponte "Bridge Loan" captados por controladas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Contas a pagar estaleiros	-	-	2.479.722	1.829.033
Contas a pagar prestadores de serviços	8.479	7.375	120.118	69.164
Outras contas a pagar	129	1	129	2
	8.608	7.376	2.599.969	1.898.199
Parcela circulante	(8.608)	(7.376)	(2.418.425)	(1.516.756)
Parcela não circulante	-	-	181.544	381.443

Os saldos de contas a pagar aos estaleiros envolvidos no projeto são oriundos de obrigações geradas no curso normal dos negócios e serão pagos em períodos inferiores ou superiores a doze meses conforme cronograma de pagamentos definidos nos contratos de EPC.

Em 31 de dezembro de 2014, a parcela de obrigações classificada no passivo não circulante representava os serviços realizados pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu que serão pagos em período superior a doze meses, conforme fluxo de pagamentos definidos contratualmente.

Além dos serviços já faturados relacionados a construção física dos ativos aderente aos contratos de EPC, também existem os serviços já faturados relacionados a supervisão dessa construção e montagem.

Adicionalmente, também são registradas provisões com base nos boletins de medição mensais referentes ao progresso físico da construção dos ativos. Os boletins de medição são emitidos pelos estaleiros e são revisados pela equipe técnica de engenharia da Sete Brasil, dos sócios operadores e da Petrobras.

14 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão de remuneração variável para funcionários	19.065	15.081	19.065	15.081
Provisão de férias	3.387	2.162	3.387	2.162
Provisão para 14 ^o salários	1.688	1.073	1.688	1.073
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	712	521	712	521
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	249	165	249	165
Previdência Privada	108	-	108	-
	25.209	19.002	25.209	19.002

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

Creditor	Tomador	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
Denominado em R\$								
FI - FGTS	Sete Brasil Participações S.A.	JPCA + 8,00% a.a.	15.08.2033	1.850.000	1.850.000	510.732	(14.692)	2.376.130
Denominado em US\$								
Sunimoto Mitsui Banking								
The Bank of Nova Scotia								
Standard Chartered Bank	Sete International One GmbH	Libor 3M + 3,50% a.a.	19.06.2015	3.320.250	1.487.472	155	(1.424)	1.486.203
Banco Bradesco S.A.								
Citibank								
(3)								
Denominado em US\$ - Drilling Series								
Sete Investimentos I S.A.								
Copacabana Drilling B.V.								
Grunart Drilling B.V.								
Inapema Drilling B.V.								
Leblon Drilling B.V.								
Leme Drilling B.V.								
Arpaador Drilling B.V.								
Urcia Drilling B.V.								
Frade Drilling B.V.								
Bescuby Drilling B.V.								
Portogalo Drilling B.V.								
Guarapari Drilling B.V.								
Ordina Drilling B.V.								
Pituba Drilling B.V.								
Bolpeba Drilling B.V.								
Camburi Drilling B.V.								
Itaoca Drilling B.V.								
Cassino Drilling B.V.								
Curumim Drilling B.V.								
Saltinas Drilling B.V.								
(2)								
Denominado em US\$								
Banco Bradesco S.A.								
Banco do Brasil S.A.								
Banco Santander S.A.								
(2)								
Denominado em US\$								
Marabai Drilling B.V.								
Interlagos Drilling B.V.								
Itapema Drilling B.V.								
Comandante Drilling B.V.								
Itaunas Drilling B.V.								
Sir Drilling B.V.								
Saby Drilling B.V.								
(4)								
Denominado em US\$								
Standard Chartered Bank								
(5)								

Circulante
 Não circulante

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos dos contratos de EPC junto aos estaleiros contratados para a construção das unidades de perfuração.

(1) Empréstimo Ponte 1 – Bridge Facility Agreement 1 – agente administrativo*: Banco Itaú BBA
Em 20 de fevereiro de 2014, houve nova extensão do prazo para as SPEs Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon e Leme. Os juros incorridos até esta data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 13.668 equivalentes a R\$ 30.929 (sendo US\$ 2.814 equivalentes a R\$ 6.369 para Copacabana, US\$ 2.840 equivalentes a R\$ 6.426 para Grumari, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Ipanema, US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leblon e US\$ 2.671 equivalentes a R\$ 6.044 para Leme).

Em 20 de agosto de 2014, houve nova extensão do prazo para as SPEs Copacabana e Grumari com vencimento estabelecido para 18 de dezembro de 2014. Os juros incorridos até esta data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 5.579 equivalentes a R\$ 12.652 (sendo US\$ 2.777 equivalentes a R\$ 6.298 para Copacabana e US\$ 2.801 equivalentes a R\$ 6.354 para Grumari).

Em 18 de dezembro de 2014, as SPEs Copacabana e Grumari pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 4.197 equivalentes a R\$ 11.079. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 18 de fevereiro de 2015.

(2) Empréstimo Ponte 2 – Bridge Facility Agreement 2 – agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 8 de maio de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para as 14 SPEs que possuíam essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Bracuhy, Portugal, Guarapari, Ondina, Pituba, Boipeba, Camburi, Itioca, Cassino, Curumim e Salinas. Os novos prazos de vencimento pactuados são, respectivamente, 4 de novembro de 2014 para as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino, e, 17 de abril de 2015 para as SPEs Boipeba, Bracuhy, Itioca, Pituba, Portugal, Curumim e Salinas.

Em 4 de novembro de 2014, as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino pagaram os juros incorridos até esta data, no montante de US\$ 24.616 equivalentes a R\$ 62.731. Nesta mesma data, houve a extensão do prazo com vencimento estabelecido para 17 de dezembro de 2014.

Em 17 de dezembro de 2014, o prazo de vencimento para as SPEs Arpoador, Camburi, Frade, Guarapari, Ondina, Urca e Cassino foi estendido para 21 de janeiro de 2015.

(3) Empréstimo Ponte 3 – Bridge Facility Agreement 3 – agente administrativo*: Sumitomo Mitsui
Em 19 de setembro de 2013, a Companhia através de sua controlada Sete International, captou novos recursos para financiamento de despesas de curto prazo da construção de sondas. Este novo *bridge facility agreement*, tem como credores os bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation, The Bank of Nova Scotia, Standard Chartered Bank, Bradesco BBI e Citibank.

Em 17 de setembro de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento do terceiro empréstimo ponte captado pela controlada Sete International para 17 de março de 2015. No mesmo mês, houve pagamento de parte do principal da dívida, no montante de US\$ 160.000, equivalente a R\$ 373.259.

No quarto trimestre de 2014, houve pagamento de parte do principal da dívida, no montante de US\$ 530.000, equivalentes a R\$ 1.357.458.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, houve o pagamento dos juros incorridos no montante de US\$ 38.839, equivalente a R\$ 92.280.

(4) Empréstimo Ponte 4 – Bridge Facility Agreement 4– agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 28 de fevereiro de 2014, a Companhia captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 500.000, cujos credores são o Banco Itaú e o Banco do Brasil, foi captado pelas controladas indiretas: Marambaia, Interlagos, Itapema, Comandatuba, Itaunas, Siri e Sahy.

(5) Empréstimo Ponte 5 – Bridge Facility Agreement 5– agente administrativo*: Deutsche Bank

Em 16 de setembro de 2014, a Companhia, através de sua controlada Joatinga, captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 250.000, equivalente a R\$ 583.000, cujo credor é o Standard Chartered Bank.

Em 17 de novembro de 2014, houve a extensão do prazo de vencimento para 17 de dezembro de 2015. Nesta mesma data, houve pagamento dos juros acumulados, no montante de US\$ 2.412, equivalente a R\$ 6.148.

(6) Empréstimo Ponte 6 – Bridge Facility Agreement 6– agente administrativo*: Caixa Econômica Federal:

Em 31 de outubro de 2014, a Companhia, através de sua controlada Sete Investimentos I, captou novos recursos para financiamento dos ativos. Este novo financiamento no montante de US\$ 400.000, equivalente a R\$ 1.062.480, cujo credor é a Caixa Econômica Federal.

*O agente administrativo é o responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos junto aos credores de cada dívida.

O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é próximo ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 100.563, equivalentes a R\$ 267.116 no período findo em 31 de dezembro de 2014 (US\$ 81.200, equivalentes a R\$ 190.300 em 31 de dezembro de 2013), tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela de US\$ 92.030 equivalentes a R\$ 244.451 (US\$ 38.300, equivalentes a R\$ 89.600 em 31 de dezembro de 2013).

Emissão de Debêntures Simples - FI-FGTS

Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, perfazendo o montante de R\$ 1,850 bilhão.

Os recursos necessariamente são utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas Subsidiárias para a Petrobras. Não são elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Companhia e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos debenturistas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A emissão não é objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que as debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures, salvo vencimento antecipado, possuem prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15 de fevereiro de 2013.

A partir de 19 de fevereiro de 2013, as debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 8% (oito por cento) ao ano. Até o sexagésimo mês, contados da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas que as debêntures serão resgatadas.

Como parte dos custos desta captação a Companhia pagou no dia 21 de fevereiro de 2013 uma remuneração de R\$ 16.250 para cada debênture, apresentado líquido no balanço na rubrica de debêntures.

São garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International One GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandatuba Drilling B.V.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não estava em conformidade com determinados covenants constantes na escritura das debentures. Como não houve ainda formalização de *wavier* por parte dos debenturistas, a Companhia transferiu esta obrigação originalmente classificada como passivo não circulante para o passivo circulante. A Administração entende que esta é uma situação temporária, uma vez que está em negociação com o único debenturista para readequação destes índices de acordo com a realidade operacional do Grupo.

O valor justo do componente do passivo do título de dívida não conversível em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 2,569 bilhões. O valor justo foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de IPCA + 8%.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Capital social e reservas

(a) Capital social

Em 11 de setembro, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento do capital subscrito em R\$ 3.267.000. Esses recursos serão integralizados em até 180 dias após a data da aprovação e serão utilizados mediante solicitação da própria companhia para sanar eventuais necessidades de caixa no curto-prazo. Do total de ações emitidas, 6.368.500 estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

	Quantidade	Valor
FIP Sondas	2.403.025.000	2.403.025.000
Petrobras S.A.	126.475.000	126.475.000
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.529.500.000	2.529.500.000
Integralizações em 2014	3.839.000.000	3.839.000.000
Abril		
FIP Sondas	475.000.000	475.000.000
Petrobras S.A.	25.000.000	25.000.000
Mai		
FIP Sondas	760.000.000	760.000.000
Petrobras S.A.	40.000.000	40.000.000
Junho		
FIP Sondas	380.000.000	380.000.000
Petrobras S.A.	20.000.000	20.000.000
Agosto		
FIP Sondas	717.250.000	717.250.000
Petrobras S.A.	37.750.000	37.750.000
Outubro		
FIP Sondas	358.150.000	358.150.000
Petrobras S.A.	18.850.000	18.850.000
Novembro		
FIP Sondas	348.650.000	348.650.000
Petrobras S.A.	18.350.000	18.350.000
Dezembro		
FIP Sondas	608.000.000	608.000.000
Petrobras S.A.	32.000.000	32.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.368.500.000	6.368.500.000

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A parcela proporcional dos custos de emissão das ações foi contabilizada em conta redutora do patrimônio líquido, como gastos com emissão de ações, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total de custos com consultoria na transação - 2ª subscrição	15.889	15.889
Capital comprometido (i)	794.460	794.460
Capital integralizado	<u>794.460</u>	<u>483.075</u>
% proporcional do recurso captado e integralizado	100,00%	60,81
Parcela dos custos alocada no patrimônio líquido	15.889	9.661
Parcela dos custos registrada nas despesas antecipadas não circulantes	-	6.228

Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas da Sete Brasil em aportes de capital na Companhia. Os aportes irão ocorrer à medida em que houver necessidade de obtenção de recursos.

(b) Reserva de lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

No exercício de 2014, foi destinado para constituição da reserva legal o montante de R\$ 41.031, conforme aprovado em assembleia geral ordinária dos acionistas ocorrida em 25 de março de 2015.

(ii) Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar foi constituída para não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para distribuição dos dividendos. Conforme estabelecido no artigo 197 § 2º da Lei das S.A., esta reserva deverá ser utilizada somente para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios ou para compensação de prejuízos futuros. No exercício de 2014 foi destinado para constituição da reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 779.586, conforme aprovado em assembleia geral ordinária dos acionistas ocorrida em 25 de março de 2015.

(c) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão referem-se às diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das controladas elaboradas em moeda estrangeira.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Dividendos

Ao acionista é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apurou um lucro de R\$820.617. Dado que todo o Grupo está em fase pré-operacional e portanto até o momento não foi apurado lucros realizados a Administração concluiu que a Companhia encontra-se em situação financeira incompatível para propor a distribuição de dividendos.

(e) Lucros (prejuízos) acumulados

Em 1º de janeiro de 2012	(19.661)
Prejuízo do exercício	<u>(65.023)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(84.684)</u>
Em 1º de janeiro de 2013	
Lucro líquido do exercício	194.425
Transferência para reserva legal	(9.721)
Transferência para reserva de lucros a realizar	<u>(100.021)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>-</u>
Em 1º de janeiro de 2014	
Lucro líquido do exercício	820.617
Transferência para reserva legal	(41.031)
Transferência para reserva de lucros a realizar	<u>(779.586)</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>

(f) Lucro por ação - Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	820.617	194.425
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>4.916.157</u>	<u>2.529.500</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>0,17</u>	<u>0,08</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Lucro (prejuízo) por ação - Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui ações ordinárias com efeitos potenciais diluidores.

17 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Pessoal	85.536	48.154	85.536	48.154
Serviços de consultoria e auditoria	16.149	12.808	33.218	25.401
Impostos e contribuições	581	497	625	503
Depreciação e amortização	4.116	2.996	4.116	2.996
Despesas com locação	4.018	4.259	4.018	4.259
Propaganda e publicidade	4.344	2.202	4.344	2.202
Viagens	2.269	2.255	2.269	2.255
Manutenção de software	2.503	3.290	2.503	3.290
Concessionárias (luz, água e esgoto, telefonia)	1.256	1.120	1.256	1.120
Administração e limpeza	1.017	1.104	1.017	1.104
Transportes	2.703	3.668	2.703	3.668
Seguros	201	170	201	170
Outras despesas gerais	2.709	2.338	2.709	2.339
	<u>127.402</u>	<u>84.861</u>	<u>144.515</u>	<u>97.461</u>

18 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(14.849)	(951)	(25.755)	(31.073)
Despesas com operações de câmbio	(2.172)	(1.725)	(2.521)	(1.726)
Despesas com juros	(2)	(1)	(2)	(1)
Despesas bancárias	(27)	(2)	(5.362)	(6.442)
Outras despesas financeiras	(7)	(9)	(290)	(9)
	<u>(17.057)</u>	<u>(2.688)</u>	<u>(33.930)</u>	<u>(39.251)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	30.611	34.020	33.057	39.638
Juros sobre empréstimos Intercompany	132.391	59.124	-	-
Outras receitas financeiras	1.496	39	1.497	39
	<u>164.498</u>	<u>93.183</u>	<u>34.554</u>	<u>39.677</u>
Variações e ganhos (perdas) cambiais líquidos				
Outras variações cambiais líquidas (*)	2	2	866.319	262.676
Resultado financeiro líquido	<u>154.080</u>	<u>90.497</u>	<u>866.943</u>	<u>263.102</u>

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) As variações cambiais registradas no resultado consolidado são decorrentes principalmente dos efeitos das variações do dólar norte-americano e do euro em relação ao real. Durante o período, as subsidiárias austríacas, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH, detiveram recursos denominados em reais provenientes da controladora e, ao mesmo tempo, manteve empréstimos denominados em dólares norte-americanos em favor das subsidiárias holandesas (Nota 19 d).

Tais operações resultaram em uma posição ativa líquida em dólares exposta às flutuações cambiais, uma vez que, apesar de ser uma controlada estrangeira, a Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH possuem moeda funcional real em função principalmente de sua dependência financeira da Companhia.

Em função desta condição, os efeitos cambiais gerados por esta controlada foram registrados diretamente no resultado na rubrica de variações cambiais e monetárias.

A Companhia entende que esta condição é temporária e adequada para a fase a qual o grupo se encontra, uma vez que uma parcela dos financiamentos para as obras são recursos provenientes de seus acionistas. Como referência, apresentamos abaixo as flutuações cambiais nos períodos:

	<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>Variação</u>
Taxas de câmbio de fechamento			
US\$ x R\$	2,6562	2,3426	13%
EUR x R\$	3,227	3,2265	0%
EUR x US\$	1,2149	1,3773	-12%

	<u>31 de dezembro de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Variação</u>
Taxas de câmbio de fechamento			
US\$ x R\$	2,3426	2,0435	15%
EUR x R\$	3,2265	2,6954	20%
EUR x US\$	1,3773	1,3109	5%

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Partes relacionadas

(a) Contratos entre partes relacionadas

As controladas mantêm contratos de afretamento de sondas e supervisão de construção com a Petrobras, acionista da Companhia, os quais estão detalhados na Nota 20 Compromissos.

(b) Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 27.393 (R\$ 6.144 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Custos com emissão de ações e captação de dívida

Dos custos totais com consultoria na transação de emissão de ações e captação de dívida no período findo em 31 de dezembro de 2014 R\$3.290 (R\$ 1.538 em 31 de dezembro de 2013) foram pagos a Lakeshore Financial Partners Participações Ltda.

(d) Empréstimos Intercompany

(i) Sete International One GmbH

A Sete International One mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. Esta estrutura determina que os recursos de financiamento de cada projeto devem ser captados através de 80% de capital de terceiros e 20% de capital próprio.

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	289.518	4.804	294.322
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	103.563	6.231	109.794
Arpoador Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	13.387	218	13.606
Arpoador Drilling B.V.	10,41%	73.644	12.634	86.278
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	196.960	3.620	200.580
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	128.752	5.103	133.855
Copacabana Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	17.281	282	17.563
Copacabana Drilling B.V.	10,41%	69.592	10.216	79.809
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	130.333	2.533	132.867
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	90.364	2.137	92.502
Grumari Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	16.268	265	16.533
Grumari Drilling B.V.	10,41%	71.144	8.611	79.754
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	74.885	1.035	75.920
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	101.973	3.015	104.988
Ipanema Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	5.379	88	5.467
Ipanema Drilling B.V.	10,41%	71.354	8.249	79.603
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	27.807	383	28.190
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	52.712	1.680	54.393
Leblon Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.793	29	1.822

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos	Total
Denominado em US\$				
Leblon Drilling B.V.	10,41%	57.942	6.716	64.659
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	27.809	387	28.196
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	36.054	1.073	37.127
Leme Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.594	26	1.620
Leme Drilling B.V.	10,41%	58.354	6.697	65.052
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	18.328	524	18.851
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.494	24	1.518
Marambaia Drilling B.V.	10,41%	58.666	7.742	66.408
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	160.522	282	160.804
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	162.835	1.581	164.416
Urca Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.912	31	1.944
Urca Drilling B.V.	12,00%	95.096	13.511	108.608
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	333.396	8.953	342.349
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	162.663	4.071	166.734
Guarapari Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	17.000	277	17.277
Guarapari Drilling B.V.	12,00%	94.381	17.288	111.669
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 4,48%	115.253	1.799	117.053
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	23.252	294	23.546
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	377.844	5.502	383.346
Bracuhy Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	531	9	540
Bracuhy Drilling B.V.	12,00%	88.579	5.621	94.200
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	116.237	1.801	118.038
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	28.643	787	29.430
Portogalo Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.169	19	1.188
Portogalo Drilling B.V.	12,00%	39.204	2.357	41.561
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	90.386	2.045	92.431
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	113.762	1.769	115.532
Mangaratiba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	518	8	526
Mangaratiba Drilling B.V.	12,00%	32.653	1.635	34.289
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	88.825	2.656	91.482
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	115.167	1.791	116.958
Botinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	425	7	432
Botinas Drilling B.V.	12,00%	32.937	1.802	34.739
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	110.568	2.994	113.562
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	289.890	8.982	298.872
Ondina Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	56.736	926	57.662
Ondina Drilling B.V.	12,00%	93.696	13.810	107.507
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	173.777	3.305	177.081
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	287.232	12.006	299.237
Pituba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	14.237	232	14.469
Pituba Drilling B.V.	12,00%	84.112	13.185	97.297
Boipeba Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	193.371	5.916	199.288
Boipeba Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	71.452	1.166	72.617

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Boipeba Drilling B.V.	12,00%	55.249	12.300	67.549
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	797	19	816
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	398	6	405
Interlagos Drilling B.V.	12,00%	59.632	13.118	72.749
Itapema Drilling B.V.	12,00%	60.561	13.452	74.014
Comandatuba Drilling B.V.	12,00%	60.561	13.452	74.014
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	662.765	6.517	669.282
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	13.798	118	13.916
Frade Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.275	21	1.296
Frade Drilling B.V.	12,00%	106.871	3.779	110.651
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	174.619	4.339	178.959
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	67.315	1.864	69.179
Camburi Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	13.015	212	13.228
Camburi Drilling B.V.	12,00%	95.927	18.892	114.819
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	47.855	1.085	48.940
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	179.670	6.363	186.033
Itaoca Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	6.587	107	6.695
Itaoca Drilling B.V.	12,00%	72.609	14.119	86.729
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	100.139	3.339	103.478
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	1.727	28	1.755
Itaunas Drilling B.V.	12,00%	72.452	12.427	84.879
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	52.327	1.861	54.188
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.656	43	2.700
Siri Drilling B.V.	12,00%	98.524	20.245	118.769
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	48.077	1.714	49.791
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.125	35	2.160
Sahy Drilling B.V.	12,00%	100.617	20.713	121.330
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	169.158	3.842	173.000
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	224.752	5.278	230.030
Cassino Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	49.299	804	50.103
Cassino Drilling B.V.	12,00%	80.523	16.312	96.835
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	99.386	1.735	101.122
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	38.377	2.948	41.325
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	153.794	4.330	158.124
Curumim Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	11.422	186	11.608
Curumim Drilling B.V.	12,00%	81.309	15.840	97.149
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 4,83%	160.258	1.937	162.195
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	35.752	1.188	36.940
Salinas Drilling B.V.	LIBOR + 5,61%	2.922	48	2.969
Salinas Drilling B.V.	12,00%	46.484	9.927	56.410
		8.776.800	467.294	9.244.094

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Sete International Two GmbH

A Sete International Two também mantém contratos de empréstimos intercompany, com suas controladas com o objetivo de atendimento ao modelo financeiro de cada uma das SPEs. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Marambaia Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	2.855	24	2.879
Interlagos Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	60.030	545	60.575
Itaunas Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	3.586	28	3.614
Siri Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	2.922	23	2.945
Sahy Drilling B.V.	LIBOR + 5,50%	3.453	26	3.479
		72.846	645	73.491

(iii) Sete Brasil Participações S.A.

A controladora Sete Brasil possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete International One GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em R\$				
Sete International One GmbH	10%	1.387.500	194.671	1.582.171

(iv) Joatinga Drilling B.V.

A controlada Joatinga possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete International One GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Sete International One GmbH	LIBOR + 5,50%	191.246	3.159	194.405

(v) Sete Investimentos I S.A.

A controlada Sete Investimentos I possui contrato de empréstimo intercompany com a Sete Netherlands I B.V., com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

<u>Controlada</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>Principal</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>
Denominado em US\$				
Sete Netherlands I BV	9,25%	1.048.004	2.192	1.050.195

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Sete Netherlands I B.V.

A controlada Sete Netherlands I, por sua vez, possui contrato de empréstimo intercompany com algumas SPEs com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos	Total
Denominado em US\$				
Arpoador Drilling B.V.	9,35%	139.348	2.208	141.555
Copacabana Drilling B.V.	9,35%	108.254	1.715	109.969
Grumari Drilling B.V.	9,35%	89.725	1.422	91.146
Urcia Drilling B.V.	9,35%	135.251	2.143	137.394
Guarapari Drilling B.V.	9,35%	142.441	2.257	144.697
Ondina Drilling B.V.	9,35%	138.967	2.202	141.169
Frade Drilling B.V.	9,35%	87.655	1.389	89.043
Camburi Drilling B.V.	9,35%	111.405	1.765	113.170
Cassino Drilling B.V.	9,35%	94.959	1.700	96.659
		1.048.004	16.799	1.064.803

(e) Contratos de gerenciamento e supervisão de construção

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção das sondas de perfuração. O valor a pagar referente a estes contratos com partes relacionadas são distribuídos conforme tabela a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Petrobras	17.097	10.747
Atlas Perfuração Ltda. - Seaworthy	3.246	4.040
Constellation Services – QGOG	1.145	1.488
Lantz - Petroserv	607	818
Odfjell Galvão	753	-
Odebrecht Oleo e Gas – OOG	1.912	425
Seadrill	1.956	2.403
	26.716	19.921

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Share Premium contribution

O Share Premium contribution é uma obrigação dos acionistas minoritários, conforme previsto no acordo de acionistas, que registra o valor de capital que deverá ser aportado em conexão com o aporte feito pelo acionista controlador, de forma que não haja alteração nos percentuais de participação dos acionistas nas empresas investidas. Desta forma, o exercício de 2014 foi encerrado com parte de seu capital social tendo como contrapartida a rubrica de Partes relacionadas, conforme tabela abaixo:

SPE	Data de assinatura	Valor em	Valor em
		US\$	R\$
Urca Drilling B.V.	23.09.2014	27.000	71.717
Bracuhy Drilling B.V.	23.09.2014	7.500	19.922
Frade Drilling B.V.	23.09.2014	100	266
Ondina Drilling B.V.	24.09.2014	4.800	12.750
Pituba Drilling B.V.	24.09.2014	1.200	3.187
Urca Drilling B.V.	04.11.2014	252.147	669.753
Bracuhy Drilling B.V.	04.11.2014	2.204.710	5.856.151
Urca Drilling B.V.	16.12.2014	143.682	381.648
Guarapari Drilling B.V.	16.12.2014	160.000	424.992
Ondina Drilling B.V.	16.12.2014	75.977	201.810
		2.877.116	7.642.196

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

(i) Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção - *Engineering, Procurement and Construction Contract* ("EPC")

O Grupo mantém contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC, que visam restringir o risco de construção e atraso na entrega de cada ativo. Esta modalidade prevê que todo o gerenciamento da execução do serviço e aquisição de equipamentos será de responsabilidade do contratado.

Até 31 de dezembro de 2014 a Sete Brasil, através de suas controladas, tem contratos de EPC assinado junto aos estaleiros para a construção de 29 ativos, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Data de Assinatura	Fornecedor	Em 31 de dezembro de 2014	
			Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
Arpoador Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	568.195.025
Copacabana Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	386.036.316
Grumari Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	319.994.609
Ipanema Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	243.308.668
Leblon Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	195.990.327
Leme Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	195.832.538
Marambaia Drilling B.V.	15/06/2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	193.756.430
Urca Drilling B.V.	16/12/2011	Fernavale Pte. Ltd.	809.288.000	539.008.931
Guatupari Drilling B.V.	03/02/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	486.738.249
Cassino Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	398.587.043
Curumim Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	232.223.715
Salinas Drilling B.V.	09/03/2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	175.506.687
Botinas Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.454.992
Bracuhy Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	251.340.103
Frade Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	361.837.788
Mangaratiba Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.464.431
Portogalo Drilling B.V.	22/03/2012	Estaleiro BrasFELS Ltda.	823.448.000	83.764.431
Camburi Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	247.735.759
Itaoca Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	171.327.944
Itaunas Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	156.743.051
Sahy Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	130.077.392
Siri Drilling B.V.	28/03/2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	132.752.446
Boipeba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	169.202.502
Comandatuba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	60.708.291
Interlagos Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	81.492.127
Itapema Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	60.709.801
Ondina Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	486.707.198
Pituba Drilling B.V.	18/04/2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	253.634.016
Joatinga Drilling B.V.	28/11/2012	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	192.376.051
			22.236.011.190	6.942.506.859

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Contrato de Gerenciamento e Supervisão de Construção - *Construction Management Agreement* ("CMA")

A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção de sondas. Este contrato tem como objetivo o acompanhamento dos contratos de EPC, para mitigar/monitorar o cronograma das obras e garantir o cumprimento das especificações contratualmente acordadas. Para atingir o sucesso pleno, os contratados são responsáveis por disponibilizar profissionais qualificados e experientes conforme necessário para a execução das suas obrigações decorrentes do acordo.

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 31 de dezembro de 2014	
			Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
Arpoador Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.888.833
Copacabana Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	5.240.468
Grumari Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	3.924.873
Ipanema Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.492.721
Leblon Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	1.264.669
Leme Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	0
Marambaia Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	0
Boipeba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	3.082.315
Botinas Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.389.234
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.477
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.347
	Petrobras	17.06.2013	16.843.244	0
Bracuhy Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	4.494.739
Camburi Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.773.331
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	4.909.088
Cassino Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	8.507.524
Comandatuba Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	0
Curumim Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	6.616.963
Frade Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	5.832.522
Guarapari Drilling B.V.	Odfjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.521.453
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	5.572.479
Interlagos Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	328.804
Itaoca Drilling B.V.	Odfjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	7.060.681
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	3.789.018
Itapema Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.956.702
	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	0
Itaunas Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.307.359
	Petrobras	02.01.2013	14.185.044	1.641.058
Mangaratiba Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	0
Ondina Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	6.977.817
Pituba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	3.363.441
	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	5.493.176
Portogalo Drilling B.V.	Queiroz Galvão Óleo e Gás -	01.01.2013	7.711.965	2.458.231

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 31 de dezembro de 2014	
			Contratado (Em USD)	Pago (Em USD)
	QGOG			
	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.079.006
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	1.947.476
Sahy Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	5.027.775
	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	0
Salinas Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	9.240.303
	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	4.302.772
Siri Drilling B.V.	Odjell Galvão	02.01.2013	22.092.912	6.721.993
	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	0
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	2.458.231
Urea Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	1.081.075
	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.992.021
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	8.165.530
			828.656.778	203.089.074

(b) Contrato de afretamento das sondas

As controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos entre 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Gumari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urea Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuhy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Eventos subsequentes

(a) "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em março de 2014, a Polícia Federal ("PF") iniciou uma investigação – denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros.

Em conexão com as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), Sr. Pedro José Barusco Filho, ex-diretor de Operações da Sete Brasil, teve mandado de prisão emitido pelo MPF, em novembro de 2014, por suspeitas de organização criminosa e corrupção passiva, entre outros crimes, relacionados ao período em que foi Gerente Executivo na Petrobras.

O ex-diretor solicitou seu desligamento da Companhia em setembro de 2013, por motivos de saúde.

Em 5 de fevereiro de 2015, a Administração da Sete Brasil tomou conhecimento dos depoimentos prestados no âmbito do acordo de colaboração premiada de Sr. Barusco. Nestes depoimentos, o ex-diretor afirma que determinadas empresas contratadas como fornecedores da Companhia, teriam usado recursos recebidos em decorrência da execução dos contratos com a Sete Brasil para efetuar pagamentos indevidos a partidos políticos, funcionários da Petrobras e, também, a outros ex-executivos da Sete Brasil. Ainda, segundo os depoimentos, o propósito do esquema teria sido o de levar esses contratos de construção das sondas para estaleiros específicos, sem conhecimento do Conselho de Administração e dos acionistas da Companhia. O depoente também citou o período de tempo em que o dito "esquema" operou e afirmou que "havia uma combinação do pagamento de 1% de propina para os contratos firmados entre a Sete Brasil e cada um dos estaleiros...".

Quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais de 2013, não haviam alegações ou evidências disponíveis acerca dos fatos acima que pudessem ter afetado as conclusões da Administração sobre as mesmas. Tais alegações ou evidências tampouco existiam quando da preparação e emissão das demonstrações financeiras intermediárias dos trimestres de 2014.

Com o compromisso de transparência e conduta ética, a Companhia e seus administradores envidaram todos os esforços para (i) obter maior conhecimento dos fatos através de investigações e avaliações independentes conduzidas por escritórios de advocacia e consultorias contratadas; (ii) avaliar a necessidade de melhorias na governança e nos controles internos; e (iii) apurar possíveis ajustes nas demonstrações financeiras.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações tomadas pela Companhia com relação a essas questões são abordadas nos tópicos apresentados a seguir:

a.1 Aprofundamento das investigações em curso

A Companhia realizou uma série de ações com o intuito de contribuir para a apuração de quaisquer eventuais irregularidades envolvendo seus negócios, entre elas:

- a) contratação dos assessores jurídicos externos Veirano Advogados e Clifford Chance LLP, com o objetivo de avaliar, sob a perspectiva das leis brasileira e de Nova York:
- i) a legalidade dos procedimentos licitatórios promovidos pela Petrobras e da participação da Companhia nos mesmos e que culminaram com a celebração dos contratos de construção das sondas (EPCs), afretamento e serviços de operação das sondas; e
 - ii) a validade jurídica dos contratos de EPC, afretamento, serviços e dos contratos de fiscalização da construção (CMAs).
- b) contratação da Veirano Advogados, mais especificamente sua área de *forensics*, para conduzir uma investigação específica sobre as correspondências eletrônicas internas e arquivos eletrônicos da Companhia, como também, efetuar entrevistas com funcionários e executivos da Companhia;
- c) contratação de empresa de consultoria especializada com objetivo de realizar uma avaliação abrangente do cumprimento dos contratos de EPC desde o início das obras até o final do exercício de 2014o ano corrente;
- d) contratação da empresa Kroll Associates Brasil Ltda. para conduzir investigação sobre o processo de contratação de seguros da Companhia para os ativos que estão em construção;
- e) contratação da empresa especializada em avaliação de plataformas, como o objetivo de obter conforto sobre o valor do custo contratado nas licitações para a construção das plataformas quando comparado a similares no mercado, considerando as especificidades técnicas e das normas brasileiras de conteúdo local;
- f) análise da aplicação de sanções contra as empresas contratadas e fornecedores, bem como contra os ex-diretores, mencionados nos depoimentos que foram tornados públicos; e
- g) caso demandado, atendimento sistemático e cooperação com o Ministério Público Federal, Poder Judiciário e demais autoridades brasileiras.

Esses trabalhos foram conduzidos sob a orientação e supervisão do Comitê de Auditoria da Companhia. Os resultados dessas investigações, conforme relatórios emitidos pelas entidades acima mencionadas, levaram a Administração a concluir que nada indica que os seus contratos vigentes não foram pactuados observando os termos e condições usualmente praticados pelo mercado neste tipo de operação ou que ocorreram violações a leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita.

Adicionalmente, a Companhia, com o apoio de seus assessores jurídicos estão avaliando a tomada das medidas jurídicas necessárias, principalmente relacionadas aos danos causados à sua imagem e suas operações.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.2 Medidas para o aprimoramento da governança e dos controles internos

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Sete Brasil não toleram quaisquer atos ilegais por parte de seus colaboradores e, dessa forma, independentemente das investigações relacionadas à Operação Lava Jato, a Companhia vem elaborando e implementando, desde 2013, um conjunto de medidas para o aprimoramento da governança, controle e gestão de riscos, devidamente documentadas em Atas da Diretoria e do Conselho de Administração, que estipulam os procedimentos, métodos, competências e demais instruções que cristalizam essas ações nas práticas da Companhia.

Como resultado desses esforços, a Companhia desenvolveu as seguintes iniciativas no sentido de melhoria do seu sistema de governança corporativa:

- a) aprovação, pelo Conselho de Administração, em 29 de abril de 2013, das estruturas das áreas de Controles Internos e de Riscos Corporativos;
- b) aprovação da estrutura da Auditoria Interna em 30 de outubro de 2013, que foi implementada em março de 2014, com o objetivo de desenvolver um plano de ação que auxilie a Companhia na execução de seu plano de negócios adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar suas operações e resultados. É uma atividade independente da administração, com subordinação direta ao Conselho de Administração;
- c) A partir de agosto de 2014, a área de Riscos e Controles Internos passou a trabalhar de forma integrada para identificar e avaliar os riscos operacionais e corporativos, buscando maior sinergia na análise e na implementação dos controles;
- d) O Código de Ética foi revisto e relançado em junho de 2014. Esta nova versão é divulgada rotineiramente em conjunto com a realização de ações de treinamento sobre pontos importantes do seu conteúdo. São reforçadas ações junto aos colaboradores sobre a importância do atendimento à ética e melhores práticas de gestão, através do fortalecimento da cultura da organização em termos de controles internos e compliance; e
- e) A partir de janeiro de 2015, fortaleceu-se o processo independente de Ouvidoria, que contempla o Canal de Denúncias, importante ferramenta contra fraudes e irregularidades dentro da Companhia, que passou a ser conduzido de forma independente por uma empresa de consultoria especializada, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria;

A Companhia avalia continuamente seus controles internos, incluindo aqueles inerentes ao processo de elaboração das demonstrações contábeis, e eventuais necessidades de aprimoramento no seu ambiente de controle serão implementadas.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a.3 Avaliações sobre ajuste do ativo imobilizado

A seguir são abordados os aspectos relacionados à conclusão da Administração quanto à adequação dos valores de determinados ativos imobilizados.

Considerando o porte do empreendimento (contratos para construção de 29 sondas), as negociações para a contratação dos estaleiros foram efetuadas considerando a capacidade física de atendimento de cada estaleiro, a competência técnica dos respectivos parceiros internacionais, e os custos de construção das sondas vis-a-vis os valores de *daily-rates* ofertados pela Sete Brasil nas licitações junto à Petrobras. Este modelo de negócios restringe, na opinião da Administração a oportunidade para risco de majoração dos preços de construção das plataformas em decorrência de eventuais pagamentos indevidos, como alegado pelo Sr. Barusco.

A Administração da Companhia possui evidências que os recursos investidos retratam exatamente o cronograma do plano de construção dos ativos e que tais contratos foram pactuados dentro de preços aceitáveis para uma iniciativa singular no mercado naval brasileiro, contemplando as questões estratégicas das normas de conteúdo local, apoiado nos trabalhos efetuados por consultoria especializada independente.

Nos termos da chamada "colaboração premiada", o Sr. Barusco afirmou que a Sete Brasil participou do processo licitatório, junto à Petrobras, dentro de todos os requerimentos legais exigidos, afirmação esta consistente com o resultado dos trabalhos realizados pelos advogados externos contratados conforme especificado no item a.1 acima.

É impraticável identificar pagamentos especificamente relacionados a tais formas de má conduta, haja vista que as alegações indicam que estes pagamentos teriam sido efetuados diretamente por contratadas e fornecedores externos da Companhia e não podem ser rastreados nos registros contábeis da Companhia. Os registros contábeis da Companhia refletem a integralidade dos pagamentos feitos aos fornecedores nas bases contratuais acordadas. Os pagamentos efetuados pela Companhia foram corretamente registrados como custo de ativos imobilizados, em consequência do acompanhamento do avanço dos contratos de EPC, pactuados sob modelo de *turn key, lump sum*. Em 31 de dezembro de 2014, a totalidade desses ativos encontrava-se em construção, portanto, sem depreciação acumulada.

Adicionalmente, os valores contábeis dos ativos não possuem indicativo de perdas por *impairment*, uma vez que seus valores de recuperação estão garantidos pelos contratos de afretamento firmados com a Petrobras e que apresentam, quando da conclusão das construções e entrada em operação dos ativos, valores recuperáveis superiores aos valores contábeis destes ativos.

Diante das circunstâncias descritas acima, a Companhia acredita que não há qualquer indicio ou propósito de negócios relacionados a atos ilícitos perpetrados por terceiros e citados por seu ex-diretor e que não houve erros em suas demonstrações financeiras divulgadas até então. .

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Integralização de capital

No dia 09 de janeiro de 2015, a Companhia recebeu uma nova integralização de capital de R\$ 1.883.000, sendo R\$ 94.150 via Petrobras S.A. e R\$1.788.850 via FIP Sondas. Desta forma, a Companhia conclui a integralização das novas ações emitidas em assembléia geral extraordinária realizada em 11 de setembro de 2014. Sendo assim o total de capital social da Companhia na data de aprovação destas demonstrações financeiras é de R\$ 8.251.500.

(c) Liquidação empréstimo ponte

Considerando a movimentação da variação cambial ocorrida nos últimos meses, a Companhia, em 14 de janeiro de 2015, optou por quitar a dívida tomada através de sua controlada Sete Internacional One, no montante de USD 560.000.

(d) Rolagem da primeira linha de financiamento de curto prazo

Em 18 de fevereiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para duas das cinco SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Copacabana e Grumari. Em 20 de fevereiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do primeiro empréstimo ponte para as demais SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Ipanema, Leblon e Leme. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(e) Rolagem da segunda linha de financiamento de curto prazo

Em 21 de janeiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do segundo empréstimo ponte para sete das quatorze SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Arpoador, Urca, Frade, Guarapari, Ondina, Camburi e Cassino. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(f) Rolagem da quarta linha de financiamento de curto prazo

Em 10 de março de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do quarto empréstimo ponte para as sete SPEs que possuem essa linha contratada. São elas: Comandatuba, Interlagos, Sahy, Marambaia, Itaunas, Siri e Itapema. O novo prazo de vencimento está em negociação junto aos bancos.

(g) Rolagem da sexta linha de financiamento de curto prazo

Em 29 de janeiro de 2015, houve a extensão do prazo de vencimento do financiamento de curto prazo denominado "Empréstimo Ponte 6" através da Sete Investimentos 1. O novo prazo de vencimento pactuado é 28 de abril de 2015.

Sete Brasil Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Quinta linha de financiamento de curto prazo – Standard Chartered

No dia 4 de março de 2015, a controlada Joatinga recebeu a notificação de "default" referente ao "Empréstimo Ponte 5" junto ao credor Standard Chartered. Como consequência do não pagamento no vencimento em 21 de janeiro de 2015, o Agente Administrativo declara vencidos e exigíveis todos os valores e obrigações pendentes relacionados aos documentos do financiamento.

No dia 12 de março de 2015, a controlada Jotinga foi informada que o Standard Chartered Bank encaminhou, através de notificação, a solicitação de pagamento pelo FGCN, em função do não pagamento de empréstimo-ponte vencido, o que inicia formalmente o processo de execução da garantia do FGCN. Esse é um procedimento necessário para preservar o direito do banco de receber a garantia.

Pelo regulamento do fundo, o FGCN tem 30 dias úteis, a partir do recebimento de tal notificação, para realizar diligência sobre os fatos e notificar o devedor estabelecendo prazo para manifestação ou regularização.

Considerando que atualmente todos os esforços estão sendo envidados na busca de uma solução de longo prazo para a Sete Brasil que atenda aos interesse de todas as partes, incluindo esses bancos credores, a companhia entende que tal situação pode ser revertida através das negociações atualmente em curso.

* * *